

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

QUEM CHEGA, QUEM SAI
A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS EM JABOTICABA - RS

NILSE CORTESE DALLA NORA
ORIENTADOR: ANA LUIZA S. RECKZIEGEL

Dissertação de Mestrado na área de História Regional, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Doutora Ana Luiza S. Reckziegel.

Passo Fundo, março/2002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

N822p Nora, Nilse Cortese Dalla

Quem chega, quem sai.

A política de distribuição de terras em Jaboticaba/ Nilse Cortese Dalla

Nora. – 2002.

164 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo,
2002.

1. História 2. Coronelismo 3. História regional 4. História do
Sul 5. Colonização I. Título

CDU: 981.65

Catálogo na fonte: bibliotecária Sandra M. Milbrath Vieira CRB 10/1278

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Dra. Ana Luiza S. Reckziegel

Universidade de Passo Fundo

Dr. Paulo Afonso Zarth

Universidade de Ijuí

Dra. Eliane Lucia Colussi

Universidade de Passo Fundo

*Nos preocupamos com todos
os povos e nos esquecemos
da própria história.*

José Martí

AGRADECIMENTO

À professora Dr^a. Ana Luiza S. Reckziegel, pela preciosa amizade, orientação e sugestões.

Aos professores da Universidade de Passo Fundo, em especial à professora Dr^a. Eliane Lucia Colussi, pela amizade e espontaneidade no decorrer de suas aulas. Ao professor Dr. Mário Maestri, pela atenção dispensada no início do curso de mestrado. Ao professor Dr. Paulo Afonso Zarth pela confiança que me transmitiu para realizar a pesquisa. À professora Maria Emilse Lucatelli, pela revisão do texto.

Em especial aos meus filhos Darlei, Ivan e Maria Elenice, pelo incentivo, assistência e colaboração demonstrados durante esta caminhada. E aos netos Pricila, Gabriela, Nathália e Hiago, com pedido de perdão pelos momentos de convívio que lhes foram roubados pelas necessidades impostas pelo curso de mestrado.

Ao meu marido Darcide, pela paciência, estímulo, apoio e sentimento de companheirismo demonstrados em todos os momentos.

Às pessoas que me concederam entrevistas, pela disposição, espontaneidade e “alegria em conversar” demonstradas em nossos encontros que possibilitaram a reconstrução do vivido, através de suas memórias.

Aos amigos e amigas, pelo incentivo.

RESUMO

O presente estudo de caráter histórico-regional analisa o processo de ocupação do espaço de Jaboticaba no período de 1940–1958. Busca elucidar os fatos referentes à colonização envolvendo a implantação da Comissão de Terras e Colonização que organizou os trabalhos de medição, distribuição da área territorial e povoamento da colônia Guarita, a qual abrangia o espaço ocupado por Jaboticaba. Evidencia, na história política regional, a ação dos coronéis que, detentores de poder local, legitimavam em seu nome grandes extensões de terras. Para a realização da pesquisa foram realizadas a interpretação e a análise de fontes primárias, buscadas no Arquivo Histórico e na Inspetoria de Terras do Norte, hoje Escritório de Terras Públicas, ambos de Frederico Westphalen. A carência de documentação referente à história local fez com que se recorresse também as fontes orais, levando-se em conta que se constituem em instrumento para elucidar os fatos. A Pesquisa revelou que as terras dos que dispunham de poder ou de recursos financeiros foram legitimadas antes da primeira metade do século XX e que os posseiros pobres (caboclos) continuaram sem poder legitimar suas posses até a regulamentação da lei 1542, na década de 1950.

Palavras-chaves: história regional, terra, ocupação, coronelismo, colono, colonização.

ABSTRACT

The present study, with regional historical character, analyses the occupation process of the space of Jaboticaba from 1940 to 1958. It tries to elucidate the facts concerning the colonization, involving the implantation of the Commission of Lands and Colonization, that organized the work of measurement, distribution of the territorial area, and peopling of Guarita colony, which included the space of Jaboticaba. It evidenced, in the regional political history, the action of the colonels who, possessors of local power, legitimated large extensions of land in their own name. The interpretation and analysis were undertaken from the data of primary sources found in the Historical Archive and in the North Land Inspectorship, nowadays the Office of Public Lands, both in the city of Frederico Westphalen. The paucity of documentation concerning the local history made the researcher to look for the oral sources too, taking into account that these constitute clues for elucidating the facts. The research revealed that the lands of those who had the power or financial resources were legitimated before the first half of XX century and that the poor owners (the "cablocos") remained unable to legitimate their possessions until the regulation of the law 1542, in the decade of 1950.

Key-words: regional history, land, occupation, colonelism, colonist, colonization.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	v
RESUMO	vi
ABSTRACT.....	vii
LISTA DE FIGURAS	x
INTRODUÇÃO	12
Um olhar sobre as fontes	18
CAPÍTULO 1 - TERRA-MÃE.....	22
1.1. Palmeira das Missões: o município de origem.....	22
1.2. Povoamento da região	24
1.3. Ocupação do espaço e poder político: uma retrospectiva	33
CAPÍTULO 2 - A ADMINISTRAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS	43
2.1 A Comissão de Terras e Colonização(1917 - 1929) e a ocupação do norte do Rio Grande do Sul.....	43
2.2 Ações da Comissão de Terras e Colonização em Palmeira das Missões.....	53
2.3 Colônia Guarita: modelo de colonização	62
2.4 A Inspeção de Terras do Norte (1937–1965): Jaboticaba, parte integrante.....	67
CAPÍTULO 3 - A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE JABOTICABA	75
3.1 Origens da colonização.....	75
3.2 O coronelismo local.....	79
3.3 Formação histórica	81
3.3.1 Povoação indígena	83
3.3.2 Povoação cabocla	85
3.3.3 Jaboticaba Velha.....	93
CAPÍTULO 4 - “TERRAS DE PALMEIRA”	97

4.1 Jaboticaba: padrões de ocupação	98
4.2 Terra e política.....	99
4.3 O poder local	105
4.3.1 O inspetor colonial	106
4.4 Os descendentes de imigrantes	108
4.5 As marcas da memória	111
4.6 Vila Trentin	132
4.7 Os colonizadores e as atividades econômicas desenvolvidas.....	138
4.8 O desenvolvimento a partir da década de 1940	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
FONTES	154
Entrevistas	155
ANEXOS	156

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa colonial do Rio Grande do Sul.....	60
Figura 2: Primeiros caminhões que transitaram nas estradas da região.	62
Figura 3: Mapa da Inspetoria de Terras do Norte.....	67
Figura 4: Trabalhadores da Inspetoria de Terras.	72
Figura 5: Mapa da colônia Silveira Martins.	76
Figura 6: Caboclos carroceiros transportando mercadorias.	86
Figura 7: Mapa da 1ª secção Braga.	94
Figura 8: Coronel Juca Lau em reunião de trabalho.....	100
Figura 9: Mapa da área territorial de Palmeira das Missões.	101
Figura 10: Mapa dos lotes dos caboclos e italianos.	110
Figura 11: Família de Valentin Stefanello.....	113
Figura 12: Fiorello Stefanello, esposa e filha.	114
Figura 13: Família de João Casarin.....	115
Figura 14: Família de Hugo Piovesan.	117
Figura 15: Família de Carlos Bortoluzzi.	118
Figura 16: Família de Aurélio Zanon.	118
Figura 17: Cantores da Igreja de Jaboticaba.....	119
Figura 18: Atílio Zanon e esposa Amélia.	120
Figura 19: José Garibaldi Bagiotto e família.....	120
Figura 20: Vergílio Descovi e sua primeira esposa Josephina Ribas Descovi.	121
Figura 21: Família de Vitélio Bisognin.	123
Figura 22: Família de Elias Manfio.	124
Figura 23: Família de Olívio Luiz Piccin.	124
Figura 24: Família de Gerônimo Scolari.	125

Figura 25: Família de Romano Bortoluzzi.	126
Figura 26: Família de Luiz Botton (Pais de Eulália Botton Alessio).	127
Figura 27: Família de Genézio Bortoluzzi.	128
Figura 28: Família de Luiz Stefanello.	129
Figura 29: Família de Aquiles Piovesan.	130
Figura 30: Família de Bortollo Schiavinatto.	131
Figura 31: Mapa do Distrito de Trentin.	132
Figura 32: Família Fassini.	133
Figura 33: Família de José Primo Moro.	134
Figura 34: Família de Bortolo Trentin.	135
Figura 35: Família de Antônio Trentin.	136
Figura 36: Família de Pedro Dalbianco.	137
Figura 37: Igreja de madeira da Paróquia de Jaboticaba.	143

INTRODUÇÃO

Pouco tem sido escrito a respeito da questão agrária brasileira e, particularmente, do Rio Grande do Sul. Neste trabalho, trataremos especificamente da história da ocupação e da colonização do espaço de Jaboticaba, refletindo sobre o padrão de colonização implantado no estado do Rio Grande do Sul e sobre o contexto que serviu de base para o desenvolvimento dos trabalhos da Inspetoria de Terras do Norte, processo no qual se insere o município em foco. Nas primeiras décadas do século XX, era vasta a extensão das terras devolutas na região, as quais ainda não haviam sido legalizadas. Diante desse fato, a partir de 1917, o projeto de trabalho implantado pela Diretoria de Terras e Colonização foi o mesmo executado nas décadas de 1940 e 1950, quando aconteceu a colonização das terras de Jaboticaba, ressaltando-se as mudanças ocorridas nas leis agrárias.

Jaboticaba¹, um município que se localiza no noroeste do Rio Grande do Sul, na região do Médio-Alto Uruguai, distanciando-se 390 km de Porto Alegre. Pertencendo a Palmeira das Missões como distrito até 30 de novembro de 1987, Jaboticaba possuía na época uma área de 139 km² e 7.274 habitantes e, com sua divisão política, passou a ter dois distritos: a sede do município e o distrito de Trentin. A base econômica do município é a agropecuária, atividade da qual advêm os recursos para a subsistência da população. Conforme dados colhidos junto à Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, o setor agrícola contribui com 65% da arrecadação municipal de Jaboticaba.

¹ Vide Anexo 1, mapa do município de Jaboticaba.

O estudo proposto abarca o período compreendido entre 1940, ano que marca o início da colonização, e 1958, quando foram concedidos diversos títulos de propriedade da terra na localidade. Para melhor compreender o processo de distribuição de terras, fazemos uma retrospectiva sobre as leis agrárias criadas no Brasil desde o advento da República até a década de 1950.

Para justificar a escolha do assunto em nível de história regional, entendemos que a região se constitui como parte de um todo maior, que, nesse caso é, o estado do Rio Grande do Sul; assim, tem-se a possibilidade de comparação entre diferentes situações históricas. O recorte regional estabelecido permitiu-nos esgotar as fontes disponíveis para a pesquisa, possibilitando, assim, a confiabilidade dos resultados. Além disso, conforme esclarece Janaína Amado, “a historiografia regional tem ainda a capacidade de representar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social.”² No Brasil, os estudos regionais aumentaram sobretudo a partir da década de 1970 e as maiores expressões ocorreram no âmbito da história agrária. Nessa perspectiva, o espaço regional é socialmente construído através das diferentes experiências históricas vividas por seus atores.

No desenvolvimento do trabalho, revisamos, sem a pretensão de exaustão, a bibliografia existente sobre o assunto da ocupação do espaço de Jaboticaba. Fizemos um esforço para elucidar como se deu o desenvolvimento do processo de colonização, buscando todas as informações possíveis em fontes primárias, quais sejam: mapas, fichas de cadastro pessoal, registros de cadastro dos lotes, e em documentos, como requerimentos, atos de concessões, ofícios, relatórios e outros existentes no Arquivo Histórico de Frederico Westphalen e, na Inspetoria de Terras do Norte, hoje Escritório de Terras Públicas, no mesmo município.

Esgotados todos os esforços na busca de informações a respeito do assunto, para o enriquecimento do trabalho, valemo-nos das fontes relacionadas à história oral, considerada hoje como “um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas.”³ Pode-se definir *história*

² AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos da (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, CNPq. 1990, p.13.

³ MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo : Loyola, 1998, p. 17.

oral como um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas e o desenvolvimento mesmo do processo.

A história interessou-se pela “oralidade” na medida em que é um recurso que permite obter conhecimentos e fundamentar análises históricas com base em fontes inéditas ou novas. Sobre o tema, levaram-se em consideração os estudos de Aspásia Camargo, que afirma: “ Hoje eu entendo a história oral e a interpreto como algo realmente pós-moderno. Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade.”⁴

Nesse sentido, fonte de muita relevância para este estudo foram as informações obtidas junto a antigos moradores. Como exemplo, ficamos sabendo, através de entrevista com Euclides Ribeiro,⁵ que, no ano 1958, por obra da subprefeitura, fabricaram-se tubos de concreto para a construção de bueiros e abertura de estradas; também, que se legalizaram muitas das terras do distrito através de lei nº 1.542, de 22 de setembro de 1951, a qual dava direito de propriedade àqueles que moravam há dez anos no local.

Tratando-se da história oral, julgamos pertinente observar que há uma preocupação com as versões individuais sobre os fatos, o que se justifica porque cada depoimento, cada história oral individual tem peso autônomo na experiência em conjunto. Cada indivíduo sente e percebe os acontecimentos de maneira diferente, formula a sua hierarquia de valores e procede à captação dos fatos de maneira individual e específica, manifestando-os, por consequência, de acordo com o seu estado psicológico no momento da fala. Assim se explica que, mesmo sendo verdadeira, a concepção dos fatos históricos possa ao longo do tempo, variar segundo a memória das pessoas que os guardam e expressam.

A história oral apresenta-se como forma de captação de experiências de pessoas que se dispõem a falar sobre aspectos de sua vida, mantendo um compromisso com o contexto social. Outrossim, apresenta-se relevante também para facilitar o

⁴ CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta de. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 76.

⁵ Euclides Ribeiro foi o primeiro subprefeito do distrito de Jaboticaba, ocupando o cargo de 1956 a 1972.

entendimento de aspectos subjetivos de casos normalmente filtrados por racionalismos, objetividades e neutralidades “esfriadas” pelas versões oficiais, ou cujo acesso é dificultado pela lógica da documentação escrita, que encerra um código diverso daquele da oralidade. Nesse aspecto pode-se enquadrar o caso de José Pedro Rodrigues,⁶ conhecido como “Juca Lau”, com referência ao tratamento que dispensava às pessoas que usavam o lenço vermelho ao tempo das desavenças políticas⁷ em Palmeira das Missões.

Na obra de Reatégui, conforme as declarações de Altivo, filho de José Pedro Rodrigues, consta que “Juca Lau” teria pacificado os rebeldes da revolução de 1923, conseguindo doutriná-los, e que conquistava aos inimigos. A história oral, entretanto, revela outras versões, segundo as quais, Juca Lau juntamente o coronel Vazulmiro Dutra,⁸ que era um sujeito autoritário, forçavam as pessoas, que eram intimidadas pelos seus capangas e tinham de prometer, de joelhos, que mudariam de posição política, esses a queimar o lenço vermelho, símbolo dos maragatos⁹ na revolução, ou, até, comê-los. A outra versão pode ser observada na declaração de Altivo José Rodrigues:

Era prefeito de Palmeira o saudoso Dr. Frederico Westphalen, homem bem intencionado que também foi chefe da Colonização da cidade que hoje tem o seu nome. Ele queria realmente que a paz voltasse. Mas o Coronel Vazulmiro mandava gente, não para acomodar os fortalezenses. Mandava para corrigí-los, o que não estava dando certo. Os homens não aceitavam. Mandaram o Capitão Vicentino Pereira¹⁰ que nem conseguiu falar com os maragatos. Ele foi com cinquenta homens e teve de abandonar a Fortaleza. Os líderes dos maragatos eram: Felício Bueno, José Pedroso, Dioclesiano de Oliveira, Pedro Lemes de Camargo e Domingos Galvão. Aí o Dr. Frederico Westphalen falou com o meu pai, José Pedro Rodrigues, o Juca Lau. Meu pai foi o homem que serviu o Partido Republicano, contra os maragatos, mas não era obsecado pela luta, não era fanático. Então ele foi escolhido em 1924 para sub-prefeito e adotou o seguinte sistema: não intimava ninguém a comparecer. Ele e um companheiro, o Capitão Bilau, encilhavam um cavalo e iam até a casa dos maragatos. Iam sem medo. O primeiro que visitou foi o Pedro Domingos e conseguiu doutriná-lo. Nomeou-o Inspetor. Depois passou a visitar o Felício, e assim foi conquistando a todos até que a paz voltou.¹¹

⁶ Sobre este personagem político trataremos no quarto capítulo.

⁷ Citam-se como desavenças políticas a Revolução Federalista e a Revolução de 1923, das quais trataremos no terceiro capítulo.

⁸ Vazulmiro Dutra era estancieiro; despontou quase que abruptamente no panorama político de Palmeira, escudado por seu poder econômico, pela adesão ao Partido Republicano Rio-Grandense e pela mão de Firmino de Paula, mas, sobretudo, por uma situação específica: a Revolução de 1923, que precisava de um homem forte no comando, e ele preenchia o requisito. Ver OTERO, Loiva Félix. Op. cit., p. 148.

⁹ A palavra *maragatos* começou a ser empregada como sinônimo de *federalista*, designando os adeptos do Partido Federalista, chefiado por Gaspar Silveira Martins, que se levantara em armas contra o governo de Júlio de Castilhos, presidente do estado e chefe unipessoal do Partido Republicano. Ver REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus*. Porto Alegre: L & PM, 1985.

¹⁰ O coronel Vicentino Pereira era avô do professor Mozart Pereira Soares.

¹¹ REÁTEGUI, Duilsi B. *Seberi Fortaleza Rinção da Fortaleza*. Frederico Wetphalen: Marin s.d., p. 35.

Voltando à história oral, ratificamos que, no sentido prático, as memórias são lembranças guardadas e, como tal, dependem, para vir à tona, de condições físicas e “clínicas” dos depoentes, bem como das circunstâncias. Conforme Meyhy:

Uma vez que a memória é sempre dinâmica, que muda e evolui de época para época, é prudente revitalizar seu uso, posto que o objeto em análise, no caso, não é a narrativa objetivamente falando, nem sua relação contextual, mas sim a interpretação do que ficou (ou não) registrado na cabeça das pessoas¹²

Neste estudo a história oral permitiu-nos elucidar muitos fatos, auxiliada pela fotografia, também utilizada na reconstrução da história local, porque funciona como testemunho, atestando a existência de uma dada realidade. Porém, por si só, não se pode atribuir sentido às fotografias, o qual precisa ser buscado em outras referências que dêem conta do seu contexto. Conforme Schaeffer, a fotografia constituiu-se em importante documento histórico porque como a foto de recordação, ou a imagem fotográfica servem para se recordar dos acontecimentos e remontar o passado.¹³

No que se refere a passos metodológicos, Loiva Félix declara que “existem princípios básicos de metodologia científica e de metodologia histórica que devem ser objeto de reflexão e de escolha do historiador, jamais regras fixas ou universais.”¹⁴ No desenvolvimento do presente trabalho, procurou-se seguir esses princípios deixando que o processo se desenvolvesse de forma natural na busca exploratória do conhecimento. Porém, essa busca, por si só, não basta; há necessidade de o pesquisador utilizar-se de técnicas e métodos na pesquisa para obter dados que deseje.

Quanto aos conceitos empregados no texto, esclarecemos que a palavra *colono* é aqui usada para designar os pequenos proprietários, tanto descendentes de imigrantes quanto nacionais, que receberam ou adquiriram terras em pequenos lotes para prover uma agricultura de subsistência; *colônia*, para os colonos, era o lote de terra que haviam recebido ou comprado do Estado ou de particulares, e *colonizadores* eram os proprietários das terras.

Ao introduzir o estudo a respeito do processo de ocupação do espaço de Jaboticaba, julgamos ainda importante observar que sentimos certa dificuldade em

¹² MEYHY, José Carlos Sebe Bom. Op. cit., p. 76.

¹³ SCHAEFFER, Jean-Marie. A imagem precária. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa : UEPG, v.5, n. 2, 2000, p. 139.

¹⁴ FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 71.

dispor de fontes de consulta em virtude da escassez de obras referentes à questão agrária e da falta de preservação do material existente, como no caso de muitos documentos pertencentes à Comissão de Terras e Colonização de Palmeira das Missões, os quais não oferecem condições de manuseio. Além disso, são raros os particulares que preservam documentação escrita, como títulos de propriedade das terras, dificultando-nos o acesso a documentos originais, os quais seriam, certamente, de grande valia para a investigação a que nos propusemos.

Para relatar o processo de pesquisa posto em prática para a abordagem do tema, este texto está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, trazemos como pano de fundo o panorama geopolítico do município de Palmeira das Missões, de cuja área Jaboticaba se desmembrou. Desde o Império e durante o período da República Velha, aquele território esteve sob o domínio de fazendeiros, revestidos de poder coronelístico e, em sua maioria, pertencentes ao Partido Republicano Rio-Grandense. A presença dos coronéis foi significativa na região, com sua conseqüente força econômica e política, porém, paralelamente, uma oposição partidária se fez sentir como “poder do mato”. Palmeira das Missões destacou-se no cenário rio-grandense como município de atuação política forte, que continuamente elegia seus representantes à Assembléia Estadual e à Câmara Federal. Ainda neste capítulo, buscando compreender a política fundiária, procedemos a uma rápida retrospectiva da história agrária desde 1889 até a década de 1950, uma vez que a Diretoria de Terras e Colonização possuía como parâmetros leis agrárias em vigor para proceder à discriminação e à legitimação das terras e executar os serviços de colonização nas áreas devolutas.

No segundo capítulo, procuramos apresentar as ações projetadas pelo governo do estado no sentido de realizar uma política agrária em sintonia com a ideologia positivista que se desenvolveu no Brasil a partir da Primeira República e que teve reflexos no estado. Foi a partir de 1917, com a instalação da Comissão de Terras e Colonização, que se desencadeou a colonização regional com a conseqüente formação de núcleos coloniais no território de Palmeira das Missões. Nesse município, as lideranças políticas atuaram de maneira diferente nos períodos de Borges de Medeiros e de Getúlio Vargas, visto que, no último, dificultou-se a aquisição das terras pelos colonos.

O terceiro capítulo -“A colonização da região de Jaboticaba”- trata das origens da colonização, e da formação histórica do povo, destacando-se a presença dos caboclos e dos descendentes de imigrantes italianos provenientes da 4ª colônia. E no quarto capítulo, dedicamos atenção especial à história da ocupação do município de Jaboticaba, que se constitui no objeto da pesquisa. Tratamos da política regional, dos representantes do poder local, detendo-nos especialmente na (re)construção da história dos descendentes de imigrantes italianos que se fixaram nas terras de Jaboticaba.

Um olhar sobre as fontes

Das obras analisadas consideramos de significativa importância para o tema a de Mozart Pereira Soares, *Santo Antônio da Palmeira*,¹⁵ na qual, além da história política do município, também são abordados os processos de colonização, o desenvolvimento regional e a descrição geográfica. O autor relata a história de Palmeira das Missões, destacando o seu valor histórico e político dentro do contexto do Rio Grande do Sul, razão pela qual este trabalho se constitui numa rica fonte de pesquisa sobre o município, para fins de estudos históricos.

Outra fonte relevante para o estudo foram os escritos do padre Valdir Formentini,¹⁶ que, de 1992 até 1996, trabalhou em Jaboticaba e recolheu informações históricas do local junto às pessoas mais antigas, os primeiros colonizadores, compilando-as sob a forma de manuscritos. Em um dos trechos por ele escritos, Formentini registra:

Do grupo dos italianos, Luiz Locatelli (que nasceu em 1877 e faleceu em 1944) casado com Cândida, vieram da região de Taquari. Moraram alguns anos em Santa Bárbara. Chegaram em Jaboticaba por volta de 1910 e estabeleceram-se onde atualmente residem os familiares de Aquiles Piovesan. Naquelas baixadas cultivaram muito arroz que era trilhado com cascos de mulas. Também era muito cultivado o feijão, o milho, a linhaça e o trigo.¹⁷

Autor que também tratou da região, analisando a ocupação e a colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1827 e 1931, foi Aldomar A. Rückert.¹⁸ Sobre o espaço geográfico analisado, Rückert demonstrou que há riqueza do ponto de vista da composição social e que a trajetória de ocupação e

¹⁵ SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.

¹⁶ FORMENTINI, Valdir. *Manuscritos*. Jaboticaba: s.ed., 1994.

¹⁷ Idem p. 5.

¹⁸ RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

colonização das terras apresentou-se significativa para a compreensão das origens da região norte do Rio Grande do Sul. As questões levantadas por este autor dizem respeito à gênese das principais classes sociais rurais, às relações sociais mantidas entre estas e à maneira como se apropriaram da terra. Em seu estudo, Rückert registra que

(...) em documento de 1877, da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Palmeira (Palmeira das Missões), evidencia-se que os camponeses pobres não têm recursos para pagar todos os procedimentos legais e técnicos do processo de legitimação e medição das terras a que têm direito legalmente por serem posseiros; por isso em sua maioria, eles não comparecem aos registros paróquias.¹⁹

Em outro trecho informa que

a instituição da República ocorre num momento histórico em que o capitalismo se dissemina rapidamente, exigindo propostas políticas em nível interno que busquem o progresso. Para tanto, abrir as terras do Norte do estado à colonização torna-se, no Rio Grande do Sul, uma necessidade criada e uma linha de ação do governo republicano positivista²⁰.

Igualmente Luiza Kliemann,²¹ com a obra *RS: terra & poder*, nos auxilia ao tratar dos problemas relacionados à posse e ao uso da terra. Analisando a arregimentação da oposição política rio-grandense e seu comportamento frente à questão agrária, a autora comenta as ações das lideranças que propunham reformas para atender à agropecuária e aglutinar as forças políticas contrárias ao Partido Republicano Rio-Grandense, então no poder.

Paulo Afonso Zarth,²² em *História agrária do Planalto gaúcho*, estuda o processo de ocupação e apropriação da terra nessa região do Rio Grande do Sul de 1850 a 1920. Foi nesse período que se formaram as grandes propriedades pastoris e surgiram os primeiros camponeses sem-terra, quando, paradoxalmente, havia milhares de hectares de terras virgens. O autor observa a respeito:

Uma realidade importante no processo de apropriação da terra: os camponeses pobres não tinham recursos para medir as terras a que tinham direito legalmente por serem posseiros. (...) Aproveitando-se dessas condições, os usurpadores requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários delas em detrimento dos posseiros que ali viviam. Não devia ser raro chegar algum sujeito com um título de proprietário da terra na mão e apresentá-lo aos que realmente ocupavam e usufruíam delas.²³

¹⁹ Idem p. 84.

²⁰ Idem p. 99.

²¹ KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: Terra & Poder*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

²² ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850 – 1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

²³ Idem p. 63.

Em termos da contextualização política da região do Planalto Médio, à qual pertencia Palmeira das Missões, Loiva Otero Félix²⁴ pesquisou a origem e a evolução do poder político dos coronéis no Rio Grande do Sul desde o Império até a Primeira República. Analisando a formação do modelo borgista para extrair a matriz do tipo de coronel vigente no período, a historiadora demonstra o paralelismo existente entre as fases do Partido Republicano Rio-Grandense e as transformações do coronelismo; mostra as diferentes formas de representação do poder no Planalto Médio, especialmente em Palmeira das Missões, onde os coronéis²⁵ detentores de poder apossaram-se de grandes extensões de terra. Nesse município e em Cruz Alta, a atuação dos coronéis foi destacada, conforme relata:

Na luta contra as insurreições locais e nacionais, Borges continuou a recorrer aos corpos provisórios da região serrana e, nelas, Palmeira e Cruz Alta destacaram-se, pela ação dos coronéis Vazulmiro Dutra e Victor Dumoncel Filho, respectivamente. (...) Em Palmeira era intendente o dr. Frederico Westphalen, mas a liderança política efetiva pertencia ao coronel Vazulmiro, que estava com suas relações muito abaladas com Borges de Medeiros, particularmente depois de ter assumido comportamento rebelde, quando em Goiás, no comando do “Terceiro Pé no Chão”, o que culminou com a dissolução do 3º C. A. e com o deslocamento do 18º Cª comandado por Dumoncel, para Palmeira.²⁶

Também Victor Nunes Leal,²⁷ em sua obra *Coronelismo, enxada e voto*, considera o coronelismo como compromisso político, troca de proveitos entre o poder público progressivamente favorecido e os chefes locais que ocupavam o lugar de maior destaque nas localidades em que residiam.

Em nível estadual, cabe destacar a obra de Joseph Love,²⁸ que, entre outros temas, aborda a regulamentação da propriedade no Rio Grande do Sul, a introdução do arame farpado para cercá-la e os acontecimentos da Primeira República, que moldaram de forma distinta a política gaúcha. Os coronéis do Rio Grande do Sul eram proprietários rurais, embora não necessariamente os maiores proprietários nos distritos onde residiam; o que os distinguia era o seu papel dentro da estrutura partidária.

Eliane Lúcia Colussi,²⁹ além de uma retrospectiva histórica do municipalismo brasileiro no período da República Velha, resgatou com propriedade o ambiente político

²⁴ FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

²⁵ O termo *coronel* originou-se da patente da Guarda Nacional, concedida ou comprada pelo grandes fazendeiros, comerciantes ou industriais dos municípios. Ver ANTONACCI, Maria Antonieta. Op. cit., p.12.

²⁶ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 153-154.

²⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

²⁸ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

²⁹ COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

do Estado Novo no Rio Grande do Sul (1937-1945) analisando as repercussões do processo de centralização, burocratização e modernização nos municípios gaúchos. A autora mostrou que, nesse período, houve um discurso oficial de valorização da esfera municipal. Sobre o assunto ela se refere nos seguintes termos “(...) o discurso estadonovista conferiu um grau de valorização à esfera de poder municipal bem maior que em qualquer fase da história brasileira.”³⁰

Também a obra de Nilo Bernardes³¹ apresenta o estudo da divisão regional do território rio-grandense conforme as zonas geográficas naturais e explicita as diferenças do povoamento que se estabeleceu no território do Rio Grande do Sul, em comparação a outros estados da federação. Bernardes traça as linhas da evolução do povoamento em nosso estado, assim como os fatores que teriam conduzido a uma distribuição desigual de sua população. Ressalta a existência, no Rio Grande do Sul, de duas estruturas agrárias diferentes: o campo e o mato. O estudo desta obra foi válido, num no sentido prático, por permitir utilizar as idéias sobre a situação campo e mato para a região em estudo, visto que Jaboticaba se localiza na divisa entre o campo e o mato, este objeto de pedidos de legitimação de posses a partir da década de 1940, com a conseqüente medição das terras para os caboclos e descendentes de imigrantes que se tornaram os colonizadores. A partir da década de 1920, elementos com poder local já haviam requerido em seu nome grandes quantidades de terras, que também foram vendidas aos descendentes de imigrantes, provenientes especialmente da 4.^a colônia.

O estudo realizado sobre as obras descritas serviu-nos de base para o trabalho desenvolvido, referente à formação histórica e política do município Palmeira das Missões, suas origens e a presença significativa dos coronéis na região. Para o estudo de como se desenvolveu o projeto de colonização regional, no qual foi marcante a presença dos descendentes de imigrantes a partir a década de 1940, detivemo-nos, mais especificamente na história da ocupação e colonização das terras, assim como na formação histórica da população que habitou o território de Jaboticaba.

³⁰ Idem, p. 97.

³¹ BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997.

CAPÍTULO 1

TERRA-MÃE

Neste capítulo, como “pano de fundo”, tratamos a respeito de Palmeira das Missões, município de dimensões territoriais colossais, em cuja história política houve, desde a segunda fase do povoamento, a presença forte do coronelismo, representando o poder político local. O estudo justifica-se uma vez que Jaboticaba pertencia a Palmeira das Missões até a sua emancipação política; por conseqüência, também tem em sua história vestígios desse fenômeno. Para elucidar o assunto objeto da pesquisa, ou seja, o processo de ocupação do espaço de Jaboticaba, procedeu-se a uma retrospectiva das leis criadas no estado e da atuação do respectivo poder político.

1.1. Palmeira das Missões: o município de origem

Palmeira das Missões, considerada terra de “centauros” vigilantes das fronteiras do Rio Grande do Sul, é sulcada por rios, onde correm fecundantes as águas de um sereno azul.

A região constituía-se em rota por onde transitavam os paulistas que vinham desde o passo do Goio-en e passavam para a margem direita do rio da Várzea e do rio Passo Fundo, até atingirem as cabeceiras do rio Jacuí, seguindo em direção a Cruz Alta. O caminho ramificava-se, seguindo um em direção a Passo Fundo e outro em direção às Missões. O local servia aos tropeiros como ponto de parada, feita no passo de um arroio, que atualmente marca a divisa entre os territórios de Cruz Alta e Palmeira das Missões e ficou conhecido como “Passo da Palmeira”, nome originado da existência de uma palmeira no local.

Palmeira das Missões constituía-se em um território de dimensões colossais na época de sua emancipação política.¹ Situado na região do Médio-Alto Uruguai e Planalto Médio, dispunha de uma superfície de terras que abrangia 9.252 km². Sobre a região em análise, Hemetério José Velloso da Silveira² relata: “A natureza tornou essa zona missioneira uma das mais interessantes pela beleza do solo (...) e não foi só a beleza agreste de todo esse território, o que mais tivemos de apreciar, porém sobretudo a feracidade de um solo que tudo produz de bom e melhor (...).³

Palmeira das Missões está situada sobre uma das ramificações da “Coxilha Grande do Albardão”, como relata Mozart Soares:

De Palmeira para o norte, diz Borges Fortes, ela toma o nome de Serra do Guarita, balisada por Seberi e Frederico Westphalen. Ao alcançar a povoação de Osvaldo Cruz, essa lombada se esgalha e separa as águas dos numerosos afluentes do Uruguai nessa região. A Serra do Guarita separa dois grandes cursos d’água, os rios da Várzea e da Guarita, o primeiro correndo por sua vertente oriental e o segundo pela ocidental.⁴

Velhos caminhos ligavam o centro administrativo de Palmeira às sedes dos distritos, que até o ano de 1876 eram apenas três: o primeiro distrito, que tinha sua sede na vila, criado pela lei provincial n.º 335, de 14 de janeiro de 1857; Campo Novo, o segundo, criado pela lei provincial n.º 552, de 21 de maio de 1863; e o terceiro, Nonoai, criado por lei provincial n.º 925, de 3 de abril de 1875. Tais caminhos permitiram atingir os pontos mais longínquos do município, que se caracterizava por uma grande extensão territorial. Sobre o assunto Vitor Battistella relata:

Em 1913, por ordem do prefeito Coronel Vicente da Silva Machado, foi aberto outro pique desde o fundo da Fortaleza 5 (...) até o “Sítio dos Osórios”, na barra do Braga; continuava pela margem esquerda do rio da Várzea até a Barra do Lageado Chiquinha (...). O mesmo prefeito mandou abrir novo pique do Fundo da Fortaleza, rumo às Águas do Mel (...). Parece que este pique serviu de pista ao Dr. Frederico Westphalen, chefe da Inspetoria de Terras de Palmeira. Vendo o afluxo crescente de gente de toda parte às Águas do Mel, encarregou em 1917 os engenheiros Vilanova, Couto e Hoffmann de abrir nova picada e construir estrada de três metros de largura, do fundo da Fortaleza, que, por isso passou a se chamar “Boca da Picada”, com destino às Águas do Mel.⁶

Jaboticaba pertenceu como distrito ao município de Palmeira das Missões, que se configurou como um território dominado por fazendeiros revestidos de poder

¹ Palmeira das Missões pertencia a Cruz Alta como quarto distrito, tendo se emancipado em 6 de maio de 1874.

² VELLOSO DA SILVEIRA, Hemetério José. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Universal, 1909.

³ Idem, p. 322 -323.

⁴ SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 15.

⁵ Trataremos desse distrito no terceiro capítulo.

⁶ BATTISTELLA, Vitor. *Painéis do passado*. Frederico Westphalen: Marin, 1969, p.17.

coronelístico, os quais representaram na história regional um símbolo de poder político. Entre esses podemos citar o coronel Vazulmiro Dutra, que representava o poder do campo,⁷ e Leonel Rocha, identificado com o poder do mato.⁸ Em lutas ferrenhas, eles procuraram sempre defender os seus interesses e os dos grupos aos quais se ligavam, como observa Loiva Félix a respeito:

[...] Ali a luta coronelista sempre foi maior. A extensão territorial do município e a diversificação de produção econômica (sobretudo erva-mate / pecuária, além de diferentes culturas como o feijão, o milho, a mandioca e a batata, nas áreas coloniais) facilitaram também a proliferação de lideranças distritais que disputavam entre si o prestígio ao nível municipal.⁹

O relevo de Palmeira das Missões, em sua origem, apresentava uma superfície que se desdobrava em elevações, algumas arredondadas, outras alongadas – as coxilhas. Formaram-se, assim, campinas, pelas quais se espalhavam os rebanhos bovinos, que constituíam uma grande riqueza. Por essa razão, muitos e poderosos criadores instalaram-se no município, com extensas fazendas de gado, dos quais destacamos: Augusto Sampaio, Marcelino Cavalheiro, Vazulmiro Dutra, Adolpho Teixeira do Amaral, Josino dos Santos, Sebastião Magalhães, Serafim e João Amado.

Mas havia também as matas virgens, repletas de madeiras de lei e pinho, que ocupavam as margens do rio Uruguai e, em menor escala, as terras do Planalto Médio. Veremos adiante que era interesse da administração de terras e colonização que, com o desenvolvimento da viação, a madeira fosse aproveitada para o comércio e não apenas para o consumo.

1.2. Povoamento da região

A história de Palmeira das Missões começa quando a região é visitada pelos exploradores dos caminhos das Missões portuguesas, comandados pelo alferes Athanagildo Pinto Martins,¹⁰ os quais iam em busca da erva-mate. Três fases distintas

⁷ Representar o poder do campo significa representar a força dos estancieiros, donos de grandes extensões de terra e identificados com as forças situacionistas ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense.

⁸ Representar o poder do mato significa representar os ervateiros, pobres, despossuídos e identificados com as forças de oposição política. A erva-mate manteve sua importância econômica ao longo do século XIX e durante a República Velha. O *poder do mato* foi uma força sociopolítica configurada nos ervateiros. Ver FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 84.

⁹ Idem, p. 106.

¹⁰ Militar e aventureiro, o alferes era filho de capitão-mor paulista, tendo-se tornado proprietário de

caracterizam o povoamento do município. A primeira fase refere-se à presença das Missões Jesuíticas,¹¹ abrangendo o reconhecimento do território e estendendo-se da descoberta à exploração dos ervais nativos, quando então, por consequência, abriram-se os primeiros caminhos.

Partindo dos núcleos principais dos Sete Povos, a princípio São Miguel e mais tarde de Santo Ângelo e São João Batista, dirigiram-se para o norte e nordeste a procura das formações mais densas de erva-mate, especialmente entre os vales do Guarita e Nhucorá, na região ocidental da antiga Palmeira.¹²

Este período pode ser definido entre 1631 e 1756, durante o qual não existiram núcleos urbanos permanentes, mas apenas ranchos temporários, que eram erguidos por ocasião do plantio da terra e, depois das colheitas, eram deslocados para outros locais. Por essa razão, a população caracterizava-se como seminômade.

Conforme escritos de Jorge E. Cafruni, em sua obra *Passo Fundo das Missões*,¹³ há confirmação de que as terras pertencentes ao território de Palmeira das Missões faziam parte de uma das estâncias organizadas pelas Missões Jesuíticas, como podemos verificar: “A Santo Ângelo pertencia a Estância de São Francisco Xavier, que ficava em terras antigamente ocupadas por este povo da margem oriental do Uruguai, com dois ou três postos”. O autor complementa: “A Estância de São Xavier (...) ficava entre os rios Ijuí e Nhucorá. Havia dentro desse território três estâncias de gado, sendo as duas últimas entre as cabeceiras de Ijuí e Jacuí, no hodierno município de Palmeira”.¹⁴

A segunda fase foi chamada “ciclo do tropeirismo”, caracterizando-se pelo bandeirantismo pastoril, representado pela presença dos paulistas que campeavam a gadaria remanescente da criação jesuítica. Foi um período que se estendeu por mais de um século, começando por volta de 1816 e durando “até o primeiro quartel do século

grandes extensões de campo. No seu inventário *post-mortem* constam inúmeras invernadas, escravos, fazendas e um bom número de animais. Ver ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 53.

¹¹“Em 1631 acossados pelos paulistas, os jesuítas do Paraná começaram a estender os seus estabelecimentos ao Oriente do Uruguai e em território hoje do Rio Grande do Sul, onde possuíam três missões. Em 1636, já eram quinze, compreendendo entre o Uruguai a Oeste, o Ijuí e a Serra Geral ao norte, o Ibicuí (então Ibiautí) a leste. À parte oriental desse território davam os jesuítas o nome de Província do Tape.” Ver CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das Missões*. Passo Fundo: A Nação, 1966. p.84

¹² SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 81.

¹³ CAFRUNI, Jorge E. Op. cit., p. 474.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

XX, espaço de tempo em que saíram de Palmeira das Missões, com destino a São Paulo, as últimas grandes tropas de mulas.”¹⁵ Definiu-se nesta fase o domínio português na região, com o estabelecimento das primeiras fazendas e o surgimento inicial dos arranchamentos da região dos campos. Foram esses decorrência econômica da primeira fase, com a exploração da erva-mate, que atraiu caravanas de mercadores vindos de carretas do então município-mãe Cruz Alta.

A terceira fase de povoamento de Palmeira das Missões vai de 1917 a 1950 e inicia-se com a colonização, que foi marcada pela chegada de agricultores provenientes de outros pontos de estado. Trataremos a respeito dessa terceira fase de povoamento no terceiro capítulo.

O surto da colonização, de procedência européia, ainda não estava presente na segunda fase, que como já anunciamos, decorreu do primeiro quartel do século XIX (1816) até as duas primeiras décadas do século XX (1920), em razão das lutas sangrentas travadas entre os chefes políticos e nas quais era envolvida toda a população. Os núcleos urbanos desenvolviam-se lentamente e o tipo de chefe local característico na região ia aos poucos se delineando. Vejamos o que afirma Soares:

O baixo rendimento por unidade de superfície explorada, exigia grandes extensões para cada proprietário. Sua defesa, desde os primeiros dias do continente de São Pedro, durante dois séculos sacudidos por lutas ininterruptas, moldou um tipo de homem especial, pastoril e guerreiro, em que o peão é um soldado natural de cavalaria e o fazendeiro é um caudilho em potencial. Este “coronel” tem moradia social na cidade, onde vive a maior parte do tempo sua família, mas passa longas temporadas no campo. Não absorvido por atividades comerciais ou industriais, dispõe de consideráveis lazeres que emprega no jogo de influências eleitoreiras.¹⁶

Pelo trecho transcrito, podemos observar claramente a influência dos poderes locais na condução dos fatos da época. Maria de Lourdes Janotti ajuda-nos nessa reflexão: “A patente do coronel, uma das mais valorizadas, deixou aos poucos de se relacionar estritamente ao exercício de uma função militar ou policial, passando popularmente a ser empregada para distinguir os chefes políticos.”¹⁷

Os coronéis constituíam a elite econômica local, sendo, em sua maioria, proprietários de terras. Em Palmeira das Missões, o primeiro intendente foi Serafim de

¹⁵ SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 82.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Op. cit., p. 21.

Moura Reis, dono de vastas extensões de terra, que governou Palmeira das Missões por dois períodos consecutivos: de 1875 a 1878 e, desta data, até 1882. Sucedeu-o na administração Júlio Pereira dos Santos, que governou o município por mais dois períodos consecutivos, de 1904 a 1911. Desta vez, a influência de Serafim de Moura Reis, como coronel todo-poderoso, foi substituída pela de Firmino Paula que passou a interferir no governo de Júlio Pereira dos Santos, como relata Loiva Félix: “O desenvolvimento material, e a relativa estabilização da sociedade, foi conseguido às custas da perda da autonomia, com a interferência da política estadual em Palmeira e em Cruz Alta, via Firmino de Paula”.¹⁸ O coronel fazia política e intercedia junto à complementava a administração pública no âmbito municipal, em favor de seus apaniguados, numa troca de proveitos entre o chefe político e o governo estadual.

No que se refere às relações de poder, Janotti afirma que “é impossível desvincular o coronelismo do mandonismo local”. O coronel era sempre um chefe político com poder econômico e que, com o apoio e prestígio do governo do estado, procurava garantir eleições situacionistas.

Na visão de Victor Nunes Leal,¹⁹ o coronelismo surgiu na confluência de um fato político articulado com uma conjuntura econômica. O fato político foi o federalismo implantado com a República, quando o governador republicano passou a ser eleito pelas “máquinas” dos partidos políticos estaduais. Paralelamente, em torno dos governadores se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis com poder econômico eram os principais representantes.

Dessa forma, entendemos coronelismo como uma maneira de ascendência política, econômica e social em nível local, que vai aumentando sua influência a círculos cada vez mais amplos. Os pequenos coronéis limitavam-se a gerir a política do lugarejo e a seguir sempre o situacionismo no plano estadual e federal; a clientela política de um coronel variava de acordo com a sua área de influência, os compromissos locais e o seu prestígio pessoal. Por exemplo, a cada eleição era organizada uma nova lista de eleitores e, a partir deste momento, delineava-se a influência coronelista, ou seja, eleitores que eram incluídos na lista de um determinado coronel ficavam fora da lista de outro cuja posição política era divergente, não fazendo parte, portanto, da sua clientela.

¹⁸ FÉLIX, Loiva . Op. cit., p. 113.

¹⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1997.

A Constituição de 1891 consagrou o princípio federativo, permitindo a descentralização administrativa, estabelecendo as prerrogativas dos estados e resguardando a autonomia municipal, a qual era regulada na Lei Orgânica Municipal. É preciso considerar aqui considerar que o Rio Grande do Sul se caracterizou por um modelo político próprio na medida em que sua Constituição, de inspiração positivista, não seguia a Constituição Federal, como escreve Love:

(...) o Partido Republicano Rio-Grandense afastou impiedosamente do poder os membros de outros partidos. Júlio de Castilhos, ademais, tinha transformado inteiramente seu partido em algo tão autoritário quanto o governo estadual a ponto de ser capaz, mesmo após abdicar do governo, de dominar o Rio Grande mediante o controle sobre o partido, situação quase única no Brasil.²⁰

Como dirigente do partido, Castilhos reservava para si todas as grandes decisões políticas e também a maioria das de menos importância; quanto aos encargos administrativos, ficavam sob a responsabilidade de seu leal, eficiente e inteligente companheiro Borges de Medeiros.²¹ Republicanos e federalistas disputavam o governo do Rio Grande do Sul e, em consequência dos fatos políticos, ocorriam sérias divergências partidárias. O Partido Republicano Rio-Grandense predominou no governo, mas somente conseguiu manter seu monopólio de poder por mais de trinta anos fazendo uso da violência, da fraude e do auxílio da Brigada Militar.

Com a Constituição estadual de 1891, a regulamentação sobre os municípios foi entregue ao próprio estado, que legislava estabelecendo prerrogativas constitucionais para esses, deixando-lhes o mínimo de rendas e escassa autonomia. A centralização das decisões com referência à estrutura econômico-social assentou-se em compromissos de poder de base coronelista. Assim, o poder público tornou-se fraco em razão da deficiente legislação municipal e o poder dos coronéis fortaleceu-se com a criação dos conselhos municipais (compostos por esses), de modo que eles continuaram a ter significativo espaço na vida dos municípios.

O progresso econômico do Rio Grande do Sul, graças ao comércio do charque e à sua posição estratégica, foi a mola propulsora do acordo entre o poder público e os coronéis que atuavam mais no norte do estado, gerando, assim, uma situação política muito difícil até

²⁰ Ver LOVE, Joseph . Op. cit., p. 81.

²¹ Antônio Augusto Borges de Medeiros sucedeu a Júlio de Castilhos no governo do estado do Rio Grande do Sul, com breves intervalos, de 1898 a 1928. Faleceu em 1961, aos 97 anos de idade, após converter-se ao catolicismo. Ver LOVE, Joseph. Op. cit., p. 276.

mesmo para o governo central. Sempre que possível, o presidente dava garantia de poder às situações estaduais, formando-se uma cadeia de compromissos que pode ser assim resumida:

O município sufragaria nas umas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por esta razão tornou-se ele, necessariamente, o centro das maiores manipulações do sistema. Como o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer ou pesar nessa barganha, os coronéis revestiam-se da autoridade municipal. Eles comandavam o eleitorado de cabresto e portanto eram os lídimos integrantes do pacto. Conseguiram os votos e, em troca, reconheciam-lhes a autoridade política.²²

A população estava fortemente atrelada a esses coronéis, com os quais estabelecia relações de favores recíprocos. Nesse contexto, o controle político e militar dos fazendeiros era inquestionável visto que seu prestígio e poder estavam ligados à sua capacidade de aliciar homens dispostos a lutar contra qualquer inimigo. Como registra Loiva Félix, “essa política prosseguiu e aprimorou-se com Borges de Medeiros, que estabeleceu nova articulação do poder do governo estadual com os poderes locais, atendendo aos interesses sobretudo dos estancieiros do Planalto Médio”.²³

No Rio Grande do Sul, conforme Joseph Love,²⁴ a ação do Partido Republicano Rio-Grandense²⁵ foi muito importante por ter representado o sustentáculo da autoridade legal do governador. A disciplina partidária imposta estava ligada à capacidade dos coronéis na mobilização dos votos em seus distritos.²⁶ Na organização partidária gaúcha do período, dois partidos políticos estavam em permanente disputa pelo poder no estado, cada um deles representando regiões socioeconômicas diferentes:

De um lado, os setores ligados à pecuária tradicional, grupo dominante até então, e, de outro, aquelas ligados ao Norte do estado mais suscetíveis à diversificação econômica. Acrescente-se a isso o fato de que a região apresentava um crescimento econômico considerável já naquele momento, o que levaria a constituir-se, posteriormente, na principal região do estado.²⁷

²² Idem, p. 38.

²³ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p.68.

²⁴ LOVE, Joseph L. Op.cit., p. 83

²⁵ O modelo conservador-autoritário tem suas raízes na ideologia do grupo mais representativo da propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Inspirado nas idéias positivistas, o Partido Republicano Rio-Grandense organizou-se em fevereiro de 1882 e sua primeira Comissão Executiva foi formada por Ramiro Barcellos, Demétrio Ribeiro e Apolinário Porto Alegre. Ver: TRINDADE, Héglio Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense. p. 123. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA S RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1993, p. 123

²⁶ A coersão e a violência eram usadas nas campanhas eleitorais sempre que houvesse perigo de vitória da oposição. Ver LOVE, Joseph L. Op. cit., p. 83.

²⁷ COLUSSI, Eliane Lucia. Op. cit., p. 31.

Foi essa oposição a responsável por dois movimentos de luta armada de grande importância na vida política gaúcha: a Revolução Federalista de 1893,²⁸ que ceifou muitas vidas no Rio Grande do Sul, e a Revolução de 1923.²⁹ Nesta última, uma das mais sangrentas da história rio-grandense, Palmeira foi palco de inúmeros combates entre chimangos e maragatos, liderados, respectivamente, por Vazulmiro Dutra³⁰ e Leonel Rocha.³¹ Como relata Mozart Pereira Soares, a região interiorana conflagrada em primeiro lugar no Rio Grande do Sul foi a da Serra - Passo Fundo, Palmeira, Cruz Alta e Erechim -, onde operavam os revolucionários Leonel Rocha, Felipe Portinho, Salustiano de Pádua e Sebastião Menna Barreto.

Borges de Medeiros confiou a defesa da região a Firmino Paula, que era coronel da Guarda Nacional, primo de Júlio de Castilhos e homem de absoluta confiança do governador do estado. De personalidade forte e autoritária, Firmino era prestigiado especialmente por sua atuação na Revolução Federalista (em que fora responsável pelo famoso extermínio de maragatos em Boi Preto) e pelo exercício do cargo de subchefe de polícia da região.³² E foi ele quem incumbiu Vazulmiro Dutra de organizar o Terceiro Corpo Provisório³³ em Palmeira das Missões.

Eliane Lucia Colussi³⁴ destaca que, embora o período tenha sido conturbado pelas revoltas, a eficiência do Partido Republicano Rio-Grandense³⁵ manteve-se

²⁸ Na Revolução Federalista, havia rivalidade entre os dois grupos políticos: republicanos - partidários de Júlio de Castilhos, grupo coeso e unido; e federalistas – partidários de Gaspar Silveira Martins, monarquistas liberais, maragatos, grupo heterogêneo, cujo interesse era combater Júlio de Castilhos. Ambos, castilhistas e gasparistas, consideravam-se herdeiros do passado glorioso conquistado com a Revolução Farroupilha e lutavam pela legitimidade do poder. Ver texto de FÉLIX, Loiva Otero. *Monarquia e República: Gaspar e Júlio. Os heróis na fala de chimangos e maragatos... ou...Contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador.* In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero: *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.* Porto Alegre: UFRGS, 1995, p.12.

²⁹ Na Revolução de 1923, as oposições (chimangos e maragatos) recorreram às armas para mostrar a necessidade de uma intervenção que garantisse a rotatividade no uso do poder. O governo federal enviou um mediador para pôr fim às hostilidades, o que aconteceu em 23 de dezembro de 1923, com o Pacto de Pedras Altas. Ver a respeito ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 114.

³⁰ Vazulmiro Dutra detinha o poder do campo porque representava o poder político dos estancieiros.

³¹ Leonel Rocha representava o poder no mato, os ervateiros. Liderando a luta dos “mal-armados” e juntamente com os revolucionários de 1923, queria impedir que Antônio Augusto Borges de Medeiros se perpetuasse no governo do estado Rio Grande do Sul.

³² FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 93.

³³ Wazulmiro Dutra, em 1923, recebeu a árdua tarefa de organizar e comandar um Corpo Auxiliar da Brigada Militar. Ver TIMM, Octacílio. *Álbum ilustrado do Partido Republicano castilhista*. Porto Alegre: Selbach, 1934, p. 363.

³⁴ COLUSSI, Eliane Lúcia. Op. cit., p. 29.

³⁵ Durante mais de trinta anos, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) manteve sua hegemonia política de forma inquestionável, não pela ausência de oposição, mas, sim, pela capacidade de criar uma máquina político-administrativa eficiente e com ramificações em todo o estado. Ver COLUSSI, Eliane L. Op. cit., p. 29.

inalterada, sobretudo em razão do modelo de partido disciplinado, autoritário e com ramificações de lealdade política espalhadas pela maioria dos municípios gaúchos, como foi o caso de Palmeira das Missões. Nessa época, após período eleitoral, as numerosas denúncias de fraudes não tinham maiores conseqüências. Como a lei do coronel imperava tanto na roça quanto na cidade e ele possuía até uma polícia própria - os “capangas”, “jagunços”, “gente do coronel”, “camaradas” ou “cabras” -, aos desobedientes às ordens e aos desejos do mandatário diversos castigos eram infligidos. Nesse contexto, as punições tinham como objetivo punir para servir de exemplo aos demais, para que não se opusessem aos coronéis.

Na visão de Victor Nunes Leal,³⁶ o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, aquele em que os mandões começam a perder força e passam a recorrer ao governo. Por força desse domínio, a maioria dos coronéis acabou se tornando proprietária de grandes extensões de terras. Em Palmeira das Missões, por exemplo, Juca Lau, além de adquirir grandes quantidades de terras, deteve o poder político no município, numa clara evidência do modelo coronelista. Sobre esse personagem discorreremos no quarto capítulo.

Para fins deste trabalho, também é importante referir o conceito de clientelismo, que representa uma dada característica de relações de poder local e indica um tipo de relação entre personagens políticos, envolvendo a concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Palmeira das Missões foi um município em que políticos e outras pessoas granjeavam favores e benefícios, de tal modo que nem mesmo se preocupavam em legalizar suas terras; bastava se declarar a favor do governo do estado, que, por seu turno, fazia vista grossa às irregularidades cometidas pelos seus apaniguados.

Faz-se, agora, necessário estabelecer a diferença entre clientelismo e coronelismo. As relações clientelistas dispensam a presença do coronel por se darem entre os políticos e os setores pobres da população, ou seja, candidatos trocam votos por empregos e serviços públicos, conseguidos graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Já, no coronelismo, o controle do cargo público é mais importante como instrumento de dominação, como refere José Murilo de Carvalho: “A estabilidade

³⁶ LEAL, Victor Nunes apud CARVALHO, José Murilo de. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997, p. 232.

do sistema exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo.”³⁷ O emprego público adquire importância em si, como fonte de renda, exatamente quando o clientelismo cresce e se reduz o prestígio dos coronéis.

Após a década de 1930, apesar de o poder dos coronéis ter entrado em declínio político, houve o apossamento de grandes extensões por parte desses, as quais, mais tarde, acabaram sendo legitimadas. A questão da terra e a política regional sempre estiveram de mãos dadas, de tal modo que aqueles que dispunham de vínculos com o poder apropriaram-se de grandes extensões territoriais. Como exemplo, podemos citar muitos dos intendentess de Palmeira das Missões, como Athanagildo Pinto Martins, Vazulmiro Dutra e José Pedro Rodrigues, conhecido como Juca Lau. Este último, com vínculos administrativos e políticos mais próximos de Jaboticaba, adquiriu, durante o período de 1915 a 1953, trinta e sete áreas de terras em de Palmeira das Missões, a maior parte situadas no oitavo distrito deste município (lugar denominado Fortaleza), terras que abrangem atualmente o município de Boa Vista das Missões e parte do município de Jaboticaba.

Reportando-nos aos fatos e acontecimentos das origens do território de Palmeira das Missões, observamos que o processo de ocupação e povoamento desse município apresentou características distintas visto que, inicialmente, os tropeiros que passaram pelo local reconheceram a riqueza do território e, como consequência da sua instalação, surgiram os primeiros arranchamentos. Os primeiros núcleos urbanos desenvolveram-se a partir das primeiras décadas do século XIX (1816), quando já se encontravam estabelecidas grandes fazendas de gado, cujos proprietários eram coronéis, os quais detentores do poder econômico e formavam a elite política do município.

Nesse contexto, foi importante o papel que o Partido Republicano Rio-Grandense desempenhou na política em nível estadual, mantendo sua hegemonia e criando uma máquina administrativa eficiente, com correligionários fortes e poder de mando na região, razão pela qual conseguiu governar o estado por de mais três décadas. Como representantes do poder político regional (PRR) podem-se citar Vítor Dumoncel e Firmino Paula.

Palmeira das Missões “pesou” na política do estado pelo poder que detinham os coronéis em decidir as eleições. Entre esses se destacou Vazulmiro Dutra, que representava a força do poder local e, nas lutas políticas, foi a pessoa da confiança do

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 235.

governador Antonio Augusto Borges de Medeiros, até se desentender com ele, aliando-se, posteriormente, a Getúlio Vargas. Dutra destacou-se pela sua capacidade de comando e ousadia, sendo orientado por um companheiro político, Frederico Westphalen, conforme relata Reategui: “Ele se instruía muito com o Dr. Frederico Westphalen.”³⁸ Inferimos que foi essa grande afinidade entre ambos que levou à escolha do nome Frederico Westphalen para exercer o cargo de chefe da Comissão de Terras e Colonização em Palmeira das Missões.

Frederico Westphalen era engenheiro e cultivava idéias positivistas,³⁹ à semelhança da maioria dos homens que ocupavam cargos de confiança no governo de Borges de Medeiros. Foi homem dotado de grande habilidade no trato com as pessoas e com as forças oposicionistas, as quais em Palmeira, sempre estiveram mais ativas que nos demais municípios do estado.

1.3 Ocupação do espaço e poder político: uma retrospectiva

Detentores de poder político, os coronéis valiam-se de todos os recursos ao seu alcance para conseguir uma legislação que viesse em benefício de seu poder econômico. Os conflitos e problemas pela posse e uso da terra vinham desde os tempos do Império. Com a Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, a concessão, que era gratuita, foi substituída pela venda: “A partir de então, as classes dominantes representadas no governo determinariam e administrariam a posse da terra.”⁴⁰ Diante do pressuposto de que o imigrante poderia tornar-se, dentro em breve, proprietário rural comprando lotes, foram tomadas medidas dificultando o acesso à terra.

Diferentemente do restante do país, no Rio Grande do Sul a questão agrária apresentou um caráter particular. Primeiro, porque as elites gaúchas dedicavam-se à pecuária: “Para o estancieiro gaúcho o mais importante era ter uma grande área de campo nativo e muitas cabeças de gado, sendo menos difícil conseguir peões baratos ou agregados

³⁸ Ver REÁTEGUI, Duilsi Bémi. et al. *Seberi, Fortaleza, Boca da Picada*. Frederico Westphalen: Marin, s.d., p.40.

³⁹ O grupo republicano no poder concebia o Estado como portador de interesses gerais, com uma função técnico-administrativa, e acreditava nas forças do mercado como estabelecedoras de “relações normais” na sociedade; foi contrário ao protecionismo estatal e à concessão de privilégios a qualquer setor da produção em particular. Ver ANTONACCI. Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 34.

⁴⁰ KLIEMANN, Luiza H. Op. cit., p. 19.

para o trabalho do campo.”⁴¹ Segundo, porque os imigrantes recebiam a terra para pagar a longo prazo e subsídios para praticar uma agricultura de subsistência nas áreas florestais. Portanto, “o imigrante sulino não foi convocado para trabalhar nas fazendas de gado como foram os imigrantes de São Paulo para o café. Ao contrário, os colonos foram chamados pelo governo provincial e por particulares exatamente para serem pequenos proprietários.”⁴²

Foi a partir de 1850 que a questão fundiária passou a ser regulada pela Lei de Terras, regulamentada em 1854. Teoricamente, essa lei havia sido criada para resolver os problemas agrários, como o acesso à terra e a implantação da colonização estrangeira, procurando melhorar a cultura brasileira, porém, na prática, gerou novos conflitos visto que não houve sintonia entre a legislação e as realidades agrárias regionais. A Lei de Terras centralizava a resolução das questões fundiárias no governo imperial, de tal modo que os processos de legitimação, heranças, vendas, medições e litígios percorriam caminhos complicados: “Nesse percurso, inúmeros foram os desvios de processos e de documentos, o que facilitou atendimento de interesses tanto do governo como de particulares.”⁴³

Com a Lei de Terras, também passou a haver a necessidade de registro das terras possuídas, de modo que todos os proprietários de terras foram obrigados a registrar suas posses nos prazos estabelecidos pelos presidentes das províncias. Determinou-se que o vigário da freguesia deveria divulgar entre os paroquianos a necessidade de registrarem suas posses, deveria receber as declarações e registrá-las nos livros de registro. Caso isso não ocorresse, os implicados, que eram os não-declarantes, incorriam em multa, que também era atribuição do vigário. Contudo, “o método dificultou a aplicação da lei, pois atribuiu, dessa maneira, um poder muito grande às paróquias, que, na sua maioria, não estavam preparadas para tais funções.”⁴⁴ A par disso, deve-se considerar a grande área de abrangência das paróquias. Em Palmeira das Missões, por exemplo, a paróquia Santo Antônio abrangia uma área imensa, e o vigário era estrangeiro, vindo da Alemanha, razão pela qual tinha dificuldade de domínio da língua portuguesa; por essas razões, não tinha condições cumprir com aquela responsabilidade que lhe era atribuída.

⁴¹ ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 72.

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ KLIEMANN, Luiza H. Op. cit., p. 22.

⁴⁴ Idem, p. 31.

Ao longo do tempo, foram criadas leis e emitidas ordens sobre a questão das terras, as quais, contudo, não eram cumpridas por causa da desorganização existente em diversos setores da vida da província, que se refletia também nas questões agrárias. O próprio aparelho administrativo do estado caracterizou o descompasso entre a legislação e a realidade. Os partidos de oposição ao governo do estado interferiam em favor dos donos de grandes propriedades de terras, especialmente dos pecuaristas, e, em reforço a esse fato, em 1860, Gaspar Silveira Martins⁴⁵ integrou e revitalizou o Partido Liberal⁴⁶ propondo

reformas que defendiam a propriedade, a descentralização administrativa, a eleição direta, a temporariedade do Senado, e, principalmente o serviço militar obrigatório. No entanto, ao tomar o poder dos conservadores, o partido não soube cooptar os grupos sociais emergentes e adotou uma posição conservadora.⁴⁷

Em face dessas ações frente a política fundiária, houve muitas críticas de pessoas de outros partidos políticos e até mesmo dos próprios membros do Partido Liberal. A partir da década de 1870, iniciou-se o cercamento dos campos e a economia pastoril tornou-se dominante. Nesse contexto, os latifundiários estavam mais preocupados com o desenvolvimento da agropecuária do que com problemas de medição ou legitimação de terras. Todavia entre 1872 e 1890, a população gaúcha dobrou em número de habitantes, com o que “o problema da terra tornou-se mais complexo, pois às questões relativas à má distribuição, medição e legitimação de terras somou-se a escassez de terrenos férteis devolutos na área primeiramente destinada à colonização”.⁴⁸

O agravamento das questões agrárias está relacionado com a política imigratória posta em prática a partir dessa época. No Rio Grande do Sul, significativo número de imigrantes luso-brasileiros e alemães haviam ocupado as melhores áreas;

⁴⁵ Gaspar Silveira Martins, grande tribuno do liberalismo gaúcho, nasceu em 1834 no município de Bagé, fronteira com o Uruguai. A propriedade de seu pai estendia-se pela República vizinha. Muito embora tivesse sido batizado em Melo, no departamento de Cerro Largo, seus pais o haviam criado como brasileiro ao mandá-lo estudar no norte e centro do Brasil – São Luís e Rio de Janeiro, - respectivamente, no curso secundário e na Faculdade de Direito de Recife. Em 1868, fundou em Porto Alegre o jornal *A Reforma*, que passaria a ser o porta-voz do partido da província gaúcha. Em 1872, elegeu-se para a Câmara dos Deputados, na qual sua oratória fez sucesso logo de início junto aos segmentos mais afeitos a reformas no regime. A década seguinte testemunhou a conversão de Silveira Martins de liberal a federalista, assim como o enfrentamento tenaz do tribuno com Júlio de Castilhos, então líder dos republicanos gaúchos. Ver RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p.92.

⁴⁶ O Partido Liberal foi criado em 1852 por Gaspar Silveira Martins juntamente com Manuel Luís Osório, ambos estancieiros e eleitos senadores. O partido condenava a fraude eleitoral e realizava campanhas políticas agressivas.

⁴⁷ KLIEMANN, Luiza H. Op. cit., p. 34.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

assim, “aos imigrantes italianos que, a partir de 1870, começaram a entrar na província restaram as regiões da beira do planalto, montanhosas e cobertas de matos, do Alto Uruguai e da faixa reservada de dez léguas da fronteira.”⁴⁹ Nesse tempo, meados de 1870, aconteceu a consolidação do Partido Liberal no sul, que acompanhou a ascensão econômica dos núcleos coloniais, tendo como líder Gaspar Silveira Martins, o qual procurava defender os interesses da província no plano central.

Os problemas relativos à política imigratória entre o Império e a província vieram à tona com as divergências partidárias que se implantaram entre os dois partidos vigentes na época, o Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Libertador. Assim, para resolver os impasses, criaram-se novas leis, as quais, além do espaço para a penetração do capital no campo, trouxeram expectativa de solução para os numerosos conflitos de terras que se acumulavam em todo o território nacional: “O Rio Grande do Sul, por exemplo, possuía, desde 1889, uma Diretoria de Terras e Colonização, ligada à Superintendência de Obras Públicas.”⁵⁰ Com a proclamação da República, havia se formado uma nova aliança política, representada pelo Partido Republicano Rio-Grandense, de Júlio de Castilhos, que passou a demonstrar maior mobilização na defesa dos interesses dos colonos.⁵¹

A partir de 1892, o governo federal, em virtude da presença de significativo número de imigrantes estrangeiros, planejou desenvolver a agricultura e carrear mão-de-obra especializada para a incipiente indústria brasileira, tudo com o apoio de proprietários particulares, companhias de colonização e bancos de incentivo. Com esse objetivo estabeleceu que a criação de núcleos de propriedades agrícolas seria feita de acordo com três categorias:

1. propriedades em estado de cultura com capacidade de alojar até trinta famílias, que seriam distribuídas em lotes;
2. territórios adquiridos por empresas que se formariam para povoamento das terras devolutas,⁵² nos quais, além do loteamento previsto em lei, deveriam ser construídas escolas, fábricas e enfermarias;

⁴⁹ Idem, p. 35.

⁵⁰ Idem, p. 43.

⁵¹ RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. Op. cit., p. 47.

⁵² Terras devolutas eram as chamadas “terras em branco”, desocupadas e de propriedade do Estado, ou as posses não legitimadas.

3. nas grandes propriedades, além da terra para cultivo, estavam instalados engenhos centrais, fábricas, abrigando até quinhentas famílias.

Essa organização, contudo, não perdurou por muito tempo. A incompetência de certas comissões e a atuação satisfatória das companhias que já operavam em outros estados levaram o governo federal, em 1892, entregar a companhias o trabalho técnico relativo à discriminação de terras, medição de lotes, construção de estradas e caminhos vicinais. O Banco Iniciador de Melhoramentos ficou encarregado dos referidos trabalhos no Rio Grande do Sul. Segundo Kliemann, “na ótica capitalista do Estado Republicano, comprometido politicamente com as direções de tais companhias, é mais fácil afastar funcionários públicos e entregar o serviço a particulares do que entrar em choque com o poder do capital.”⁵³

As companhias executavam o trabalho de grandes extensões, medindo pontos mais afastados das regiões, gerando-se, por isso, vários conflitos por questões territoriais. Por causa dos choques das companhias com o projeto de colonização nos estados, o governo federal determinou, então, como deveria ser feito o serviço de registro, legitimação, distribuição e venda de terras em todo o território nacional.

No Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-Grandense, cuja viga-mestra se estruturava no positivismo castilhistas, aliciava a política agrária. Conforme Luiza Kliemann, “o que fora previsto pelo programa partidário quando da propaganda republicana foi posto em prática logo que o partido assumiu o poder, o que se efetivou com a Constituição Estadual de 14 de julho de 1891”.⁵⁴

Nos debates para elaborar a Constituição Federal de 1891, os gaúchos republicanos mostraram firmeza em suas posições de federalistas extremados, porém muitas de suas reivindicações não foram atendidas. Ao retornarem ao Rio Grande do Sul, não abriram concessões no tangente à Constituição Estadual, razão pela qual aconteceram desavenças e, com isso, as primeiras dissidências partidárias. Assis Brasil, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcellos e Barros Cassal, por divergências ideológicas, deixaram o Partido Republicano Rio-Grandense. Júlio de Castilhos, então, elaborou sozinho o projeto da Constituição Estadual e, mais tarde, foi eleito o primeiro presidente constitucional do estado.

⁵³ KLIEMANN, Luiza H. Op. cit., p. 46.

⁵⁴ Idem, p. 47.

Castilhos reiterou em todas as suas mensagens à Assembléia de Representantes a preocupação em reorganizar os serviços de terras e colonização, tendo dedicado esforços para cumprir com eficiência a responsabilidade assumida. Conforme relata Sérgio da Costa Franco: “Por decreto de 5 de março de 1897, como medida preliminar, autorizou a criação de comissões para a verificação de posses legitimadas e por legitimar, e bem assim para discriminação de terras públicas nos municípios em que essa medida se torne necessária.”⁵⁵

Em 14 de janeiro de 1898, às vésperas de deixar o governo, Castilhos levou à consulta popular⁵⁶ o anteprojeto da Lei de Terras Públicas, que, mais tarde, Borges de Medeiros viria a promulgar e que, em parte, ainda se encontra em vigor. Uma das mensagens de Júlio de Castilhos expressava a sua preocupação com a questão agrária do estado e estava redigida nos seguintes termos:

Para formardes um juízo aproximado das fraudes a que estiveram expostas as terras públicas no antigo regime, basta indicar-vos que em 1881, durante os 28 anos decorridos após o regulamento de 30 de janeiro de 1854, tinham sido ainda legitimadas posses de cerca de 50 léguas quadradas! De setembro de 1885 a 15 de novembro de 1889 ficou também facilmente legitimada a área de 70 ½ léguas quadradas, além dos 200 milhões de metros quadrados que receberam a indevida legitimação, de julho de 1883 a setembro de 1885! Em contraste, informo que de janeiro de 1893 até a presente data, isto é, desde que assumi o governo do Estado, a legitimação de posses não foi além de 3,4 léguas quadradas.⁵⁷

Evidenciou-se, desde o início do governo de Júlio de Castilhos, a promoção de uma política moralizadora, promovendo reformas tributárias e elaborando novas leis de terras, colocadas em vigor a partir de 1903, no governo de seu sucessor, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Em virtude da constatação de fraudes, foram criadas pelo governo do estado “Comissões Verificadoras”, cuja finalidade era apurar as irregularidades e proceder novamente à medição e legitimação das terras. Comprovadas as fraudes, “a colonização por parte das Companhias foi suspensa. O governo tomou conta dos lotes já medidos e redistribuiu-os aos colonos.”⁵⁸ Porém, a política de legitimação e verificação, que pretendia moralizar a administração das terras no Rio Grande do Sul, não obteve os resultados

⁵⁵ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996, p. 154.

⁵⁶ De acordo com a Constituição de 14 de julho de 1891, as leis elaboradas pelo presidente eram dadas à publicidade pelo prazo de 90 dias, tempo no qual qualquer cidadão poderia apresentar críticas, sugestões e emendas. O presidente do estado, em seguida, examinava essas emendas, aceitando-as ou recusando-as. Ver ANTONACCI, Maria Antonieta. Op. Cit., p. 22.

⁵⁷ Leis, decretos e atos do governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1899. Porto Alegre, 1904, p. 12. In: FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: UFRGS, 1966, p. 154.

⁵⁸ KLIEMANN, Luiza Helena. Op. cit, p. 57.

esperados: “Por um lado, o estado recuperou muitas terras, redistribuindo-as, aumentando a penetração do Partido Republicano Rio-Grandense no interior gaúcho; nem sempre conseguiu, no entanto, assentar colonos e posseiros expulsos dessas áreas verificadas ou entrar em acordo com os proprietários lesados.”⁵⁹

Enquanto se procedia à verificação das terras que haviam sido legitimadas, o governo procurou solucionar os problemas fundiários do estado com a arrecadação de impostos, medida que pretendia assegurar o equilíbrio orçamentário. Colocado em prática o imposto territorial, os choques entre colonos e comissões foram muito comuns.

Conforme Kliemann, no entanto,

a colonização era muito importante para o projeto do Estado que estava sendo implantado. (...) De maneira geral o governo apresentou duas alternativas para solucionar a questão da dívida colonial no Rio Grande do Sul. Primeiro coagiu os colonos através da imposição de pesadas multas, que variavam de 10 a 50% (...); segundo, possibilitou ao colono o pagamento da dívida mediante a prestação de serviço na construção de estradas.⁶⁰

A partir de 1903, Borges de Medeiros deu prioridade à política de legitimação e redistribuição de terras, conduzindo os problemas agrários através da verificação e legitimação de terras e cobrança da tributação.

Durante os anos de 1907 e 1908, a hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense foi posta à prova em razão de circunstâncias regionais e dos rumos que tomou a política nacional, visto que as oligarquias cafeicultoras detinham o poder central. O governo do Rio Grande do Sul não se opôs à política de valorização do café; porém, a partir de então, tratou de buscar uma participação mais efetiva na política nacional a fim de obter em troca o atendimento das necessidades do estado.

Em 1901, com a morte de Silveira Martins, a liderança da oposição passou para os republicanos dissidentes, conduzidos por Assis Brasil, líder oposicionista, mas que, por questões de ordem política nem sempre obtivera o apoio dos federalistas. Quanto à economia, os interesses das duas alas oposicionistas eram convergentes: latifúndio-pecuária. Dentro do Partido Federalista havia dois blocos de lideranças: um formado pelos dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense; outro, pelos próprios federalistas.

⁵⁹ Idem, p. 60.

⁶⁰ Idem, p. 67.

Em nível regional, o governo do Partido Republicano Rio-Grandense teve de enfrentar o crescimento da oposição: “Os assististas representavam interesses agrários e instituíram em seu programa de ação, reformas na política rural do estado, que podiam significar ameaça à hegemonia de Partido Republicano Rio-Grandense.”⁶¹

Assis Brasil⁶² foi o porta-voz do anseio da oposição, pleiteando reformas na política rural do Rio Grande do Sul.⁶³ Foi um dos fundadores das exposições rurais e dos certames estaduais, nos quais os criadores e agricultores tinham oportunidade de trocar experiências de trabalho. Em 1907, Assis Brasil apoiou o dissidente republicano Fernando Abbott, que concorreu às eleições como candidato sem partido.

Em 1908, com a fundação do Partido Republicano Democrático, cujo programa se baseava na derrubada do autoritarismo positivista e em sua substituição pela democracia representativa, nascia um projeto de reforma rural que continha no programa de governo propostas de povoamento do solo através da imigração espontânea e reformas na cobrança de impostos sobre a produção e a terra.

Os republicanos alçados ao poder eram portadores de um projeto anti-protetionista, que, pressupondo a expansão natural das forças produtivas, procurou atender a todos os setores da produção rio-grandense; já os grupos de oposição, articulando-se num período de crise econômica, formulavam propostas que privilegiavam o setor de produção com mais condições, como a pecuária. Eram os republicanos com o poder e suas idéias positivistas contra os federalistas que àqueles se opunham.

Diante da situação política que se apresentava e com a oposição em ascensão, o governo do estado optou por privilegiar também os setores da economia que investiam na agricultura. Assim, cedeu ao capital estrangeiro a concessão para construção de estradas de ferro, a organização da navegação fluvial e dos meios de transporte. Com o objetivo da encampação dessas obras, as companhias particulares, como o Banco

⁶¹ Idem, p. 87.

⁶² Assis Brasil destacou-se como líder da oposição ao criar resistências aos projetos do governo.

⁶³ Assis Brasil propunha aumentar a produtividade e amparar os produtores rurais no contexto de aceleração da concorrência por que passava a produção gaúcha no decorrer da Primeira República. Procurava melhores condições para a área rio-grandense como fornecedora de bens agropecuários. Ver ANTONACCI, Maria Antonieta. Op. cit., p. 91.

Iniciador de Melhoramentos, entregavam ao governo um programa de colonização cuja finalidade era mostrar a importância de colonizar determinada área. Conforme Luiza Kliemann, “no projeto, as companhias responsabilizavam-se pela divisão, demarcação, medição e formas de venda das terras; localização de colonos, construção de estradas vicinais, exploração agrícola e do subsolo, distribuição de mudas, sementes e ferramentas.”⁶⁴

O colono interessava ao governo como força produtiva, mão-de-obra para as lavouras de café e povoamento das terras a serem colonizadas. Como dispunham de recursos financeiros, as companhias adquiriam grandes extensões de terras para comercializar em tempo oportuno; porém aquelas com melhor localização eram muitas vezes reservadas às pessoas de maior poder aquisitivo. Os lotes eram vendidos sem a preocupação de observar se havia uma ocupação anterior, o que resultava em conflitos e necessidade de intervenção dos aparelhos repressores. Pode-se, pois, afirmar que “a desorganização provocada pela intermediação de companhias privadas na colonização, povoamento e exploração de recursos naturais desencadeou questões agrárias, onde o Estado precisou intervir com força ainda maior.”⁶⁵

No ano de 1922, um novo Regulamento Estadual de Terras foi outorgado, no qual transparecia a preocupação em conciliar a política agrária com a realidade regional. Por meio desse regulamento, as terras de domínio público foram destinadas ao serviço de colonização. Nota-se no documento uma certa preocupação com o desmatamento indiscriminado das áreas florestais, demonstrando a necessidade de controlar a exploração dos recursos naturais, especialmente da madeira e da erva-mate.

Uma série de outros decretos sobre legislação agrária foram criados. Em 1928, um decreto tratava sobre a concessão de lotes e estabelecia como medida a área de 25 hectares, aproximadamente, e que cada família de agricultor poderia adquirir de um a três lotes, conforme suas necessidades e a disponibilidade de terras na região. Em 1931, através do Regulamento das Terras Públicas, o governo estadual preocupou-se em legitimar as posses ocupadas há mais de trinta anos e também em concluir os processos que estavam em andamento desde 1850.

⁶⁴ KLIEMANN, Luiza H. Op. cit., p.107.

⁶⁵ Idem, p. 116.

Em 1938, com a criação da Secretaria da Agricultura pelo presidente Getúlio Vargas, novo Regulamento das Terras Públicas foi expedido, pelo qual a área das posses ficou limitada a dez hectares. Finalmente, em 1951, pela lei 1542, determinou-se que as terras de domínio patrimonial do Estado seriam entregues aos seus ocupantes. Como podemos perceber, a legislação estadual de 1890 a 1935 estabeleceu cerca de uma centena de determinações a respeito das áreas rurais, inclusive com referência aos impostos territoriais. Todas essas modificações e preocupações com os assuntos fundiários traduzem as novas diretrizes para o desenvolvimento do projeto de colonização no estado, ou seja, pela via capitalista, na qual prevaleciam os interesses dos grandes proprietários de terras.

Neste capítulo, abordou-se a história de Palmeira das Missões, que, em suas origens, constituiu-se em território marcado pela atuação de poderosos coronéis, detentores do poder local, que, aproveitando-se dos benefícios concedidos pelo governo, legitimaram em seu nome várias áreas de terra. Consideramos também as leis agrárias criadas desde 1850, as quais beneficiaram especialmente os grandes proprietários, praticamente não tendo significância para os posseiros. Com o regime republicano, as terras públicas haviam passado para os estados e o Rio Grande do Sul promoveu uma rápida e constante colonização. No ano de 1917, a Diretoria de Terras e Colonização instalou em Palmeira das Missões a Comissão de Terras e Colonização, que iria desenvolver um trabalho baseado na ideologia positivista, sob a chefia de Frederico Westphalen.

A Diretoria de Terras e Colonização enquanto esteve sob a direção de Carlos Torres Gonçalves, caracterizou-se por um trabalho voltado para a zona Norte do estado, administrando as terras públicas e implementando vias de transporte. A partir de 1928, contudo, com o governo de Getúlio Vargas, aconteceram transformações também no setor agrário, muito embora os chefes locais continuassem a legitimar em seu nome várias extensões de terra. À Inspetoria de Terras do Norte com sede no município de Frederico Westphalen coube a administração das terras de Jaboticaba.

CAPÍTULO 2

A ADMINISTRAÇÃO DAS TERRAS PÚBLICAS

Neste capítulo analisamos o modelo de colonização implementado no norte do Rio Grande do Sul, cujas características estiveram ligadas sobretudo à atuação dos encarregados do projeto de colonização desenvolvido durante o período de 1909 a 1928, os quais defendiam idéias positivistas.

Desde o governo de Júlio de Castilhos havia a preocupação com a administração das terras públicas do estado e foi a partir de 1917 com a instalação da Comissão de Terras e Colonização em Palmeira das Missões que o projeto foi colocado em desenvolvimento. Abrir as terras do norte à colonização representou, nesse contexto, uma necessidade e uma linha de ação do governo positivista. O Estado teria, então, a função de dar um tratamento sério à questão da terra no sentido de regularizar os casos pendentes a fim de inserir as regiões devolutas no processo de colonização e, por extensão, na economia capitalista. A expansão capitalista demandava a inserção rápida das áreas disponíveis no processo de ocupação do espaço físico do Rio Grande do Sul através do pioneirismo. Nessa perspectiva, o norte do Rio Grande do Sul deveria ser povoado.

2.1 A Comissão de Terras e Colonização(1917 - 1929)¹ e a ocupação do norte do Rio Grande do Sul

Um “rosário” de leis e decretos foi criado para administrar as terras públicas no estado desde os tempos do Império até a década de 1951, porém aqueles que as elaboraram estavam interessados em seu próprio benefício. No pós-1889, com a

¹ Em 2 de janeiro de 1929, Getúlio D. Vargas extinguiu a Diretoria de Terras e Colonização e, em 23 de agosto de 1935, foi criada a Secretaria da Agricultura, à qual ficou ligada a Diretoria de Terras e Colonização.

instituição da República, aconteceram mudanças visto que o capitalismo foi se impondo rapidamente, passando a exigir propostas políticas que levassem ao progresso e ao desenvolvimento.

No Rio Grande do Sul, houve, então, alteração do eixo de importância política, que passou de região da Campanha para o Planalto, especificamente após a Revolução de 1893, quando houve a consolidação do Partido Republicano Rio-Grandense no poder do PRR. Ao final da primeira década do século XX, com a cristalização, o suporte legitimador das suas ações foi a região serrana do Planalto Médio. É Loiva Félix quem afirma a respeito: “Foi uma alteração do eixo de importância em relação ao poder central do Estado, quando da preeminência do coronel da fronteira, da campanha, típico do séc. XIX, passou-se para a preeminência do coronel serrano do Planalto, sustentáculo do poder do PRR”.²

No mesmo sentido e também sobre o assunto, Telmo Marcon relata: “No período republicano, a colonização avançou, basicamente, na direção norte e noroeste do Estado. Toda a região costeira ao rio Uruguai ainda apresentava um grande potencial econômico, principalmente vinculado à extração da madeira e da erva-mate.”³ Com a mudança no sistema de governo, as terras públicas tornaram-se propriedade dos estados e o Rio Grande do Sul procedeu, com rapidez, à colonização de suas terras.

Depois da colônia Guarani, criada em 1891, a primeira Comissão de Terras e Colonização do Norte foi instalada no ano de 1908, em Erechim. Havia tempo, o governo de Júlio de Castilhos demonstrava preocupação com a invasão e o apossamento desordenado das terras. Sérgio da Costa Franco, na obra *Júlio de Castilhos e sua época*,⁴ afirma que um dos atos desse governo foi a reorganização da Secretaria de Obras Públicas, transferindo à Diretoria de Terras e Colonização a tarefa da administração das terras públicas, bem como os serviços de colonização. Os trabalhos de colonização, que antes eram da competência do governo central, como decorrência de norma constitucional, passaram à competência do Estado. Relata-nos o autor:

² FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 49.

³ MARCON, Telmo. (Coord.). *História e cultura kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Graf. Universidade de Passo Fundo. 1994, p. 75.

⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., p. 148.

(...) à colonização em pequenas propriedades, Castilhos daria o máximo de atenção preocupando-se em cercear o abuso das legitimações de posse, que consolidavam juridicamente o latifúndio, em defender as terras públicas contra a indébita apropriação de grileiros, e em oferecer condições de progresso às novas colônias.⁵

Com a gradativa diminuição e esgotamento das terras nas antigas colônias do Rio Grande do Sul, começou a colonização da zona norte do estado, ao final do século XIX e início do século XX. A região foi colonizada pelo Estado e por particulares que venderam as terras a colonos descendentes de imigrantes italianos e, em menor número, de alemães e poloneses, que buscavam adquirir um lote de terra e garantir um futuro para os filhos. Segundo Gregory, “essa busca e essa garantia só seriam possíveis em áreas pioneiras (...) havia, então, no início do século XX, toda Zona Norte do Estado em terras devolutas e cobertas de florestas(...)”⁶ Ainda para o autor, “em 1919, o domínio público de terras do Estado do Rio Grande do Sul foi estimado em 30.000 km². Em 1923, dos 22.000 km² de matas devolutas do Estado, a quase totalidade, isto é 20.000 km², estavam localizadas na larga faixa florestal do Vale do Uruguai numa extensão de 600 km².”⁷

O serviço de colonização era considerado muito complexo porque não se tratava de apenas demarcar, legitimar as terras devolutas e instalar o povoamento. Era preciso providenciar também a organização social em novas regiões do estado: “Esta extensa área fica na zona Norte, ao longo essencialmente do Rio Uruguai. Toda ela é coberta de florestas, as mais ricas do Estado. As terras são das mais férteis, prestando-se a variadas culturas, em razão da diversidade de altitudes e de clima.”⁸

A zona Norte era considerada a de maiores recursos naturais e de maior futuro, e a preocupação de povoar as matas nas proximidades do rio Uruguai era compreensível em razão do grande contingente de imigração espontânea. Em 1890 e 1891, chegaram ao Rio Grande do Sul 40.226 imigrantes, entre alemães, italianos, poloneses, russos e, até mesmo, suecos. No sentido de promover um desenvolvimento econômico da região, informa Nilo Bernardes que,

⁵ Idem *ibidem*.

⁶ GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações*. Dissertação (Mestrado) - PUCRS. Porto Alegre, 1998, p. 66. Dissertação.

⁷ Idem, p. 67.

⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. Porto Alegre: 1919, p. 367. Apud GREGORY, Valdir, p. 67.

quando, em 1890, se iniciou a construção da ferrovia que deveria fazer a ligação com São Paulo, o Alto Uruguai era uma região quase inteiramente despovoada. Esta ferrovia que partindo de Santa Maria, acompanha o grande divisor de águas do Planalto, chegou a Passo Fundo em 1898, mas somente completou a ligação com o norte através do Rio Uruguai, em 1910.⁹

Havia, então, um projeto de construção de um ramal férreo que, partindo de Cruz Alta, atravessaria a floresta a 50 quilômetros das margens do rio Uruguai. Em consequência deste projeto, o povoamento do Alto Uruguai aconteceu em ritmo acelerado. Segundo Bernardes, foi traçado “um esquema muito simples para a expansão do povoamento nas matas uruguaias”,¹⁰ o qual abrangia as terras que ficavam às margens do rio Uruguai. Foram instalados três núcleos que concentravam a administração das terras públicas, os quais ficaram assim estabelecidos: o primeiro abrangia as terras do município de Erechim, seguindo na direção norte até a divisa com Santa Catarina. “Foi Carlos Torres Gonçalves (diretor de Terras e Colonização) quem propôs ao Governo do Estado a sua criação,”¹¹ proposta que se fundamentava na insuficiência das únicas duas colônias (Ijuí e Guarani) existentes na época, na fertilidade do solo e no grande número de intrusos¹² que eram colocados nas terras por particulares. Para o cargo de chefe desta colônia, Carlos Torres Gonçalves nomeou Severiano de Souza e Almeida, seu amigo e colega.

O segundo núcleo foi instalado em 5 de janeiro de 1915 e seguia a estrada de ferro do norte do estado, com sede localizada no município de Santa Rosa. Tinha como diretor-chefe “o engenheiro João de Abreu Dahne que foi outro entusiasta defensor dos nacionais”.¹³ A propósito, Nilo Bernardes relata: “Santa Rosa (...) surgiu ao lado da antiga colônia Guarani, que o isolamento reduzira a um estado de estagnação.”¹⁴

A Colônia Santa Rosa foi a primeira a possuir o Serviço de Proteção aos Nacionais porque havia muitas famílias desses em terras que precisavam ser regularizadas. Em 1915, na margem esquerda do rio Santa Rosa, entre este e o rio Santo Cristo, havia 547 famílias; na outra margem, calculava-se existirem outras tantas famílias, todas em terras sem demarcação. Nessa colônia, até 1917, os trabalhos de

⁹ BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 77.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 148.

¹² Intrusos eram os indivíduos que penetravam nas propriedades territoriais sem documentação legal.

¹³ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 91.

¹⁴ BERNARDES, Nilo. Op. cit., p. 77.

demarcação atingiram pleno êxito. A respeito, Breno Sponchiado relata que, “em março e abril de 1917, Torres Gonçalves esteve em excursão nesta região e festejou que a situação achava-se já normalizada na quase totalidade mediante a demarcação de lotes para cada família”.¹⁵ Um dos objetivos do trabalho de Carlos Torres Gonçalves era o de dar proteção aos nacionais, tanto que, sempre que conseguia satisfazer seus anseios, festejava com júbilo. A respeito do modo de colonização adotado verificamos constatou-se que: “Na colonização desta região dois sistemas básicos nortearam a divisão dos lotes coloniais: linhas previamente traçadas ou com picadas e o mais recente com divisão seguindo o curso dos rios e estradas”.¹⁶

O terceiro núcleo de colonização do norte do estado concentrou-se no município de Palmeira das Missões, que era o maior do Rio Grande do Sul visto que, em 1874, data de sua emancipação, possuía um território em torno de 9.252 km².¹⁷ Em 1917, ano em que foi instalada a Comissão de Terras e Colonização, as terras administradas por esse órgão abrangiam a área que ia de Fortaleza até o rio Uruguai, formada por mata fechada e povoada de animais selvagens.¹⁸ Segundo Bernardes, “estas três colônias tiveram a função de estabelecer enormes clareiras na mata virgem, a partir das quais o movimento de pioneirismo, dotado de rara vitalidade, impulsionou o povoamento em todas as direções, estabelecendo a junção entre os núcleos iniciais”.¹⁹

Julgamos ser importante assinalar que a colonização oficial, vendendo indistintamente lotes a quem procurasse a região, imigrantes ou agricultores que se deslocavam das áreas coloniais mais antigas, estabeleceu o povoamento com etnias mistas, ao contrário da colonização de empresas particulares, que priorizava o povoamento por grupos étnicos. A Diretoria de Terras e Colonização, por intermédio das Inspetorias, procedia à discriminação e à legitimação das terras e executava a colonização das áreas devolutas, com a distribuição de pequenas propriedades aos agricultores, dotando-as de estradas e caminhos vicinais e estabelecendo os povoados em locais apropriados.

Como já referimos, o chefe da Diretoria de Terras e Colonização do estado durante o período de 1909 a 1928 foi o engenheiro Carlos Torres Gonçalves, que

¹⁵ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 95.

¹⁶ GREGORY, Valdir. Op. cit., 152.

¹⁷ Palmeira das Missões emancipou-se do município de Cruz Alta em 6 de maio de 1874.

¹⁸ SOARES, Mozart Pereira. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora, em Palmeira das Missões, 7 fev.2001.

¹⁹ BERNARDES, Nilo. Op. cit., p. 77

desempenhou importante papel na história da colonização do Rio Grande do Sul. Ele dirigia os trabalhos de organização das novas regiões, sobretudo do ponto de vista social, pois entendia que era preciso constituir no futuro municípios autônomos, razão pela qual, na organização dos povoados coloniais, o lugar era cuidadosamente escolhido.

Para Torres Gonçalves, “com sua visão de conjunto – a instalação de povoados constituía parte integrante e desenvolvida do serviço de colonização”.²⁰ No desempenho do seu trabalho, orientava-se pelos princípios de ordem e progresso, os quais derivavam da orientação filosófica do positivismo,²¹ utilizado e defendido radicalmente pelo Partido Republicano Rio-Grandense, e que servia como justificativa científica para as deliberações e ações tomadas. Torres Gonçalves “foi o primeiro membro do núcleo sul rio-grandense de positivistas religiosos a aderir formalmente à IPB [Igreja Positivista do Brasil].”

Carlos Torres Gonçalves cursou engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde teve contato com a doutrina que seguiria pelo resto de sua vida, tanto que declarava que “(...) as satisfações morais que procurava só poderia encontrá-las no positivismo”. Para melhor situá-lo no caminho percorrido e no desempenho de sua função, traçamos o início de sua vida pública. Em 23 de novembro de 1906, foi nomeado por Borges de Medeiros chefe da Seção da Secretaria das Obras Públicas. Antônio Borges de Medeiros e o secretário José Barbosa Gonçalves, pelo decreto n. 1018, de 5 de janeiro de 1907, aprovaram o novo Regulamento de Terras. A respeito do assunto Breno Sponchiado afirma que,

Os serviços da secretaria ficaram distribuídos entre quatro Diretorias: Central, das Obras Públicas, de Terras e Colonização e da Viação. Na Direção da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) – que ficou com todos os serviços da extinta 2ª seção da Diretoria de Terras Públicas, e foi nomeado a 14 de fevereiro do mesmo ano, o Eng. Vespasiano Rodrigues Corrêa. Entretanto, a 7 de maio de 1908, o mesmo entrou em licença para tratamento de saúde e Torres Gonçalves assumiu a direção interinamente. Nela permaneceu até o retorno do titular em 9 de setembro do mesmo. Mas, com a morte de Vespasiano (27.01.1909), voltou a exercer interinamente o cargo, até 21 de agosto de 1909, quando foi nomeado efetivo.²²

Inúmeras vezes em seus relatórios, Carlos Torres Gonçalves afirmava: “O regime que possuímos é o do pequeno agricultor”. Este personagem da história agrária gaúcha cultivava expectativas de tornar o Rio Grande do Sul uma terra de futuro, com o

²⁰ SPONCHIADO, Breno A. Op. cit., p. 138.

²¹ Ideologia criada por Augusto Comte, francês, na metade do século XIX, cujo caráter era conservador, não aceitava a luta de classes sociais. O positivismo foi também denominado “Religião da Humanidade”.

²² SPONCHIADO, Breno A. Op. cit., p. 26.

trabalho da terra direcionado para o progresso. É Breno Sponchiado quem ratifica as palavras do chefe da Diretoria de Terras e Colonização ao afirmar que “o regime colonial oferecia vantagens, como a de deixar o proletariado liberto dos abusos maiores do industrialismo, e poder ocupar a mão-de-obra destes trabalhadores, pois a grande cultura do solo estava ainda em embrião, e em terras de campo”.²³

Desde que assumiu a Diretoria de Terras e Colonização, em 1908, Torres Gonçalves defendia o princípio segundo o qual cabia ao Estado a missão de colonizar o seu solo. Os primeiros anos da sua gestão foram mais dedicados aos assuntos da terra do que à colonização, em virtude da existência de grandes áreas de domínio público recobertas por matas. Carlos Torres Gonçalves afirmava:

O interesse do Estado não é conservar em seu poder essas terras, mas que elas sejam aplicadas em proveito social. É natural e mesmo conveniente que elas vão passando lentamente ao domínio privado, somente cabendo ao Estado presidir essa transformação, evitando por todos os meios a exploração industrialista entre outras coisas, não concedendo terras em grosso, a não ser em casos excepcionais, quando isso for do interesse público.²⁴

A partir de 1916, a Diretoria de Terras e Colonização agiu com firmeza e procurou conservar em poder do Estado as terras destinadas à colonização. Adotando medidas ainda mais sérias, proibiu às empresas de colonização nomearem as secções, linhas ou lotes rurais sem prévia consulta ao chefe da Secretaria de Obras Públicas, assim como a instalação de povoados sem prévia aprovação da mesma autoridade.

Carlos Torres Gonçalves esforçou-se para consolidar suas idéias e lutas, o que culminou na elaboração do Regulamento de Terras de 10 de agosto de 1922, que se constituiu em sua obra-prima. Nesse documento constava que as posses anteriores a 15 de novembro de 1889 somente poderiam ser legitimadas se tivessem cultura efetiva e morada habitual do posseiro, além de que a legitimação deveria ser requerida no prazo improrrogável de dois anos, a contar da regulamentação da lei. Estabelecia-se nesse ponto o problema dos caboclos, que na sua grande maioria, não tinham daquelas condições exigidas pela lei.

No decreto de 4 de julho de 1890, que aprovava o regulamento para a execução da referida lei, determinava-se que cabia ao governo nomear comissões especiais de

²³ Idem, p. 139.

²⁴ Relatório da DTC– 1910, p.106, apud SPONCHIADO, Breno Antônio Op. Cit, p.140.

discriminação de terras e de verificação, medição e legitimação de posses.²⁵ Três anos mais tarde, também foram aprovadas instruções especiais para a execução do serviço florestal, dentre as quais se destacava que caberia ao Estado exercer vigilância sobre as florestas protetoras a fim de prevenir as alterações do clima e conservar a fertilidade da terra.

O art. 176 do referido decreto estabelecia que nenhuma floresta protetora deveria ser convertida em campo, prado ou pastagem sem o prévio conhecimento do governo, além de que o proprietário que convertesse esses domínios territoriais em florestas de erva-mate, ipê, angico, pinheiro, gabriúva ou outras espécies vegetais receberia, por hectare de mato plantado, cinco de terras de mato ou dez de campo, guardada essa proporção até 100 hectares. Por sua vez, o proprietário que replantasse os cortes e as clareiras receberia uma área de terras devolutas até o limite de cinquenta hectares. Também seriam dados prêmios em terras devolutas aos proprietários que observassem a lei referente ao corte de madeiras, o qual somente poderia ser realizado quando servissem para usos e benfeitorias. Entretanto, o desmatamento, o “fabricar terras”, o avanço da agricultura acompanharam o desbravamento das florestas, cujo fim seria ceder lugar para as roças e nelas serem produzidos cereais, criar animais e habitar o homem.

A marca da colonização implantada e também o destino dado ao solo eram de cunho eminentemente social. Uma das frentes de batalha de Torres Gonçalves era dar proteção aos nacionais²⁶ e promovê-los socialmente; ele lutou para destinar-lhes capítulos especiais dentro das leis agrárias. Pode-se observar isso na concessão de lotes rurais do referido regulamento, o qual determinava que esses se destinavam, de preferência, aos descendentes da população colonial do estado; além disso, aos nacionais estabelecidos nas terras que não fossem intrusos recentes e não dispusessem de recursos seria facilitado o pagamento mediante a prestação de serviços em trabalhos que o Estado estivesse realizando. Nesse caso, a expedição dos títulos dos respectivos lotes seria adiada para o final dos pagamentos.²⁷

O responsável pela administração das terras e colonização do estado defendia o princípio de que “a colonização concentrada em mãos do Estado constitui inapreciável

²⁵ Decreto n. 313 de 4 de julho de 1900. In: *Coletânea: Legislação das Terras do Rio Grande do Sul*, p. 30.

²⁶ Em 1928, o próprio Carlos Torres Gonçalves caracterizou etnicamente os nacionais como “o elemento luso-áfrico-brasileiro de nossa Pátria”. Ver SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 87.

²⁷ RIO GRANDE DO SUL – Secretaria da Agricultura. *Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, 1961, p. 50.

garantia de ordem e progresso, na ampla acepção destes termos e não só garantia atual - como futura”.²⁸ Torres Gonçalves sonhava com um lugar paradisíaco e uma sociedade nos moldes positivistas. Essa preocupação se devia à responsabilidade social de desempenhar a contento o cargo de diretor, assim como de dispensar um tratamento sério à questão da terra no sentido de regularizar os casos pendentes relativos à demarcação de lotes e introduzir nas regiões devolutas o processo de colonização.

A partir de 1917, aconteceu um aumento vertiginoso da população colonial. Então, Torres Gonçalves, com seu trabalho, procurou limitar a atuação das empresas particulares de colonização com a seguinte justificativa:

Estes colonizadores particulares têm como preocupação preponderante a consecução de bons resultados financeiros. Não realizam, nem têm atenção devida às estradas e caminhos. Não organizam com método os povoados(...) não observam a proteção devida aos nacionais que encontram nas terras e antes os vão gradualmente afastando. Em vez de misturarem agricultores de diversas nacionalidades, entre si com os nacionais organizam núcleos de uma só nacionalidade(...).²⁹

Como responsável pela administração das terras públicas no estado tentou conter o ritmo e a ganância comercial das empresas particulares em administrar as terras. Segundo Sponchiado, “para o Engenheiro, a colonização particular concorre plenamente no aspecto industrial, porém traz defeitos por ignorar o aspecto cívico, que é aspecto essencial”.³⁰ Carlos Torres Gonçalves defendia o princípio de que o Estado deveria conservar em suas mãos as terras e administrar a sua distribuição. Assim justificava, referindo-se ao processo de colonização:

Pois não se trata de simples povoamento da terra, da obtenção de braços, conforme a noção materialista corrente, mas da organização social de novas regiões, da preparação de outros tantos municípios que, como novas unidades administrativamente autônomas, mas politicamente homogêneas, possam efetivamente constituir-se em parte integrantes de um organismo social mais vasto, que é o Estado.³¹

Torres Gonçalves chamava o Estado à responsabilidade no sentido de propiciar condições para que o processo de colonização se efetivasse, e propunha:

O estabelecimento da rede de comunicações, linhas-férreas, estradas de rodagem e caminhos; a localização e instalação sistemática dos povoados coloniais, germens de futuras cidades; o aproveitamento em grandes proporções dos recursos naturais, em energia hidráulica, em minérios e outros; a defesa e utilização das florestas; e sobretudo a proteção do nacional, para a fixação ao solo e a sua elevação, realizada não só com a bondade do protetor, mas com o zelo

²⁸ Relatório da DTC – 1917, p. 20 s, apud SPONCHIADO, Breno, p. 141.

²⁹ SPONCHIADO, Breno Antônio, Op. cit., p. 141.

³⁰ Relatório da DTC – 1919, p. 366 s., apud SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 142.

³¹ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., 138

patriótico de quem pode medir o seu valor cívico, através da sua humildade, - tudo isso, quem, senão o poder público, pode realizar com o caráter social nítido de tais serviços e a dignidade reclamada.³²

Outra proposta de Carlos Torres Gonçalves era de que todos os poderes deveriam se concentrar no diretor da colônia, inclusive a política administrativa, o que justificava da seguinte maneira: “Pois é o Diretor da Colônia para quem todos apelam, a todos conhecendo e tudo sabendo, portanto, quem melhor pode providenciar, dele dependendo em regra a ação conveniente das autoridades municipais, freqüentemente demorada, quando não é ineficaz ou mesmo perturbadora.”³³

Segundo Breno Sponchiado, em 1917, o crescimento natural da população colonial era estimado em 18 mil ao ano (em 1919, totalizava 20 mil).³⁴ Essa era a grande preocupação de Carlos Torres Gonçalves: a instalação metódica da descendência da antiga população colonial. Com um planejamento sistemático e muita dedicação, ele acreditava que haveria de se chegar ao desenvolvimento e efetuar um grande serviço de colonização. Fazia ver sempre a necessidade desse serviço, se comparado com o que fora implantado nos outros núcleos de colonização a partir de 1908 no estado do Rio Grande do Sul. Seu desejo veio a se concretizar na colônia Guarita, nome dado inicialmente às terras a serem colonizadas pela Comissão de Terras e Colonização do Norte, que abrangiam o território de Palmeira das Missões. Sobre o assunto, Sadi Missel, escrivão de Cartório de Registros Cíveis e morador de Fortaleza (hoje Seberi), contou -nos: “Toda essa região recebeu o nome de Colônia Guarita pela Comissão de Terras e Colonização, pois estas terras se encontravam entre os rios Guarita e da Várzea. Isto foi em novembro de 1917”.³⁵

Como referimos no parágrafo anterior, as terras administradas pela Comissão de Terras e Colonização foram chamadas de “Colônia Guarita”, que, situada no norte do Rio Grande do Sul, destacou-se pelo desenvolvimento de um trabalho com conotações peculiares à mentalidade positivista. Pode-se observar que Torres Gonçalves previa a instalação metódica dos descendentes de imigrantes, que em grande número procuravam as novas terras da região. Segundo ele, “bastariam 30 anos para a transferência dos 30.000 km² de terras devolutas do domínio do Estado a pequenos

³² Relatório da DTC – 1919. p. 366 s., apud SPONCHIADO, Breno. Op.cit., p.142.

³³ Relatório da DTC- 1916. p. 113 s., apud SPONCHIADO, Breno. p.146.

³⁴ SPONCHIADO, Breno. Op. cit, p. 138.

³⁵ REÁTEGUI, Duilsi Béni et al. Op. cit. p. 13.

agricultores em lotes coloniais.”³⁶ Em Jaboticaba, Valentin Stefanello foi o agente colonizador das terras e representante o poder local, servindo de intermediário na venda das terras de Vitor Dumoncel Filho aos colonizadores. Após haver se instalado em Jaboticaba, intermediava as vendas entre os interessados e os grandes proprietários. Era com Valentin - o qual recebia uma comissão em dinheiro pelo trabalho realizado, – que os interessados “fechavam” o negócio.

2.2 Ações da Comissão de Terras e Colonização³⁷ em Palmeira das Missões

No primeiro subtítulo deste capítulo procuramos descrever o modelo de colonização implementado pela administração das terras públicas no norte do Rio Grande do Sul. Neste item, dedicaremos atenção especial ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Terras e Colonização de Palmeira das Missões.

A colônia Guarita recebeu atenções especiais do diretor Carlos Torres Gonçalves, o que se justificaria, pelas seguintes razões, segundo podemos inferir: 1) havia a existência de uma grande área de domínio público muito apropriada à agricultura, o que se devia ao fato de Palmeira das Missões constituir-se no segundo maior município do Rio Grande do Sul e boa parte das terras serem de matas;³⁸ 2) havia interesse do poder público no aproveitamento dessa área, na exploração da mata, na cultura do solo, para que houvesse o conseqüente progresso e desenvolvimento do estado; 3) devia-se aproveitar a procura de terras pelos agricultores oriundos das Colônias Velhas;³⁹ 4) além da entrada de imigrantes, havia a necessidade de atender ao elemento nacional, primeiro morador da região.

Torres Gonçalves soube avaliar que uma das causas do êxodo dos nacionais das suas terras devia-se à falta de pagamento dos lotes que ocupavam visto que, com a vinda dos descendentes de imigrantes - italianos, alemães ou poloneses -, abandonavam seus lotes e instalavam-se em terras mais afastadas.

³⁶ Relatório da DTC-1914. In: Relatório da SOP- 1914, p. 105.

³⁷ Com a instalação da Comissão de Terras e Colonização, houve a necessidade de ser desenvolvido um serviço mais sistemático de colonização.

³⁸ Os primeiros moradores contam que as terras eram cobertas de mato fechado e que existiam árvores de até 3 m de diâmetro.

³⁹ As chamadas “Colônias Velhas” constituíam-se de quatro regiões de povoamento: colônia Caxias, colônia Conde D’Eu, colônia Dona Isabel e colônia Silveira Martins.

Como responsável maior pelos trabalhos da Diretoria de Terras e Colonização, Gonçalves traçava o perfil que deveria caracterizar um chefe de Comissão de Terras e Colonização: “à competência técnica, precisam aliar elevado civismo e grande atividade”. Tais requisitos eram considerados indispensáveis sobretudo para as providências cívicas necessárias à organização social das novas regiões.

Dentre os muitos trabalhos de que estavam incumbidos os integrantes da Comissão de Terras e Colonização também era seu dever ocupar-se da divisão das terras devolutas aos agricultores nacionais e aos provenientes da enxamagem, visto que, conforme Jean Roche, após terem feito recuar a floresta,

o solo cansado obrigou os colonos descendentes de imigrantes a sair para novas terras, zonas inóspitas para desbravar. O esgotamento das terras e o crescimento da população foram fatores que motivaram as migrações internas, além de elevações em taxas de natalidade assim como as técnicas de uso do solo ocasionaram os fatores responsáveis pelo êxodo da população excedente.⁴⁰

Muitos dos descendentes de imigrantes tinham por vocação a agricultura; por isso, para conseguirem permanecer nessa ocupação, saíam à procura de novas terras, deixando parentes e a terra natal. Eram filhos de proprietários que se separavam dos pais e partiam em busca de melhores condições de vida e que, segundo Jean Roche, “após explorarem as terras que se lhes concediam ou vendiam, esses lavradores, descontentes com o do amanhã do solo, partiam para arrotear outras terras”.⁴¹ O gosto pelo trabalho os encorajava diante do desconhecido, levando-os adiante na expectativa de conseguirem áreas maiores e de melhor fertilidade para o cultivo; construíram sobre a nova terra vida nova, iniciada com o pouco que haviam conseguido trazer das antigas colônias. Ali as roças se constituíam, ordinariamente, do mesmo modo e com o mesmo contorno. A forma do lote era retangular, conforme preconizava a legislação; partindo-se das margens de um curso d’água, traçava-se uma “linha” ou “picada” através da qual se realizavam os contatos e as trocas de produtos.

Nas novas colônias, entretanto, o processo não seguiu os mesmos moldes. A Diretoria de Terras e Colonização de Palmeira adotou na região um outro sistema de demarcação de lotes, conforme afirma Artur Leontino Krombauer:⁴² “Tudo era relativo:

⁴⁰ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 319.

⁴¹ Idem p. 320.

⁴² Artur Leontino Krombauer trabalhou a partir de 1958 na Inspetoria de Terras do Norte.

na demarcação seguia-se a cabeceira do rio, às vezes dava uma quebra a medida ficava em torno dos 25 hectares, ou uma colônia⁴³ como foram popularmente chamados esses lotes.” Como se observou nos desenhos dos lotes existentes na Inspetoria de Terras do Norte, sempre que possível, essa demarcação levava em conta os cursos d’água e a construção de estradas. Israel Farrapo Machado era o agrimensor que fazia as medições nas secções de Jaboticaba. A respeito do assunto Jean Roche afirma,

Foi, sem dúvida, ao regime da pequena propriedade, através da produção agrícola diversificada, que o Rio Grande do Sul deveu sua superioridade sobre os outros Estados brasileiros. Nos latifúndios setentrionais, associavam-se monoculturas tropicais (açúcar e café, etc); nas estâncias, era a criação extensiva, ao passo que nas pequenas propriedades se dedicavam à agricultura de subsistência e faziam do Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil. O regime da pequena propriedade, promovido de início pelo Governo, adquiria bastante força para impor-se em todas as colônias rio-grandenses.⁴⁴

Enxamagem é o conceito usado por Roche para designar a prática dos colonos, especialmente alemães, que, deixavam o lote desbravado pelos pais e punham-se em nova caminhada como pioneiros em outras terras. No mesmo sentido, Sponchiado usa o termo *enxameamento*, escrevendo a respeito: “O enxameamento aconteceu com a saída dos descendentes de emigrantes italianos das colônias e dos núcleos para as ‘colônias novas’ ou para ‘novas terras’ em virtude de que eram famílias numerosas e os núcleos estavam cheios, então enxamearam como as abelhas”.⁴⁵

Para Roche, a enxamagem acontecia por causa da “fome de terra” que aumentava entre os descendentes de imigrantes. As propriedades, nas antigas colônias, haviam sido divididas em duas e até em quatro vezes, pois a natalidade era muito alta; contudo, mesmo depois da divisão das propriedades, ainda restavam de duas a quatro vezes mais filhos para estabelecer. Essa era a razão que impulsionava a procura por terras devolutas: “A preocupação que tinha o pai de família de dotar cada um dos filhos de um lote de terra.”⁴⁶ E segundo Battistella, “a existência de grandes áreas agricultáveis devolutas ou passíveis de compra por preços módicos trouxe à região um forte contingente de agricultores estrangeiros e provenientes das áreas agrícolas antigas do Estado”.⁴⁷

⁴³ “Colônia” é a denominação dada ao lote colonial comprado pelos colonos do Estado ou de particulares.

⁴⁴ ROCHE, Jean. Op. cit., p. 331.

⁴⁵ SPONCHIADO, Luiz. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Nova Palma, 3 jul. 2001.

⁴⁶ ROCHE, Jean. Op. cit., p. 320.

⁴⁷ ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 127.

No ano de 1917, Frederico Westphalen⁴⁸ foi nomeado chefe da Comissão de Terras e Colonização, cuja sede se localizava na cidade de Palmeira das Missões.⁴⁹ Mais tarde, a sede da Comissão de Terras e Colonização foi transferida para o distrito de Fortaleza⁵⁰ (atual Seberi), local este indicado pela Diretoria de Terras e Colonização como de preferência “para o estabelecimento de novos núcleos coloniais e, onde já se verificava o fluxo de colonos de outras partes do estado, além da presença de número elevado de intrusos”. Segundo Sponchiado, o “relatório de 1916 lembra outra circunstância que indica a conveniência de uma rápida ação estatal no local: a existência nas proximidades do rio Uruguai das águas termais sulfurosas do Mel”.⁵¹

Frederico Westphalen assumiu em 10 de março de 1917 o cargo de chefe da Comissão de Terras e Colonização do Norte, cuja sede estava instalada em Palmeira das Missões. Pessoa culta,⁵² “sempre interessado pela vida rural, procurou contribuir no desenvolvimento, apoio e assistência aos trabalhos agrícolas”.⁵³ Em 1916, fixou residência em Palmeira das Missões e foi convidado pelo Partido Republicano Rio-Grandense a concorrer ao cargo de intendente de Palmeira das Missões, certamente influenciado pelo fato de ser simpatizante do positivismo e, também, por ter sido chefe do partido na região.

Entretanto, como havia discórdias políticas no município e as eleições foram fraudulentas, Mário Mello, candidato de oposição a Frederico Westphalen, saiu-se vitorioso. Os prejudicados, então, apelaram com recurso, e o processo arrastou-se por longos meses, com o que “o Governo entendeu de interferir, nomeando Intendente, o Chefe de Polícia Coronel Carlos Pacheco de Castro, que exerceu o cargo até 1918.”⁵⁴

Desde 1915, Frederico Westphalen havia sido convidado para chefiar a Comissão de Terras e Colonização do Norte, vinculada à Divisão de Terras e Colonização da Secretaria das Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul, a qual

⁴⁸ Frederico Westphalen, neto de pastor protestante, emigrado da Westphalia, Alemanha, foi intendente e chefe da Inspeção de Terras e Colonização de Palmeira. Ver BATTISTELLA, Vitor. Op. cit., p. 46.

⁴⁹ “Palmeira tinha dimensões colossais ao tempo em que se iniciou a colonização. Éramos a ‘Colônia Guarita’, imenso tapete de selvagens matarias lançado sobre vales e serranias entremeados de rumorejantes rios”. Ver BATTISTELLA, Vitor. Op. cit., p. 12.

⁵⁰ “O nome advém de alta cerca de paus-a-pique pontegudos, espécie de paliçada, adrede construído para proteger-se de possíveis investidas de feras ou de bugres”. Idem p. 12.

⁵¹ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 157.

⁵² No ano de 1900, Frederico Westphalen formou-se engenheiro civil pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Exerceu atividades de agrimensura até 1915, em Cruz Alta e Palmeira das Missões.

⁵³ Dados biográficos de Frederico Westphalen coletados no Arquivo Histórico da cidade que leva o seu nome.

⁵⁴ SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 203.

deveria “levar em conta a presença de ideais positivistas, como em Carlos Torres Gonçalves, nos quais a ordem era um dos princípios básicos, conforme o decreto nº 313, de 04 de julho de 1900”.⁵⁵

Em 1920, Frederico Westphalen foi eleito para o cargo de vice-intendente de Palmeira das Missões, juntamente com Adolfo Teixeira do Amaral. Acumulando o cargo com a chefia da Comissão de Terras e Colonização, desdobrou-se em suas atividades, motivado pelo objetivo de aproveitamento e preservação das terras públicas, “esforçando-se para recortar o sertão em estradas e caminhos que foram abertos a picareta e dinamite a partir do acidente”.⁵⁶ Frederico Westphalen liderou a abertura da estrada de Santa Bárbara a Iraí, “trabalho difícil porque somente havia a força dos braços”.⁵⁷

O diretor da Comissão de Terras e Colonização, Frederico Westphalen, seguia as orientações de seu superior, Carlos Torres Gonçalves, discípulo de Augusto Comte.⁵⁸ Além do chefe, nomeado pelo presidente do estado, trabalhavam na equipe outros auxiliares, de escrita e ajudantes de corda, em número suficiente para desempenhar o trabalho e sempre nomeados pela Diretoria de Terras e Colonização; mais tarde, com Getúlio Vargas, passaram a ser nomeados pelo secretário de estado. Na época, estavam subordinados a Frederico Westphalen os funcionários: Euclides Couto, ajudante; Otto Kurtz, auxiliar técnico de primeira classe; Francisco Martins Filho, auxiliar técnico de primeira classe; Luiz Gonçalves, auxiliar técnico de segunda classe; Leoveraldo Fortes, auxiliar técnico de segunda classe; Saint Clair Dallfolo, auxiliar técnico de terceira classe; Vitório Piovesano, auxiliar técnico de terceira classe; Waldomiro Ardenghy, auxiliar de escrita de primeira classe e Nestor Westphalen, auxiliar escrita segunda classe.⁵⁹

Os serventes e trabalhadores eram indicados pelo chefe da comissão. Vejamos a correspondência de 2 de maio de 1928, de Carlos Torres Gonçalves, diretor da Divisão de Terras e Colonização da Secretaria das Obras Públicas do estado do Rio Grande do Sul a Frederico Westphalen:

⁵⁵ SZATKOSKI, Elenice; LUFT, Celito Urbano. *Frederico Westphalen: Comissão de Terras e Coronelismo*. Frederico Westphalen: Marin, 1996, p. 28.

⁵⁶ SOARES, Mozart Pereira. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora, em Palmeira das Missões, 7 fev. 2001.

⁵⁷ Idem, ibidem.

⁵⁸ Para os ideólogos positivistas da época, no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, o binômio imigrante – pequena propriedade constituía-se no ponto-chave de seus programas. Ver RÜCKERT, Aldomar. Op. cit., p. 112.

⁵⁹ Folha de Pessoal existente no Arquivo Histórico de Frederico Westphalen.

Indicar urgente funcionários para preencherem vagas existentes no quadro pessoal nomeado dessa Comissão, pois não serão mantidos diaristas fora do quadro. A manutenção ou admissão dos diaristas necessários à realização dos diversos serviços, fica dependente de proposta nominal por essa Comissão e prévia aprovação superior.⁶⁰

Szatkoski e Luft afirmam que, “na medição de lotes e no estabelecimento de imigrantes, as comissões e funcionários incumbidos de tais trabalhos observavam a lei, bem como as ordens e instruções expedidas pela Secretaria do Estado e Diretoria de Obras Públicas”.⁶¹ Na Comissão de Terras e Colonização, a cobrança da dívida dos colonos era atribuição do respectivo chefe. Para dar conta de todas as responsabilidades, Frederico Westphalen contava com a ajuda de inspetores florestais e funcionários indicados por ele para os cargos. Assim como os demais cargos de confiança do governo do estado, também para a chefia da Comissão de Terras e Colonização era escolhido um político que representasse o partido da situação, perfil no qual Frederico Westphalen se encaixava plenamente, conforme afirma Breno Sponchiado: “(...) desde 1916, entretanto, Frederico Westphalen, ingressara na política partidária, sendo intendente de Palmeira durante o período agitado das revoluções (1924-1928) ‘agindo sempre com prudência e calma’. Também chefiou do Partido Republicano Rio-Grandense, na região”.⁶²

Graças à colonização, nessa fase foi iniciada a construção das primeiras estradas distritais à medida que, em meio às matas, iam-se abrindo picadas, as quais iam sendo gradativamente alargadas. Nos arquivos da Inspetoria de Terras do Norte, localizamos uma proposta de construção de estradas gerais e vicinais de rodagem em Palmeira. No documento, datado de 22 de março de 1919 e com a assinatura de Frederico Westphalen, este propunha ao engenheiro-chefe a continuação da construção da estrada de Iraí, a reparação do trecho dessa estrada entre Palmeira e Santa Bárbara e o encascalhamento de cinco quilômetros da mesma estrada entre Barril⁶³ e Villinha (outra localidade pertencente ao território que hoje é município de Frederico Westphalen). Justificando, escrevia Westphalen: “(...) é um trecho de péssimos materiais que não resiste, com pequena chuva, ao tráfego com caminhões”.⁶⁴

⁶⁰ Correspondências existentes no Arquivo Histórico de Frederico Westphalen.

⁶¹ SZATKOSKI Elenice; LUFT, Celito Urbano. Op. cit., p. 28.

⁶² SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p.159.

⁶³ Barril era o nome do antigo povoado que, a partir de 1928, passou a chamar-se Frederico Westphalen.

⁶⁴ Proposta de construção de estradas gerais e vicinais de rodagem em Palmeira. n.º 189, contendo a assinatura de Frederico Westphalen.

Em 1929, o governador do estado, Getúlio Vargas, realizou reformas no Serviço de Terras e Colonização, extinguindo as quatro Comissões de Terras e Colonização que se encontravam em funcionamento: Santa Rosa, Erechim, Passo Fundo e Palmeira. Através do mesmo decreto foram criadas apenas três novas comissões: Erechim, Passo Fundo e Santa Rosa. Em 15 de junho de 1929, Frederico Westphalen foi nomeado chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo, transferindo-se, em consequência, para aquela cidade, onde atuou até 1937, quando foi transferido para Porto Alegre, designado para trabalhar como ajudante do diretor-geral da Secretaria da Agricultura, engenheiro João Dahne.

Em 1938, voltou a Palmeira para uma rápida visita a seu filho Paulo,⁶⁵ também engenheiro, que ocupava o cargo de prefeito (1936-1939), a qual foi a última em razão do agravamento de sua doença (sofria de crises cardíacas). Em fins de 1941, ficou muito abalado com a morte do mesmo filho Paulo, que já exercia destacada atuação política. Fiel às suas convicções políticas, faleceu repentinamente em 28 de outubro de 1942.

Voltando ao tema das realizações da Comissão de Terras e Colonização, é importante dizer que, desde 1913, havia sido organizado o primeiro Plano Geral de Viação do Rio Grande do Sul: “No Plano, datado de 13 de abril de 1913, o governo contemplou de igual modo as estradas de rodagem, a rede férrea, a navegação fluvial e os portos.”⁶⁶ Carlos Torres Gonçalves, por ocasião do retorno da viagem de instalação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, conseguiu a confirmação do plano pelo presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Pelo plano a zona norte seria dotada de uma linha férrea, a qual atravessaria ao meio a zona da mata do norte do estado, desenvolvendo-se paralelamente ao rio Uruguai. O plano previa que as linhas férreas seriam à tração elétrica, usando o potencial hidráulico do rio Uruguai e seus afluentes.⁶⁷

⁶⁵ Paulo Westphalen era casado com a sobrinha de Oswaldo Cordeiro de Farias.

⁶⁶ SPONCHIADO, Breno A. Op. cit., p. 150.

⁶⁷ Idem p. 152.



Fonte: Arquivo histórico de Frederico Westphalen - RS

Figura 1: Mapa colonial do Rio Grande do Sul.

Podemos inferir que Carlos Torres Gonçalves demonstrou preocupação com a execução do projeto de construção de uma linha férrea. No relatório de outra viagem de estudos pela zona Norte e Irai, durante os meses de março e abril de 1921, o diretor enumerou as circunstâncias locais que facilitavam e reclamavam o estabelecimento da viação férrea naquela zona:

- a) em razão de as terras pertencerem ao Estado;
- b) a presença da mata: povoada sem viação, uma vez que parte seria fatalmente destruída pelo fogo para dar lugar às culturas;
- c) pela valorização extraordinária da terra, com aconteceu com outras colônias;
- d) pela possibilidade de fretes econômicos, pelo custeio reduzidíssimo de linhas eletrificadas;
- e) pela abundância de madeira de ambos os lados de uma linha que aproximaria economicamente essas madeiras dos mercados consumidores da fronteira sul a oeste do estado e, sobretudo, do Uruguai e Argentina, fato que garantiria o tráfego nos primeiros anos até que tomasse vulto a produção agrícola da região.

Na conclusão desse relatório, o engenheiro escreveu, demonstrando habitual preocupação, que “todo o serviço sistemático de colonização necessita ser precedido do estabelecimento de vias de circulação (...) Isto é ainda mais verdade tratando-se de zonas cobertas de matas, como é o nosso caso (e as melhores do Estado).”⁶⁸

O assunto da construção desta linha férrea foi discutido muitas vezes. Em 1926, o presidente do estado estava disposto a entregar a execução da obra a uma empresa particular, “mediante a concessão regulada de terras públicas da zona a ser atravessada pela mesma”.⁶⁹ As autoridades estaduais acreditavam que haveria interessados em executar a obra e em comprar as terras: assim, muitos planos foram traçados, porém a obra ferroviária não foi executada. Referindo-se à grande zona produtora de grãos do estado, Soares afirmava que: “Tratando-se da comuna e mais amplamente, da região de maior tonelagem na produção agrícola do Estado, essa atitude é absolutamente incompreensível”.⁷⁰

É assim que “o caminhão foi o instrumento de verdadeira revolução econômica nas colônias: a produção aumentava e, podia escoar-se mais facilmente. A flexibilidade de sua utilização e a prática do porta-a-porta favoreceram o produtor, isto é o colono”.⁷¹

⁶⁸ Relatório da viagem de estudos à zona Norte e a Iraí por Carlos Torres Gonçalves, 1921. In: Relatório das atividades da Comissão de Terras e Colonização – Ano 1921, p. 531, Arquivo Histórico de Frederico Westphalen.

⁶⁹ SPONCHIADO, Breno. Op. Cit., p. 163.

⁷⁰ SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 240.

⁷¹ ROCHE, Jean. Op. cit., p.70

Com o caminhão, buscava-se o produto na casa do colono, proporcionando um comércio mais seguro. Foi esse meio de transporte, portanto, que colaborou para a prosperidade das colônias.



Fonte: Nascimento, Welci. *Viaje no tempo*. Passo Fundo: Berthier, 1998, p. 29.

Figura 2: Primeiros caminhões que transitaram nas estradas da região.

2.3 Colônia Guarita: modelo de colonização

No início deste capítulo, tecemos comentários a respeito da Colônia Guarita, cuja relevância para este estudo nos leva a dedicar-lhe esta parte. Criada no ano de 1917, quando da instalação da Comissão de Terras e Colonização, a área administrada por esta comissão abrangia as terras que iam de Fortaleza até o rio Uruguai, formadas por mata fechada e povoadas de animais selvagens. Em 1922, era a colônia de maior área do Estado, com 1.161.974 ha, dos quais apenas 16.219ha se encontravam colonizados, os demais eram devolutos. A população era estimada em 2.600 pessoas.

O Programa Geral dos Serviços da Comissão de Terras e Colonização, que Torres Gonçalves elaborou em meados de 1917, previa o estudo do terreno na área referente à sede da colônia, no local das fontes termais sulfúreas, águas do Mel, tendo em

vista a organização metódica de um povoado, o estudo e a construção de uma linha de rodagem de pequena declividade (4% no máximo). O traçado deveria ficar dentro do Plano Geral de Colonização, para facilitar o acesso às fontes; a construção imediata da linha telefônica ligando a vila da Palmeira ao local das fontes; a demarcação de pequenas áreas para os numerosos intrusos instalados nas terras, a começar pelas regiões tomadas por eles; o andamento dos processos de legitimação de terras ainda pendentes e a organização e exploração provisória pelo Estado das fontes termais sulfúreas.

Na Colônia Guarita desenvolveu-se o regime colonial baseado na pequena propriedade. Constatamos, por meio do levantamento da distribuição das terras realizado no Escritório de Terras Públicas, situado na cidade de Frederico Westphalen, que a grande maioria dos seus ocupantes declarava-se pequeno agricultor. Contudo, o fato era que a população pobre muitas vezes não dispunha de recursos financeiros para custear as despesas de um processo de legalização das terras, como ilustra o requerimento de Julio Florêncio Soares, encontrado no Escritório de Terras Públicas, este concessionário do lote rural n.º 18 da 1ª seção Braga, o qual assim escreveu: “(...) venho mui respeitosamente, a presença de V. Excia. solicitar a desistência da concessão visto não poder cumprir com as obrigações do Regulamento de Terras em vigor.”⁷² O documento é datado de 18 de março de 1947 e leva a assinatura do requerente.

Alguns chefes locais, entretanto, aproveitaram-se das terras devolutas e legalizaram em seu nome grandes quantidades delas, como foi o caso do coronel Juca Lau, já citado anteriormente. Desde longa data, ele adquiria e legalizava terras em seu nome, como relata um dos nossos entrevistados: “Ficou dono de muita terra – era coronel, estava do lado do poder.”⁷³ Nas buscas feitas,⁷⁴ constatamos que esse proprietário foi possuidor de trinta e sete bens imóveis rurais.⁷⁵

⁷² Requerimento encontrado nos arquivos do Escritório de Terras Públicas, na cidade de Frederico Westphalen.

⁷³ LOCATELLI, Claro. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora, em Jaboticaba, 18 set. 2001. Nascido em 28 de novembro de 1930. Neto de Luiz Locatelli, mora no local desde o seu nascimento.

⁷⁴ Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Palmeira das Missões.

⁷⁵ Discriminadas conforme a quantidade e a qualidade, as terras foram assim especificadas: 13 hectares de campo e mato adquiridos em 20 de maio de 1949; 50 hectares referentes a uma posse de terras de cultura adquiridos em 14 de setembro de 1949; 100 hectares correspondentes a uma fração de terras de agricultura com capoeiras e algum mato, constituída dos lotes rurais n.º 82, 83, 84 e 85 da 1ª seção Jaboticaba, obtidos por concessão do Estado e adquiridos em 14 de setembro de 1949; 21,5 hectares de terras de campo e mato; 250.000 m² correspondentes ao lote rural n.º 491, adquirido em 9 de setembro de 1953; 5 hectares de terras de cultura, campo e matos, adquiridos em 27 de fevereiro de 1951; 250.000 m² referentes ao lote rural n.º 53 da 1ª seção Jaboticaba, adquirido em 1º de agosto de 1949; 250.000 m² referentes ao lote rural n.º 54 da 1ª seção Jaboticaba, adquirido em 1º de agosto de 1949; 250.000 m²

Ainda a respeito de Juca Lau, verificamos que ele adquiriu, durante o período de 1915 a 1953, 283.697,2342 hectares de terras na área rural, as quais eram constituídas, em sua grande maioria, de campos para criar, matos e terras para cultura. Isso sem contar as áreas registradas em seu nome no Cartório de Imóveis de Palmeira das Missões e que não identificam sua extensão ou localização e os bens imóveis localizados na zona urbana deste município.

Em Jaboticaba, o coronel Juca Lau adquiriu duas partes de matos de cultura e erval, com área de 125 hectares mais ou menos, situadas no oitavo distrito deste município, no lugar denominado Campina. Essas terras se confrontavam ao norte e leste com terras devolutas; ao sul, com herdeiros de Amália Ines de Moura Reis e, a oeste, com terras de Ricardo Gomes de Souza – todos por linha de medição. O ato de compra foi registrado sob nº 1.157, no cartório de Registro de Imóveis de Palmeira das Missões, na data de 6 de maio de 1929, e o transmitente foi Ernesto de Oliveira Miranda.⁷⁶

Sobre o distrito de Fortaleza, julgamos importante tratar com maior profundidade em virtude de sua ligação com as terras de Jaboticaba. Criado em fevereiro de 1918, constituiu-se no maior distrito de Palmeira das Missões, o oitavo

referentes ao lote rural n.º 55 da 1ª seção Jaboticaba, adquirido em 1º de agosto de 1949; 330.000 m² referentes ao lote rural n.º 56 da 1ª seção Jaboticaba, registrado em 1º de agosto de 1949; 25 hectares de campo e mato, registrados em 14 de maio de 1946; 15 hectares de terras referentes a uma parte de terras de cultura do lote colonial n.º 76, na 1ª seção Jaboticaba, registrado em 12 de novembro de 1946; 250 hectares referentes a uma posse de capoeiras e matos, legitimada pelo governo do estado somente a área de 100 hectares, registrada em 18 de setembro de 1944; 281 hectares de campo e mato, registrados em 3 de outubro de 1939; uma parte de campo e mato (Parte ideal de 61, 64, situada na Fazenda São João); 3.234.342 m² de terras situadas no oitavo distrito de Fortaleza e registradas em 13 de novembro de 1934; 72 hectares de campo e mato, adquiridos em 1º de agosto de 1933; 70 hectares de campo e mato, adquiridos em 14 de setembro de 1934; 185,5 hectares de campo e matos (parte ideal) no 1º distrito do município de Palmeira das Missões; 185,5 hectares de campo e mato (parte ideal) no oitavo distrito de Palmeira das Missões; 63,5 hectares de terras de agricultura e matos, situados no lugar denominado Jaboticaba; 20 hectares de campos de criar, pro-indivisa, adquiridos em 02 de maio de 1934; 56 hectares de campo e mato, adquiridos em 25 de março de 1935; 297 hectares de campo e mato, registrados em 25 de março de 1935; 20 alqueires, correspondentes a dois lotes de terras de matos sob nº 496 e 497, adquiridos em 25 de março de 1935; 72 hectares de duas partes de campo e matos, conforme registro em 1º de agosto de 1933; 94 hectares de campo de criar, pró-indivisas, conforme registro em 4 de janeiro de 1929; 140 hectares de terras de campo e matos, adquiridos em 12 de maio de 1931; duas partes de fazenda repassadas para pagamento de meação e outra parte correspondente à legítima da herdeira Serafina Muniz de Oliveira, conforme registro em 20 de junho de 1915; um campo de criar, pró-indivisa, com a denominação Rincão das Neves; duas partes de campo, matos e ervais, que houve em partilha com a área de 34 hectares, mais ou menos cada parte, conforme registro em 2 de dezembro de 1919; uma parte de campo e matos de criar, conforme registro em 3 de agosto de 1918; uma parte de campo e matos, com a área de uma quadra de sesmaria, conforme registro de 1º de dezembro de 1927; 43 hectares de campo, adquiridos em 8 de agosto de 1911; 44 hectares de terras de campo, adquiridos em 16 de agosto de 1937; 359 hectares de campo e matos, conforme registro em 16 de agosto de 1937; uma fração de terras com a área de 36,0 hectares, situada no lugar denominado São João; 34,5 hectares de campo e matos situados no lugar denominado São João, conforme registro sob n.º 4008 fls. 011 do Livro 3-G.

⁷⁶ Todos os dados foram coletados no Registro de Imóveis de Palmeira das Missões, junho de 2001.

distrito: “(...) enorme, tinha como divisas os rios Uruguai, Várzea, Braga, Fortaleza e Guarita. A medição foi feita pela Inspetoria de Terras de Palmeira que dividiu-o em oito secções, às quais se faz referência ainda hoje nas escrituras de terra.”⁷⁷ Em relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas de 1914, afirmava-se sobre essa região: “O município de Palmeira (...) é neste município que se acha a região denominada Fortaleza, constituída de férteis terras de mato, infestadas de intrusos, e que já temos tido ocasião de apontar como uma das regiões onde mais urge a intervenção dos Poderes Públicos.”⁷⁸

A respeito dos primeiros moradores de Fortaleza escreve Vitor Battistella:

Explicam antigos moradores que os campos de Fortaleza, hoje Seberi, desde o século passado, foram sendo ocupados por luso-paulistas, os quais, desinteressando-se de São Paulo, vieram tentar a fortuna na lida do campo. Deslocaram-se para o Rio Grande, seguindo a rota dos tropeiros de gado a saber: Ponta Grossa, Lajes, Rio Pelotas, Vacaria, Lagoa Vermelha e Palmeira. O coronel revolucionário Leonel Rocha disse-me, certa vez, num encontro casual em viagem de trem, que para tal distância ele levava mais de vinte dias, naturalmente a lombo de cavalo.⁷⁹

Os “biribas”, como eram chamados os paulistas, acampavam por semanas e até meses em redutos na Boca da Picada.⁸⁰ Battistella informa-nos que,

entre os mais conhecidos estavam os Galvão, Pôncio, Pires de Lima, Moura, Felício, João Rodrigues da Silva, Domingos Padilha de Camargo e Antônio Conceição Cunha. (...) Todos foram se apossando de vastas áreas de campo, marcando as divisas a dedo, como era praxe nos velhos tempos. Só mais tarde, aos poucos, passaram a requerer título de posse.⁸¹

Podemos constatar que Fortaleza constituiu-se no reduto de políticos pertencentes aos dois partidos com forte influência na política da época da República Velha:

(...) as forças que representavam o situacionismo estadual e o oposicionismo municipal ao fazerem o levantamento de suas possibilidades eleitorais demonstraram, na divisão das áreas de influência, a antevisão de que não tinham base eleitoral em alguns distritos, quando admitiram que os adeptos da candidatura do coronel Josino Eleuthério dos Santos “são incessantes em Fortaleza, onde está a parentela”.⁸²

Mozart Pereira Soares também escreve a respeito da mobilização dos revolucionários de 1923, mostrando o desempenho dos políticos no distrito de Fortaleza:

⁷⁷ BATTISTELLA, Vitor. Op. cit., p.12.

⁷⁸ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas do ano de 1914.

⁷⁹ BATTISTELLA, Vitor. Op. cit., p.12.

⁸⁰ REÁTEGUI, Duilsi Béni et al. Op. cit., p. 12.

⁸¹ BATTISTELLA, Vitor. Op. cit., p. 12.

⁸² FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 106.

Em fins de novembro de 1922 o Engenheiro Frederico Westphalen, retornando para a sede do município desde a localidade de Barril, foi interceptado à saída do mato, na chamada Boca da Picada, proximidades do povoado da Fortaleza (hoje Seberi) pela gente de Pedro Domingos. Retornando para a sede do distrito, encontrou proteção no sub-intendente local que, ajudado pelo pequeno destacamento de que dispunha, tratou de proteger Frederico e seus funcionários. Leonel Rocha⁸³ e seus seguidores não descansavam.⁸⁴

Em Fortaleza, também chamada “Rincão da Fortaleza”, findava o campo que vinha de Palmeira e começava o sertão, o mato que assustava: cerrado, misterioso e povoado de animais ferozes, como onças, jaguatiricas, lobo-guará, porcos-do-mato. No final do campo, à esquerda do caminho de Palmeira, havia uma lagoa: “Ali paravam os viajantes mais ousados, os caçadores mais afoitos, os aventureiros (...).”⁸⁵ E havia também os índios caingangues, que não se deixavam ver, apenas faziam sentir sua presença; eram os donos das matas. “Fortaleza” ou “Boca da Picada”, ambos os nomes referiam-se ao oitavo distrito de Palmeira das Missões, hoje município de Seberi. A denominação “Boca da Picada” provém da difícil, trabalhosa e dura tarefa que um grupo de desbravadores liderados por Maximiliano Beschoren, se propôs iniciar, que era a abertura de uma picada, rasgando a facção a mata virgem do sertão do Alto Uruguai. Com isso, buscavam estabelecer a ligação entre o rincão da Fortaleza e Nonoai, ponto importante na rota dos tropeiros que iam e vinham de São Paulo. O ponto marcava o início da picada, daí a denominação, que, contudo, não foi oficializada.

A colonização do distrito de Fortaleza deu-se no período anterior ao de Jaboticaba. Altivo José Rodrigues,⁸⁶ no dia 17 de dezembro de 1986, relatou aos pesquisadores da história de Seberi que “podemos dizer que a colonização polonesa e taquariana⁸⁷ começou por volta de 1915. Os italianos vieram mais tarde.”⁸⁸ As terras de Jaboticaba pertenceram ao distrito de Fortaleza até 1956, data em que se tornou mais um distrito de Palmeira das Missões.

⁸³ Leonel Rocha representava os ervateiros na região e, lutando contra as forças de Borges de Medeiros, demonstrava-se persistente nas perseguições aos inimigos.

⁸⁴ SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 123.

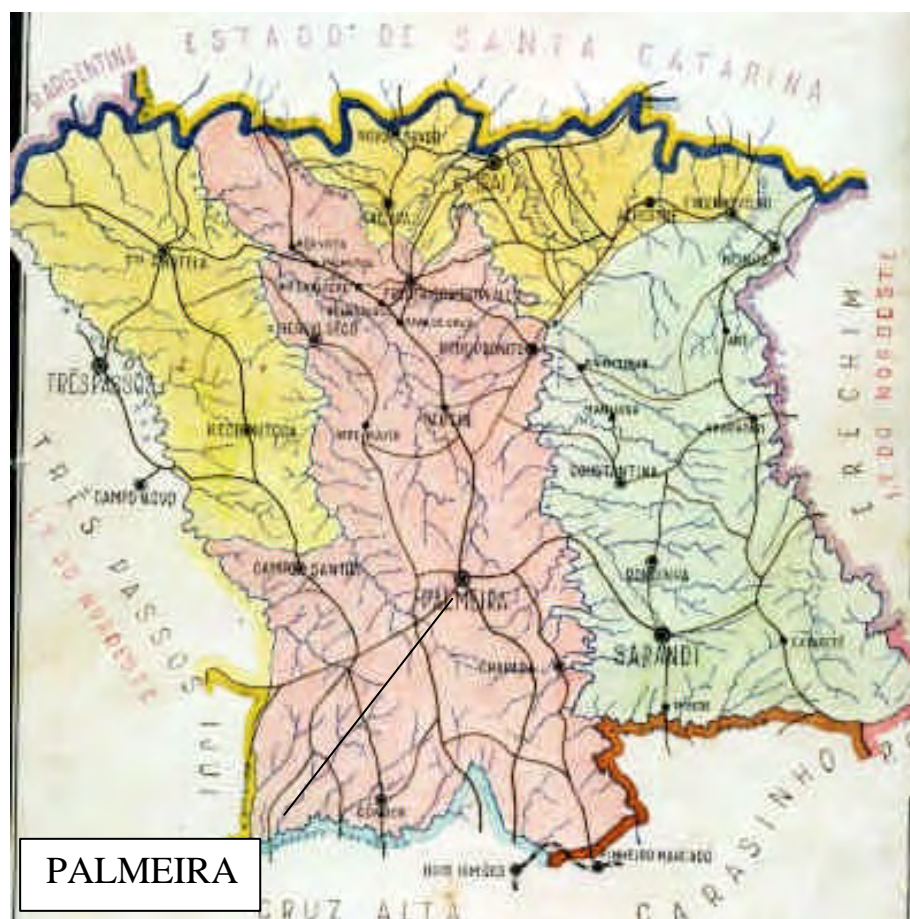
⁸⁵ REÁTEGUI, Duilsi Béni et al. Op. cit., p. 87.

⁸⁶ Altivo José Rodrigues era filho do coronel Juca Lau.

⁸⁷ Eram chamados “taquarianos” os colonizadores vindos da margem do rio Taquari. Os Queiroz, os Martins, os Padoans, os Reis, os Rochas, os Angélicos eram taquarianos. Ver REÁTEGUI, Duilsi Béni et al. Op. cit., p. 35.

⁸⁸ REÁTEGUI, Duilsi Béni et al. Op. cit., p. 34.

2.4 A Inspetoria de Terras do Norte⁸⁹ (1937–1965): Jaboticaba, parte integrante



Fonte: Escritório de Terras Públicas de Frederico Westphalen - RS

Figura 3: Mapa da Inspetoria de Terras do Norte.

Getúlio Dorneles Vargas foi eleito para o governo do estado do Rio Grande do Sul em 25 de novembro de 1927 e empossado em 25 de janeiro de 1928. A sua posse no governo do estado marca o início de um novo período na política rio-grandense visto que, “ao contrário de Borges, Vargas havia transmitido para a oposição uma imagem conciliatória e aberta ao debate político.”⁹⁰

Getúlio Vargas caracterizou-se por novo estilo de governo e de conciliação com o grupo oposicionista. Conforme Ferreira Filho, “Getúlio passava a ser considerado, nos círculos políticos do país, um pacificador, um apagador de incêndios, o

⁸⁹ Pelo decreto nº. 7.222, de 13 de abril de 1938, as Comissões de Terras passaram a denominar-se Inspetorias de Terras.

⁹⁰ DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. Op. cit., p. 167.

tipo de estadista ideal para uma época conturbada em que numerosos brasileiros viviam exilados, clamando por anistia”.⁹¹ No aspecto econômico, a política de Vargas voltou-se para o atendimento das necessidades dos pecuaristas, procurando resolver os conflitos entre as classes dominantes do estado. Loiva Félix relata: “Com isso, buscava a realização de um projeto maior, através da união política da classe rural do estado, e também de aproximação e entendimento com a oposição.”⁹²

A 2 de janeiro de 1929, através do decreto n.º 4.242, Vargas remodelou a máquina estatal no que dizia respeito às terras e colonização; colocou em ação uma nova política agrária e emitiu novo decreto sobre serviços de terras, povoamento, proteção ao índio e conservação das matas. Tais mudanças representavam mais expropriações ao agricultor por causa da diminuição de prazos de pagamento na legitimação dos lotes. Também o tratamento dado aos os intrusos passou a ser rigoroso, pois tanto o governo como os fazendeiros podiam apelar para a força da Brigada Militar a fim de resolver os problemas com rapidez.

Vargas implementou uma reforma nos serviços de terras, extinguiu a Diretoria de Terras e Colonização e o Serviço Geológico e Mineralógico, dependentes da Secretaria de Obras Públicas; em seu lugar, criou a Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, anexa à mesma secretaria. Os serviços desse órgão foram distribuídos em quatro seções: Agricultura, Indústria Animal, Terras e Colonização, e Geologia e Mineralogia.⁹³

Como já referimos, os serviços de Terras e Colonização foram alterados radicalmente pelo decreto n.º 4.337, de 26 de junho de 1929, quando foram extintas as quatro comissões de terras: de Erechim, Santa Rosa, Passo Fundo e Palmeira. Pelo mesmo decreto, foram criadas apenas três comissões: Erechim, Passo Fundo e Santa Rosa. Em consequência dessa reformulação, Frederico Westphalen passou a desempenhar a função de chefe da Comissão de Terras de Passo Fundo.

Durante o ano de 1928, Carlos Torres Gonçalves, após ter gozado um período de férias, foi designado para assumir o cargo de diretor da Viação Fluvial, assumindo-o a partir de 2 de janeiro de 1929, num flagrante “esvaziamento” de poder se comparado com o cargo

⁹¹ FERREIRA FILHO, Artur. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1974, p. 227.

⁹² FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 157.

⁹³ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 165.

anterior. O governador Getúlio Vargas, através do decreto n.º 4.063, de 11 de maio de 1928, também reformulou o Regulamento de Terras de 1922, com o que, a partir desta data (11 de maio de 1928), ficava estabelecido o seguinte: - art. 1º - que a concessão de lotes seria de 25 hectares; - art. 2º - cada família de agricultor poderia adquirir de um a três lotes de 25 hectares, conforme suas necessidades e a extensão de terras disponíveis na região. Ainda, cada agricultor maior de 16 e menor de 21 anos poderia adquirir um lote de 25 hectares, que não poderia alienar antes de haver atingido a maioridade.

Quanto ao pagamento das terras, estabelecia o novo regulamento que deveriam ser em dinheiro, à vista ou a prazo; quando integralizado dentro do prazo de noventa dias, a contar da data da concessão provisória, o pagamento seria considerado à vista. Os pagamentos a prazo seriam realizados em quatro prestações: a primeira dentro de noventa dias a contar da data da concessão provisória e as três outras até o fim do primeiro, segundo e terceiro anos, a contar da data da mesma concessão. A segunda, terceira e quarta prestações seriam acrescidas de juros de 8% ao ano, a contar da data da concessão provisória até a do respectivo pagamento.

Em seu artigo 3º, o mesmo decreto determinava que, em caso de não-pagamento do concessionário nas formas estabelecidas no artigo 2º, aquele perderia a concessão, sem direito à restituição das prestações pagas. Estava estabelecido também, no artigo 34, que a arrecadação da dívida colonial seria incumbência da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.⁹⁴ Nesse decreto estava a diferença: o modo de efetivar a colonização, ou seja, durante o governo de Borges de Medeiros, a cobrança da dívida era realizada pelas Comissões de Terras; já, com Getúlio Vargas, a incumbência passou para a Secretaria da Fazenda. A desvantagem para os colonos estava na extinção da cobrança da dívida em serviços, sobretudo aos nacionais, que, por falta de recursos, não tinham como adquirir seus lotes.

Podemos inferir, portanto, que, a partir do governo de Getúlio Vargas e com seus sucessores, os assuntos da colonização do estado sofreram uma mudança radical, tornando-se compreensível também o fato de, na Inspeção de Terras do Norte, muitos colonos pobres somente terem legalizado suas terras apenas após a promulgação da lei 1.542, criada pelo então governador Ernesto Dorneles, em 22 de setembro de 1951.

⁹⁴ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Legislação das terras públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, 1961, p. 70-73.

No terreno político, aconteceram sérias mudanças nesse período. Vargas, como candidato da Frente Única, não conseguira alcançar a presidência da República. Por causa da derrota eleitoral, aconteceu a Revolução de 1930 e, ao final de 21 dias, Getúlio Vargas tomou o governo federal, empossado como chefe do Governo Provisório. As medidas de centralização adotadas por ele deixavam clara a intenção de governar o país sem a tradicional negociação com os estados federados autônomos. Conforme Ferreira Filho, “o primeiro ato do governo implantado pela Aliança Liberal foi dissolver o Congresso, as assembleias estaduais e as câmaras municipais, declarando extintos todos os mandatos eletivos. Para os Estados foram nomeados interventores”.⁹⁵

É Raymundo Faoro quem afirma: “Para o povo, o chefe do governo aparece como não político que, em ágil golpe de capoeira, estatela no chão seus oponentes ou companheiros de jornadas.”⁹⁶ Ou seja, Getúlio Vargas representava para o povo a esperança de conseguir, através de sua benevolência, alcançar melhores condições de vida diante do momento de grave crise nacional. Porém, o chefe da nação revelou-se autoritário e as mudanças aconteceram no país com um novo tipo de desenvolvimento capitalista, que passou de agrário e comercial para o industrial e destinado ao abastecimento interno.

Em 23 de agosto de 1935, pelo decreto 6.039, o presidente da República criou a Secretaria da Agricultura, à qual ficou ligada a Diretoria de Terras e Colonização. A partir de 13 de abril de 1938, as Comissões de Terras passaram a chamar-se Inspetorias de Terras e a organização da Diretoria de Terras e Colonização ficou estruturada em duas secções: 1.^a secção, de discriminação e legitimação; 2.^a secção, de colonização, abrangendo os serviços de colonização. Foram criadas então, no Rio Grande do Sul cinco inspetorias: do Norte – com sede em Palmeira das Missões, a partir de 1939 transferida para o distrito de Frederico Westphalen e tendo como chefe o engenheiro Artur Ambros; do Nordeste, com sede em José Bonifácio (hoje município de Erechim); do Centro, em Passo Fundo; do Leste, em Três Forquilhas (Torres); do Noroeste, em Santa Rosa.

⁹⁵ FERREIRA FILHO, Artur. Op. cit., p. 230.

⁹⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1997, p. 702.

Continuando a relatar o período Vargas, verificamos que, no dia 9 de março de 1939, na presença do interventor federal general Oswaldo Cordeiro de Farias,⁹⁷ Artur Ambros assumiu a Nova Inspeção de Terras do Norte. Sua trajetória também foi diversificada: em 1919, era estudante-estagiário e atuava como diarista na Colônia Guarani; em 1928, fora ajudante da Comissão de Terras de Santa Rosa; em 1º de julho de 1931, por decreto do interventor Flores da Cunha, passou à testa do governo daquele município e, em 1948, ocupou o cargo de diretor na Diretoria de Terras e Colonização (cargo que havia sido de Carlos Torres Gonçalves no período de 1908 a 1929).

Breno Sponchiado relata que, “com Vargas, e os subsequentes fatos políticos, os anos trinta representaram um decênio morto em termos de política agrária e colonização.”⁹⁸ Torres Gonçalves propôs ao secretário de Obras Públicas algumas alterações no Regulamento de Terras, contudo, elas não foram aceitas.

No relatório da Diretoria de Terras e Colonização do ano de 1938- 1942, consta que “os serviços de colonização de terras públicas do Estado, interrompidos, em parte, depois de 1930, em virtude das convulsões políticas que agitaram então o Rio Grande do Sul, retomaram, em 1938, o ritmo anterior àquele ano”.⁹⁹ Entretanto, como pudemos constatar os órgãos encarregados dos trabalhos de colonização e medição de terras não tiveram o ritmo de desempenho do período anterior, isto é, de 1917 a 1928.

Jorge Baiardo Torres Gonçalves, filho de Carlos Torres Gonçalves, afirmou que “o engenheiro Torres Gonçalves planejou uma proposta de colonização concreta, trabalhada, desejada e realizada em grande parte durante o decênio 1917 a 1927, a partir desta data – evidencia-se confronto de idéias e propostas diferentes”.¹⁰⁰

O governo de Borges de Medeiros estava empenhado em preparar metodicamente a zona Norte para o futuro, ao passo que Getúlio Vargas voltou “os olhos” de sua administração para o sul do estado, fato compreensível em função de suas origens: “Getúlio Vargas que além de visar o favorecimento de áreas particulares da economia sulina, destruiu igualmente o dogma positivista, pelo menos no sentido que sempre fora entendido pelo PRR”.¹⁰¹

⁹⁷ A 14 de outubro de 1939, Getúlio convocou Oswaldo Cordeiro de Farias e o promoveu ao posto de coronel do Exército, nomeando-o interventor do Rio Grande do Sul. Ver MARTINS, Egídio Moisés Gonçalves. Op. cit., p. 68.

⁹⁸ Idem, p. 166.

⁹⁹ Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1938, p. 230.

¹⁰⁰ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 166.

¹⁰¹ DACANAL, José Hildebrando (Org.).RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 46

A respeito da execução do projeto de Torres Gonçalves no que se refere às águas termais de Iraí, Mozart Pereira Soares refere: “O projeto dessa original Estação Balneária, que tivemos a satisfação de conhecer, exposta pelo seu próprio autor, infelizmente não foi executado, por motivos econômicos.”¹⁰²

Durante o período em que Artur Ambros foi chefe da Inspetoria de Terras do Norte¹⁰³ (1939 a 1948), exerceram cargos de nomeação na mesma inspetoria como seus auxiliares: Francisco Martins Filho, agrimensor¹⁰⁴; Valter Schieck, desenhista; Vitório Piovesano, agrimensor; Plínio Santos, agrimensor; Carlos Nino Machado, agrimensor; Ari Fanfa Cardoso, também agrimensor; Waldomiro Ardenghy, oficial administrativo; Telmo Guerrieri, escriturário; João Antônio Borges, estafeta, e Elias Lopes dos Santos, servente.¹⁰⁵



Fonte: MARTINS, Egidio Moisés Gonçalves. *Memórias do Sargento Egídio*. Palmeira das Missões: Inrapal, 1999. p. 33.

Figura 4: Trabalhadores da Inspetoria de Terras.

¹⁰² SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 266.

¹⁰³ A partir de 8 de abril de 1965, as Inspetorias de Terras foram substituídas por Delegacias Regionais de Terras, subordinadas ao Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Desde 1971, passaram a ser Escritórios de Terras Públicas, com trabalhos reduzidos por causa da ausência de terras devolutas na região.

¹⁰⁴ O agrimensor Francisco Martins Filho, foi transferido em 22 de dezembro de 1941 para o Posto de Colonização da Fronteira, em Passo Novo, distrito de Alegrete. Relatório da Inspetoria de Terras do Norte. 1941, p. 2.

¹⁰⁵ Idem, p. 3.

No ano de 1941, mais precisamente no dia 6 de novembro, o general Osvaldo Cordeiro de Farias, interventor federal, acompanhado do secretário das Obras Públicas, Antonio Meireles Leite, e secretário da Agricultura, Ataliba de Figueiredo Paz, visitou a Inspetoria e Terras do Norte. No relatório, a visita está assim descrita: “Partindo de Irai, acompanhado pelo Chefe da Inspetoria, dia 6, às 14 horas, a Comitativa Oficial, visitou o povoado Prado, onde foram recebidos por numerosos habitantes daquela zona, os quais foram cumprimentá-los.”¹⁰⁶ A Comitativa visitou, além da vila de Frederico Westphalen, os demais povoados da região; examinou os trabalhos do órgão, as plantas de estradas, a demarcação de lotes e as instalações urbanas.

Essa viagem de Osvaldo Cordeiro de Farias¹⁰⁷ e comitiva teve como objetivo principal inspecionar os trabalhos que estavam em desenvolvimento na Inspetoria de Terras do Norte, conforme pudemos constatar no relatório desse órgão, referente ao ano de 1941, apresentado pelo engenheiro Artur Ambros ao chefe da Diretoria de Terras e Colonização. Na leitura do documento, observamos que, em razão da visita do interventor federal, houvera, anteriormente, uma intensificação no desempenho dos trabalhos em execução e uma agilização dos trabalhos que a Inspetoria de Terras do Norte vinha executando.

Julgamos necessário ressaltar aspecto importante referente ao desenvolvimento regional, que consiste no fato de chefes políticos detentores de poder local terem legalizado em seus nomes grandes extensões de terra, as quais foram vendidas aos colonizadores posteriormente. Com a instalação da Comissão de Terras e Colonização em Palmeira das Missões, houve impulso ao desenvolvimento regional, destacando-se neste trabalho a pessoa de Frederico Westphalen. A administração das terras públicas despertou o interesse dos descendentes de imigrantes italianos, que, em sua maioria, eram procedentes da 4ª colônia, Silveira Martins. Embora o regime colonial se apresentasse como de pequena propriedade, os colonizadores compravam terras na zona de mato por causa da sua fertilidade nelas procurando realizar a sua atividade. (Ver anexo 3)

Observamos que, aliada à preocupação do governo do estado, foi criada, em nível nacional, uma legislação agrária que contribuiu para desencadear a colonização do

¹⁰⁶ Relatório apresentado por Arthur Ambros, chefe da Inspetoria de Terras do Norte no ano de 1941 à Diretoria de Terras e Colonização. Arquivo Histórico de Frederico Westphalen.

¹⁰⁷ A presença do interventor no interior do estado manifestava a preocupação do próprio regime estado novista, em substituir ou, pelo menos diminuir a influência dos setores tradicionais de mando local. Ver COLUSSI, Eliane Lúcia. Op. Cit., p. 101.

norte do Rio Grande do Sul. Com a instalação, em Palmeira das Missões, da Comissão de Terras e Colonização, sob a chefia de Frederico Westphalen, e com a consolidação do Partido Republicano Rio-Grandense no poder a partir da primeira década do século XX, aconteceram mudanças no eixo político, que passaria da região da Campanha para a do Planalto Médio e, por extensão, às terras de Jaboticaba, em virtude especialmente da ação dos coronéis. Podemos, pois, afirmar que o trabalho de colonização caracterizou-se como de cunho social e desenvolveu-se de acordo com as exigências técnicas estabelecidas pelas leis criadas pelos políticos simpatizantes do positivismo, isso na sua primeira etapa.

Neste capítulo, analisamos o modelo de colonização idealizado pela Diretoria de terras e Colonização e colocado em prática na Colônia Guarita, que dispunha de vastas extensões de terras a serem colonizadas. A partir do governo de Getúlio Vargas, entretanto, aconteceram mudanças na orientação da colonização de modo que a estrutura da legislação agrária sofreu alterações que se fizeram sentir nas colônias e, por extensão, também, em Jaboticaba. Vargas marcou a descontinuidade do processo planejado por Torres Gonçalves, assim, nesta segunda fase da colonização, o trabalho não seguiu o ritmo anterior. Foi justamente nesse período que se desencadeou a colonização da região do Alto Uruguai e, mais precisamente, de Jaboticaba. Ressalta-se na história local a presença de caboclos e de descendentes de imigrantes italianos principalmente, culturas diferentes, mas que, a seu modo, contribuíram para a ocupação do espaço e formação histórica do município.

Encerrada a análise sobre o papel e as ações da Comissão de Terras e Colonização no Norte do Rio Grande do Sul, o modelo de trabalho desenvolvido na colônia Guarita e o desempenho de ações da Inspetoria de Terras do Norte, passamos, a partir do terceiro capítulo, a trabalhar o aspecto referente ao processo de ocupação do território que recebeu a denominação de Jaboticaba.

CAPÍTULO 3

A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE JABOTICABA

3.1 Origens da colonização

No capítulo anterior, tratamos, primeiramente da instalação da Comissão de Terras e Colonização em Palmeira das Missões, cuja finalidade foi proceder à administração e legitimação das terras e executar a colonização de áreas devolutas, seguindo-se com o estudo dos trabalhos, da Inspetoria de Terras do Norte, então no governo de Getúlio Vargas. A partir deste capítulo, analisamos uma terceira fase no povoamento de Palmeira das Missões (1917 a 1950), que pode ser caracterizada como de grande surto colonizador e na qual o trabalho da Comissão de Terras e Colonização foi organizado. Por essa época, começou efetivamente a colonização do município, com a chegada de agricultores provenientes das “Colônias Velhas”.¹

A colônia Silveira Martins integrou o processo de colonização e instalação de imigrantes italianos como sendo a 4^a colônia, precedida pelas colônias de Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel.² À colônia de Silveira Martins, em 15 de novembro de 1876, sob a chefia de Lourenço de Biazus e João Frota, chegaram setenta famílias de imigrantes italianos.³ O estudo mais pormenorizado da 4.^a colônia foge aos objetivos deste trabalho, motivo pelo qual não será aprofundado embora se reconheça de importância relevante para a história da colonização do Rio Grande do Sul. Os imigrantes italianos

¹ Para a fixação dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, o governo imperial do Brasil destinou duas zonas de povoamento de terras: as terras devolutas ou despovoadas do nordeste do estado e as terras localizadas nas proximidades de Santa Maria, hoje áreas de diversos municípios da Depressão Central e sul da região do Planalto Médio. Ver FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *A imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 38.

² Em 24 de maio de 1870, o presidente da província do Rio Grande do Sul criava as colônias Conde D’Eu e Dona Isabel, localizadas entre o rio Caí e os campos de Vacaria. A colônia Conde D’Eu formou os municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa e a colônia Dona Isabel é hoje o município de Bento Gonçalves. FLORES, Moacir. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão. 1996, p. 109.

³ RIGHI, José Vicente; BISOGNIN; Edir Lúcia, Torri, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: Est, 2001, p. 61.

povoaram as comunidades de Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos e Nova Palma, locais esses de onde saíram os primeiros colonos buscando adquirir novas terras, das quais muitos passaram a residir em Jaboticaba.

A colonização das terras de Jaboticaba⁴ deu-se, portanto, basicamente por descendentes de imigrantes italianos cujas famílias haviam se instalado em anos anteriores na colônia Silveira Martins, onde a população “crescia vertiginosamente com a chegada de mais imigrantes”.⁵ Essa colônia foi criada em 20 de setembro de 1878 e, após totalmente povoada, foram-lhe anexados os seguintes núcleos: Norte, criado em 25 de setembro de 1883 (atual município de Ivorá), que ficou a 35 km ao norte da sede da colônia; Dona Francisca, criado em 15 de agosto de 1883, que integrava as terras de Cachoeira do Sul;⁶ Soturno, criado em 1º de junho de 1884 (atual município de Nova Palma), situado na margem direita do rio Jacuí; Jaguarý, criado em 1889, e Ijuí Grande, criado em 1890, o último núcleo vinculado à colônia Silveira Martins.



Fonte: SPONCHIADO, Breno Antonio. Imigração e 4ª colônia. 1996. p.96.

Figura 5: Mapa da colônia Silveira Martins.

⁴ Este nome está ligado ao fruto da jaboticabeira, porém, ao ser registrado, o foi como Jaboticaba. Etimologicamente, a palavra vem da língua indígena, com as raízes em *jabutí* (cágago) e *guaba* (alimento dos jabutis).

⁵ RIGHI, José Vicente. BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. Op. cit., p. 68

⁶ Embora não pertencendo ao complexo da colônia Silveira Martins, tem ligação por estar geograficamente anexado à mesma. Ver SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 61.

Na 4ª colônia, as terras eram medidas e demarcadas por ordem do governo da província antes da chegada dos imigrantes, sendo após distribuídas. Quando da distribuição, os imigrantes podiam escolher até três vezes, quando, então, a escolha tornava-se definitiva. Nem sempre a medição era exata em virtude de falta de agrimensores, além de que o tamanho dos lotes não obedecia a uma metragem fixa e específica. A respeito do assunto, Luiz Sponchiado escreve:

Os engenheiros –agrimensores, com os instrumentos e turmas de ajuda, orientados pela última Lei de Colonização em vigor (de número 601, de 18.9.1850) mediram 716 lotes coloniais, com mais ou menos 22 hectares cada um, (6 mil há. ao todo), implantando a sede da Nova Colônia, que provisoriamente chamaram de “COLÔNIA DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE”, por pertencer ao território deste município; rebatizada alguns anos depois por: “CITTÁ NUOVA”, e a 25.4.1884, denominada oficialmente “COLÔNIA SILVEIRA MARTINS”.⁷

De Silveira Martins, os enxameamentos⁸ aconteceram nas seguintes épocas: a partir de 1900, para Tapera, Santo Ângelo, Santa Rosa e Pejuçara; em 1908, em direção a Erechim, motivado pela estrada de ferro, e, a partir de 1917, terceira fase do enxameamento, para Palmeira das Missões. Os descendentes de emigrantes, num primeiro momento, seguiram em direção às margens do rio Uruguai, sempre ao longo dos 50 km de matas que margeiam esse curso d'água.

Depois de 1917, em consequência da instalação da Comissão de Terras e Colonização em Palmeira das Missões, e durante esta terceira fase do povoamento regional, teve início a formação dos primeiros núcleos urbanos nos locais escolhidos (geralmente em cruzamentos de estradas) para isso. Mais tarde, esses se tornariam importantes municípios do interior, como Iraí, Frederico Westphalen, Campo Novo, Chapada, Condor, Erval Seco, Rodeio Bonito e Seberi, além de outros. Esses núcleos populacionais surgiram como consequência da colonização que se realizava. Para Valdir Gregory,

a instalação de colonos nas áreas vazias era o prenúncio do surgimento das relações capitalistas nessas áreas depois do desbravamento. Por outro lado, as colônias velhas dispunham dos colonos e, o avanço da colonização se fizera necessário pela característica de contínua expansão do capitalismo no Brasil.⁹

⁷ SPONCHIADO, Luiz. Crônicas da colonização. *Voz do Planalto*, Nova Palma, n. 21, 21 maio 1970.

⁸ O termo *enxameamento* é usado para designar o deslocamento de pessoas de um meio rural a outro meio rural, motivado pelo excesso de população e/ou esgotamento da terra. Ver ROCHE, Jean. Op. cit., p. 319.

⁹ GREGORY, Valdir. Op. cit., p. 63.

A política de povoamento visava ocupar os espaços vazios deixados pela grande propriedade. Aos fazendeiros não interessavam as terras de mato, ocupadas segundo critérios definidos pelo governo do estado, uma vez que foi planejada, organizada e dirigida por órgãos a ele ligados. Concomitantemente ao processo de colonização, foi iniciada a construção das primeiras estradas distritais; as matas foram derrubadas e houve estímulo ao desenvolvimento da agricultura, que, embora sem recursos técnicos, era a melhor possível na época. Como não existiam inseticidas, nem fertilizantes, nem mesmo máquinas agrícolas, os agricultores se instalavam em regiões de matas para aproveitar o solo fértil, que proporcionava um rendimento da produção bastante elevado.

Paulo Afonso Zarth afirma a respeito: “Os imigrantes do início do século XX ficavam maravilhados com os enormes pés de milho que cresciam nas roças novas conquistadas à floresta”.¹⁰ E continua: “As áreas florestais do Alto Uruguai foram definitivamente transformadas em zonas agrícolas. Os novos contingentes demográficos e a ferrovia, construída a partir de 1890, deram um grande impulso à tímida agricultura local, aproveitando-se a fertilidade natural dos solos virgens”.¹¹

Observamos pelos depoimentos orais, que os colonizadores aproveitavam a região das matas por causa da fertilidade do solo. Na 4ª colônia, as terras, além de escassas, apresentavam poucas condições de produtividade;¹² já na região do Alto Uruguai, havia grande quantidade de terras devolutas que poderiam ser mais bem aproveitadas.

Também, como já referido anteriormente, estava planejada para a região a construção de uma linha férrea, que partiria de Uruguaiana, atravessaria o norte do Rio Grande do Sul, cortando a floresta e seguindo pela margem direita do rio Uruguai. Jean Roche refere-se à estrada de ferro como necessária ao desenvolvimento da região:

E, para que o Planalto começasse a ser realmente integrado no resto do Rio grande do Sul, foi preciso esperar a construção de uma via férrea ligada à linha- tronco Pôrto Alegre-Uruguaiana. A grande linha de estrada de ferro partiu de Santa Maria, tocando Cruz Alta em 1894 (...) Um ramal uniu Cruz Alta a Ijuí em 1911, a Santo Angelo em 1915 e a Santa Rosa em 1940.¹³

¹⁰ ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 131.

¹¹ Idem, p. 29.

¹² Quem analisa a planta da 4ª. colônia, cuja continuidade territorial está intermediada pelas grandes posses particulares ocupando as melhores terras, compreende as dificuldades do seu desenvolvimento inicial. Ver SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 69.

¹³ ROCHE, Jean. Op. cit., p. 63.

A estrada de ferro serviria como meio de transporte e também para o escoamento da produção. A obra, contudo, não chegou a ser executada, por causa de problemas técnicos e também porque não houve empresa interessada em realizar o trabalho, conforme as propostas do governo. Com a demora da execução, aconteceram problemas administrativos, tal como a mudança para um novo governo, que não priorizou a realização da referida obra.

Considerando-se o contexto criado com a ocupação e as leis sobre a terra, acontecimentos significativos marcaram a política fundiária. Segundo Luiza Kliemann, “até o século XVII, a política de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul caracterizava-se por critérios de ordem militar, que privilegiam a defesa do território contra as invasões estrangeiras”.¹⁴

Com o sistema de sesmarias, houve incentivo ao crescimento das grandes propriedades. Nesse sentido, Kliemann relata que, “no século XIX, com a Lei de 1822, extingue-se a doação de sesmarias no Brasil e intensifica-se, dessa forma, a posse desordenada e a aglutinação de terras por particulares.”¹⁵ Durante quase três décadas, isto é, até 1850, não existiu uma legislação específica sobre o acesso à propriedade da terra, razão pela qual, no período, se intensificaram as posses não apenas dos pequenos posseiros, mas envolvendo grandes extensões. Na ausência de uma legislação específica, o que predominou foi a imposição do poder dos coronéis locais, os quais se apoderaram de grandes extensões de terras.

3.2 O coronelismo local

Foi em consequência da não aplicação da legislação agrária pertinente que aconteceram abusos durante longo tempo e apropriações, como também legitimações de terras por parte dos chefes políticos locais. Os coronéis que haviam servido ao Estado durante as revoluções, desde a guerra contra o Paraguai até a Revolução de 1923, receberam como recompensa vastas áreas de campo. Conforme Paulo Afonso Zarth, “a participação das elites locais nas guerras externas e internas sempre foi intensa(...)”.¹⁶

¹⁴ KLIEMANN, Luiza Helena. Op. cit., p. 17.

¹⁵ Idem, p. 18.

¹⁶ ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p.53.

Houve, então, uma relação intensa entre militarismo e apropriação de terras. No final do século XIX e no decorrer do século XX, muitos desses coronéis receberam nomeação para cargos públicos, que representavam cargos de confiança dos órgãos de governo, como subintendentes e subdelegados. Assim, detentores do poder local, requeriam ao governo do estado a concessão de terras devolutas, as quais eram legitimadas em seus nomes (como exemplo, podemos citar os coronéis Vitor Dumoncel Filho e Juca Lau).

A respeito de Vitor Dumoncel Filho especificaremos alguns dados identificadores; quanto aos dados pessoais do coronel Juca Lau, estarão colocados no quarto capítulo, que trata sobre a ocupação de Jaboticaba. Vitor Dumoncel Filho foi um dos coronéis que se projetou na política local e regional após a Revolução de 1923. Nascido na fazenda do capão Ralo, de Cruz Alta, em 10 de abril de 1882, faleceu em 6 de setembro de 1972, em Santa Bárbara do Sul. Como todos os membros da elite estancieira gaúcha, realizou seus estudos no Colégio dos Jesuítas, na cidade de São Leopoldo, onde teve contato com políticos importantes da história gaúcha e nacional, entre eles José Antônio Flores da Cunha, Getúlio Dornelles Vargas e Nereu Ramos. Com esses continuaria a se relacionar intensamente na fase de predomínio do PRR, como também mais tarde, após 1945.

Em 1904, teve a primeira atuação pública como promotor público, por indicação de Firmino Paula, seu sogro. Em 1906, filiando-se ao PRR, recebeu o título de sócio do Centro Republicano de Cruz Alta. Segundo Félix: “Ao que tudo indica, ali ele começou oficialmente a carreira política que se definiria claramente com sua nomeação como capitão assistente da 16ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, em 1910.”¹⁷ A partir dessa data, granjeou respaldo político municipal, estadual e nacional, tendo uma carreira política ascensional. A partir de 1912, iniciou uma fase de participação pública ininterrupta visto que “a Revolução de 1923 ofereceu a Dumoncel a possibilidade de projeção estadual, através de seus feitos militares.”¹⁸

Vitor Dumoncel Filho envolveu-se não só em combates militares, mas também na luta política da região. Sua atuação política fez-se sobretudo de forma oficial, através do cargo de subchefe de polícia da região, com sede em Cruz Alta, e como membro da

¹⁷ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 144.

¹⁸ Idem, p.145.

Executiva do Partido Republicano Rio-Grandense local. Constatamos em nossa pesquisa através da pesquisa que Vitor Dumoncel legitimou em seu nome grandes extensões de terras devolutas no distrito de Fortaleza e que, a partir da década de 1940, muitas dessas terras foram vendidas, através de Valentin Stefanello, aos descendentes de imigrantes italianos que se instalaram em Jaboticaba.

Como registrado anteriormente, foi a partir de 1917, com a instalação da Comissão de Terras e Colonização, que aconteceu o povoamento sistemático da região do Alto Uruguai. Os descendentes de imigrantes italianos procedentes da Colônia de Silveira Martins começaram a chegar a Jaboticaba a partir da década de 1940. As razões da sua vinda foram colhidas junto aos próprios colonizadores ou, na falta desses, com seus descendentes, e podem ser citadas como tendo sido as seguintes: o esgotamento das terras e o crescimento da população por causa da elevada natalidade, com o que a família necessitava de mais terras para trabalhar.

Na região da 4^a colônia, não havia terras para comprar (eram poucas as terras devolutas), além de que as técnicas conhecidas e acessíveis eram incompatíveis com a estrutura agrária, pois as terras eram montanhosas (com alta declividade do terreno), pedregosas e com baixa fertilidade. Então, os descendentes de imigrantes partiam em busca de novas terras para plantar. Na época, segundo os depoimentos, Jaboticaba não constava nos mapas por ser pouco significativa; falava-se, sim, nas “terras de Palmeira”.

3.3 Formação histórica

Na história do município, torna-se importante considerar os motivos que explicam por que o primeiro nome de Jaboticaba foi “Campina”. Segundo Adoniran Pereira Rodrigues,¹⁹ “o nome provém de uma campina ou acampamento dos tropeiros de mulas, que abriram espaço para descanso. Havia muito mato. As mulas eram destinadas ao comércio com São Paulo.”²⁰ Por sua vez, relata Claro Locatelli²¹ que, no

¹⁹ Adoniran Pereira Rodrigues é neto do Coronel Juca Lau. Entrevista realizada em Boa Vista das Missões, 21 maio 2001.

²⁰ FORMENTINI, Valdir. Op. cit., p. 9.

²¹ Claro Locatelli, neto de Luiz Locatelli, foi o primeiro imigrante italiano a morar em Campina. Claro nasceu em 28 de novembro de 1930; seu pai, Abílio, era dono das terras que são de Selvino Gandin. A casa ficava na volta da estrada e nela nasceram Juvino, Alice, Olívia e Claro. O avô, Luiz, partira da Itália só, pois sua esposa havia morrido durante um parto. Chegando ao Brasil, casou-se com a escrava Cândida, que foi sua avó.

início do século XX, havia uma criação de mulas no limite do campo com a serra, o “rincão do campo”, que ia desde a morada de Serafim Câmara, onde estava o chamado “portão do Tino Rocha,” e estendia-se para Esquina Boa Vista (hoje município de Boa Vista das Missões). A Campina era a parada dos tropeiros e representava a divisa do campo com a serra.²²

Mário Maestri refere-se ao assunto tropeiros de mulas e relata que: “Quando os gados escassearam e encareceram-se no pampa sulino, devido ao atrativo mercado das charqueadas, os tropeiros voltaram-se para os criadores dos Campos de Cima da Serra e das Missões, que se especializaram, em boa parte, na produção de mulas.”²³

Na década de 1840, houve grande exigência de mulas, as quais eram destinadas à produção cafeeicultora. É o historiador Maestri quem continua dizendo: “Abriu-se um novo caminho, mais direto, ligando a feira de Sorocaba com as Missões. De Sorocaba os tropeiros se dirigiam a Ponta Grossa, no Paraná, dali rumando para o Ocidente, cruzavam os campos de Guarapuava e o oeste de Santa Catarina, passando o Rio Uruguai na altura de Nonoai”.²⁴

A estrada das Missões cruzava Palmeira das Missões e seguia até Santo Ângelo. De Palmeira das Missões, João Conceição Martins e o filho Marculino Ribeiro Martins realizaram 55 viagens com tropas de mulas até São Paulo. Conforme Martins: “O trajeto até o rio Uruguai era feito entre 5 a 6 dias, saindo de Palmeira das Missões, passando a Linha Azeredo e pernoite em São José. (...) A tropeada era sempre de muito risco, sertões tomados de índios e feras, além de outros percalços que traziam grandes preocupações aos tropeiros.”²⁵

Ainda relata Martins que “Otaviano Prado, tropeiro de Palmeira das Missões, chegou a levar oitocentas mulas de uma só vez, auxiliado por vários peões. O empresário das tropas era Francisco Speroto, conhecido como ‘Chico Speroto,’ que mantinha em comissão (através de pagamento) empreitadas de tropeiros. A maioria dos

²² RODRIGUES, Adoniram Pereira. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Boa Vista das Missões, 21 maio 2001.

²³ MAESTRI, Mário. *História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ediupf, s.d. p.58.

²⁴ Idem, *ibidem*.

²⁵ MARTINS, Egídio Moisés. Op. cit., p. 82.

tropeiros dessa região levava tropas de Chico Speroto até São Paulo”.²⁶ No inverno, cessavam as atividades dos tropeiros e biribas, sobre as quais relata Moacyr Flores: “O tropeirismo marcou profundamente as regiões atravessadas pelos caminhos de tropas de mulas, determinando a forma de ocupação do espaço com currais, galpões, e fazendas, induzindo as relações sociais e influenciando os costumes”.²⁷ O caminho que ia para São Paulo²⁸ ficava distante cerca de 30 km das terras da Campina, e as mulas, produto muito importante no mercado da época, eram compradas na região pelos mulateiros, que as vendiam no comércio paulista.

3.3.1 Povoação indígena

A ocupação da terra foi feita por três comunidades: a indígena, a cabocla e descendentes de imigrantes italianos. Obviamente, os primeiros habitantes foram os autóctones, originários da cultura caingangue, os quais habitavam as matas do Alto Uruguai.²⁹ No território de Jaboticaba, eram em pequena quantidade e não possuíam lugares específicos para habitar, localizando-se nas proximidades de Nonoai. A figura indígena de destaque dessas terras era o cacique Joaquim Kenharó. Vitor Battistella³⁰ conta que, dos chefes indígenas da região, o mais afamado foi o cacique “Nonoai”, cujo nome foi dado ao antigo distrito (Nonoai) de Palmeira das Missões.

Segundo Soares, os índios caracterizavam-se por uma cultura elementar: possuíam utensílios de madeira, alguns instrumentos de pedra polida e cultivavam a terra pelo processo ainda usado entre nossos caboclos mais atrasados, ou seja, depois de queimada a vegetação que recobria o solo, perfuravam-no com uma espécie de cavadeira de vara roliça, o saraquá, e aí introduziam a semente. A limpeza da lavoura consistia na quebra de galhos da vegetação primitiva que rebrotasse.³¹ Cultivavam a terra como meio de subsistência: “A mulher é que plantava. Aos homens cabia a responsabilidade da caça. O trabalho era meio de sobreviver e não de enriquecer. A religião era ligada aos deuses da natureza e todo o culto era dirigido pelo Pajé, representante religioso da tribo”.³²

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996, p. 138.

²⁸ Ver a respeito MARTINS, Egídio Gonçalves. *Op. cit.*, p. 82.

²⁹ Ver a respeito BATTISTELLA, Vitor. *Op.cit.*, p. 9.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ SOARES, Mozart Pereira. *Op. cit.*, p. 58.

³² FORMENTINI, Valdir. *Op. cit.*, p. 1.

Longo tempo após a conquista da região pelos portugueses e a fixação do homem branco, aos poucos os indígenas foram se aproximando da civilização européia. Conforme Mozart Pereira Soares,³³ eram índios mansos e pacíficos, que não comiam carne humana, apenas escravizavam seus prisioneiros. Tinham o hábito de dormir no chão e o costume de cortar o cabelo no alto da cabeça, fazendo uma tonsura, ou espécie de coroa, do que se originou o nome “coroados”.³⁴ Ainda Angelo Cenci afirma a respeito dos índios caingangues:

Não é possível compreender o kaingáng, sem considerar os mais diferentes contextos em que ele se localiza. É necessário observar, por exemplo, que existem áreas indígenas localizadas muito próximas ou quase dentro das cidades (como é o caso de Iraí no RS). Há outras, em que parte considerável da população indígena depende do arrendamento de suas terras a colonos ou do trabalho nas lavouras circunvizinhas. Some-se, ainda, as saídas das áreas para a venda de artesanato em vários locais ou, ainda, a penetração dos meios de comunicação, de modalidades esportivas e de práticas culturais esportivas e religiosas no interior das áreas indígenas. Esses vínculos com a sociedade envolvente, cada vez mais intensos, fazem com que o grupo incorpore elementos e práticas, característicos do meio, e que, com o passar do tempo, assumam os como seus.³⁵

Dos costumes herdados dos povos indígenas pelo homem branco destaca-se o hábito de tomar banho, pois acreditavam que banhar-se diariamente na água fria prolongava a vida. Aliás, a água tem importância fundamental na vida dos caingangues, especialmente a água corrente, visto que, segundo suas crenças, a pessoa com “espírito desviado” deveria lavar a nuca nessa água antes de os passarinhos a beberem pela manhã. Também o nascimento da criança era seguido de banho com diversas ervas para que ela se tornasse forte, ritual que era coordenado por uma pessoa com certa idade. Os nomes dados às crianças estavam relacionados com elementos da flora e da fauna, ou às propriedades desses elementos. Os índios acreditavam que a criança que não tivesse passado pelo rito da iniciação, quando recebia o “nome do mato”, poderia morrer, pois o espírito (*acupli*) viria roubá-la.

Relata Vitor Battistella:

Os bugres, assim vamos chamar os nossos índios regionais, estão agora recolhidos aos toldos de Nonoai e Guarita, mas não perderam por isso sua tendência nômade. De quando em vez saem andarilhos por caminhos e matas, atravessam povoados e acampam em qualquer chão, à sombra de qualquer árvore, debaixo de qualquer rancho rudimentar. Antigamente usavam

³³ Ver SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 56.

³⁴ Maximiliano Beschoren escreveu que “os índios do aldeamento de Nonoai, como os demais, pertenciam a grande tribo dos Coroados.” Ver BESCHOREN, Maximiliano. Op. cit., p. 43.

³⁵ CENCI, Angelo. Considerações em torno da cultura e identidade cultural kaingáng. In: MARCON, Telmo (Coord.). *História da cultura kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ediupf. 1994, p. 204.

tangas, hoje em contato com o povo civilizado, os homens usam roupa rústica, as mulheres vestidos bizarros, muito recatados. Os homens andam geralmente armados de arco e flechas. As mulheres passo leve, quase balançando, vão carregando as crianças em cestos presos às costas por uma cinta amarrada à cabeça. Caminham com rapidez surpreendente, mesmo nos dias quentes de verão, vencendo distâncias em tempo muito curto.³⁶

As diversas comunidades cainguangues e seus caciques obedeciam a um cacique principal, oriundo de uma mesma família, com real poder sobre a comunidade. Os indígenas ansiavam por uma terra onde pudessem viver em paz as suas tradições, a sua cultura e o seu modo de ser. Preservando seus traços característicos, continuaram a sua vida nômade pela região, vivendo da caça, da coleta, da pesca. Colhendo frutos nativos, tornaram-se grandes meladores; também conheciam a erva-mate. Juntamente com os caboclos, foram os primeiros a habitar estas terras e a desbravar as florestas.

3.3.2 Povoação cabocla

Também o caboclo, elemento mestiço originário do cruzamento do índio com o branco, representou componente importante na formação histórica do município. Evaristo Affonso de Castro, em *Notícia descritiva da região missioneira*, estabeleceu um vínculo do caboclo com o indígena, observando que aquele descende da miscigenação deste com o branco europeu (proveniente de São Paulo e Paraná – mercadores de mulas e estancieiros) e, ainda com o elemento negro, trazido como escravo nas estâncias agropastoris.³⁷ Em Jaboticaba, de origem cabocla³⁸, destaca-se o nome de Ernesto Miranda, que tinha a posse de toda terra onde está a sede do município hoje e era proprietário de um barbaquá.³⁹ Foi um dos primeiros moradores da Campina, antecedido apenas por Anastácio de Souza Bueno, outro caboclo.

Retrocedendo na história, podemos considerar que, a partir de 1850, com a Lei de Terras, os grandes proprietários avançaram sobre os posseiros amparados no art. 5.º da referida lei. As terras pretendidas pelos fazendeiros não eram, na verdade devolutas, porque os caboclos as ocupavam na condição de pequenos lavradores e ervateiros. Eles, por lei, possuíam o mesmo direito de solicitar a legitimação de sua posse, porém não o

³⁶ BATTISTELLA, Vitor. Op. cit., p. 17.

³⁷ CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira*. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887, p. 276.

³⁸ Os caboclos mencionados neste capítulo viveram em Jaboticaba em um período anterior ao deste estudo, deixaram porém marcas na história local

³⁹ *Barbaquá*, na linguagem vulgar, é o termo usado para designar o secador das folhas da erva-mate.

faziam: por ignorância (desconhecimento das leis), ou por falta de condições financeiras. Desse modo, as terras devolutas e os ervais públicos foram sendo perdidos gradativamente para os grandes proprietários, que legitimaram grandes áreas de terras antes da posse dos caboclos.

Também existia um outro desfavorecimento aos caboclos, segundo a lei de 1850: suas terras não poderiam ser legalizadas por não haver princípio de reconhecimento para cultura, pois as simples roçadas, derrubadas ou queimadas de mata ou capoeira não constituíam direito de posse. Nesse sentido Emília Viotti da Costa afirma que era fácil excluir as culturas caboclas, porque poucos habitantes estariam em condições de proceder a essas medições, procedendo à ação legal para efetivar as posses.⁴⁰ Os caboclos passaram a formar, então, uma legião de despossuídos, que colocava à venda os direitos sobre a terra sempre que aparecia um descendente de imigrante interessado na aquisição de sua posse. Após a venda, eles se afastavam para outras áreas mais distantes, tomando posse de nova área de terra.



Fonte: Foto cedida por Dorival Antonio da Silva

Figura 6: Caboclos carroceiros transportando mercadorias.

⁴⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Dorival Antônio da Silva⁴¹ também é de origem cabocla, filho de Aleixo da Silva, inspetor de Quarteirão, assassinado por desavenças políticas havidas com os descendentes de Vergílio Descovi.⁴² Assim como o pai, Dorival sempre morou nas terras onde hoje se localiza Jaboticaba e conheceu toda a população local. Relatou-nos em entrevista: “As terras eram ocupadas pelos caboclos e constituíam-se suas por direito, o qual, era vendido aos descendentes de imigrantes (principalmente italianos), que vinham para a região”. Continuando o seu depoimento, Dorival fala de seu cunhado Raimundo, que tinha por profissão vender as posses aos descendentes de imigrantes, trocando sucessivamente de moradia: “(...) eu já tinha vergonha de andar com a mudança do Raimundo na minha carroça, carregando de um lado para o outro.” Isso explica a quantidade de vezes que os caboclos costumavam vender os seus direitos sobre a terra. A respeito, Aldomar Rückert registra que, “além de praticar uma agricultura rudimentar, de sobrevivência, e um extrativismo itinerante, o caboclo ervateiro não se fixa, a não ser onde haja um novo erval para explorar”.⁴³

Considerando que, conforme Loiva Félix, “a extração da erva-mate foi a riqueza econômica primordial da região, mantendo essa importância ao longo do século XIX e durante a República Velha,”⁴⁴ entende-se que o comércio desse produto constituía-se num meio de sobrevivência dos caboclos, visto que dispunham de habilidade no manejo da planta e eram dados a esse tipo de trabalho. Sobre essa planta, Soares informa que “há muitas justificativas para o cultivo da erva-mate. A primeira delas é, obviamente, o sentido econômico”,⁴⁵ porém, ao lado dessa justificativa econômica, deve ser colocado o sentido ecológico ou da preservação da natureza. Isso porque a erva-mate pode permanecer nas lavouras remanescentes de velhas derrubadas sem prejudicar o desenvolvimento de qualquer outra planta, nem é prejudicada pelos animais, podendo, por isso, ser cultivada mesmo nos campos destinados ao pastoreio; por fim serve para sombreamento e abrigo nos campos de coxilhas que não possuem proteção arbórea; é própria para o reflorestamento das encostas íngremes, nas terras abandonadas, tornando-se ideal para o revestimento do solo uma vez que não é eliminada por cortes, mas apenas podada de três em três anos.

⁴¹ SILVA, Dorival Antônio da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora, em Jaboticaba Velha, 27 maio 2001. Nascido em 10 de dezembro de 1921, sempre morou neste lugar.

⁴² Vergílio Descovi foi descendente de imigrantes italianos e figura de destaque político no local.

⁴³ RÜCKERT, Aldomar. Op. cit., p. 81.

⁴⁴ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 83.

⁴⁵ SOARES, Mozart Pereira. Op. cit., p. 91.

No período de predominância dos caboclos na região, a lavoura de subsistência caracterizava a economia local e as terras eram trabalhadas pelo arado puxado por bois. Nas roçadas, plantavam-se milho, feijão, trigo e a mandioca, esta cultivada nas terras que já haviam sido usadas. Paulo Afonso Zarth relata que “a agricultura cabocla era muito frágil”,⁴⁶ pois faltavam-lhe estímulos e não havia assistência da parte do poder público municipal. Até o início da colonização, havia a presença quase que predominante do caboclo no espaço geográfico em estudo, o qual se constituiu numa espécie de desbravador das matas visto que, ao construir sua morada, procurava mais “a beira” (a margem) dos lajeados.

No período anterior à década de 1950, os caboclos de Jaboticaba viviam, em sua maioria, na condição de ocupantes de terras não legalizadas e proprietários de pequenas roças, ocupando-se quase que exclusivamente da extração de recursos florestais, especialmente da erva-mate. Por essa razão, caracterizavam-se pela mobilidade à procura de meios para sobrevivência. Eram pessoas sem instrução, que se deixavam facilmente enganar, pois não tinham conhecimento dos aspectos jurídicos da lei. Foram eles os pioneiros, responsáveis pelo desbravamento inicial das terras de Jaboticaba. Esses caboclos não recebiam sequer assistência religiosa, nem mesmo participavam da missa, que era rezada em uma determinada casa; tinham, inclusive, medo do padre porque usava a “batina” de cor preta. Eram mais afeitos aos batizados em casa, às rezas com procissão e bandeira do Divino e às práticas das benzedadeiras, costumes que eram combatidos pela Igreja Católica.

Para os caboclos, o trabalho nos ervais representava uma oportunidade de conseguirem algum dinheiro e com o qual podiam comprar o sal, a pólvora e o querosene, este colocado no candeeiro para iluminar a casa à noite. Para plantar, derrubavam pequenas áreas de mato e capoeirões, aproveitando a madeira derrubada para o fogo. A sua alimentação era a mais básica possível, tendo como componente principal o feijão, com o qual faziam o típico “revirado”, farinha de milho branco, moída no monjob, e canjiquinha de milho ou trigo, que muitas vezes substituía o arroz.

Como marca importante da cultura cabocla deve ser citado o *monjolo*, chamado por Maximiliano Bechoren de “máquina” brasileira, uma espécie de triturador que

⁴⁶ ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 134.

substituía o moinho. A respeito do assunto o autor escreve: “É constituído por uma alavanca. Numa extremidade, há um moedor pontudo, feito da mais resistente madeira. Na outra extremidade, mais larga, havia uma escavação, uma espécie de gamela.”⁴⁷ A alavanca está fixada entre dois postes de maneira, os quais, ao encherem a gamela, fazem com que a outra extremidade afunde e o moedor se erga; ao se esvaziar a gamela, ocorre o inverso, porque o moedor cai de volta com todo o seu peso sobre a selha (tina de madeira, de forma trocônica). “Este monjolo não faltava em nenhuma casa de família, nos distritos florestais”⁴⁸ e serve para triturar o milho, fazer a canjica e a farinha de milho; o monjolo serve também para bater e triturar a erva-mate. Os caboclos com condições um pouco melhores possuíam uma vaca tinham leite e coalhada, porém de resto havia verdadeira miséria apesar de viverem em meio a uma natureza opulenta e terras férteis.

Segundo contam os moradores mais antigos da região, o facão e a foice constituíam os instrumentos de trabalho do caboclo. Nesse sentido, em 1º de julho de 1917, no relatório apresentado ao Chefe da Comissão de Terras de Palmeira, Orestes Braghirolli, inspetor regional florestal da zona de Nonoai, afirmou que os caboclos não estavam habituados ao esforço braçal e optavam sempre pelo esforço mínimo, que era derrubar, queimar, plantar e colher;⁴⁹ cultivavam as terras derrubando capoeiras e visavam apenas à subsistência. Os instrumentos de trabalho que usavam, mais as armas de fogo utilizadas para a caça, somados ao cavalo com os acessórios de montaria, totalizavam suas únicas posses.

Como o trabalho com a erva-mate ocupava-os especialmente nos meses de inverno, restava-lhes tempo disponível para as plantações de verão. Eles executavam, para maior rendimento do seu trabalho e com espírito de cooperação, o “puchirão”, o qual nós comumente chamamos de “mutirão”, costume largamente utilizado pelos caboclos das terras de Jaboticaba. Em 1887, Affonso Evaristo de Castro, escritor e jornalista de Cruz Alta, descreveu o preparo de uma roça nos seguintes termos:

(...) o que quer fazer uma roça e derrubada de matos convida a todos seus vizinhos e amigos para um puchirão, em dia determinado para cujo efeito, pelo hábito transmitido a eles pelos guaranis, todos se prestam voluntariamente no dia aprazado e se apresentam todos munidos de suas foices de roça e machados, e no dia seguinte de madrugada começam o trabalho com

⁴⁷BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989, p. 26.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁹ Relatório das atividades desenvolvidas pelo inspetor regional florestal da Zona de Nonoai. Documento encontrado nos Arquivos de Escritório de Terras Públicas de Frederico Westphalen.

afam, trabalhando todos em comum cada um no seu eito, durante todo o dia, cada qual empenhando-se em distinguir-se dos outros no trabalho; ao por do sol concluem com o putchirão e se dirigem ao paiol, onde os espera uma lauta ceia com bebidas alcoólicas e um carramanchão ornado de muitas moças, para o fandango, acompanhado de canto em dueto de melodias melancólicas usadas pelos sertanejos.”⁵⁰

As casas dos caboclos, de maneira geral, eram simples, construídas de pau-a-pique e com cobertura feita de tabuinhas; não possuíam assoalho, apenas chão batido. Nas casas, geralmente era construída uma “varanda de chão” e, no fogo, eram penduradas algumas panelas em ganchos para cozinhar os alimentos. Os caboclos foram os primeiros ocupantes das terras de Jaboticaba, porém, com a vinda dos descendentes de imigrantes instalou-se um novo modo de produção e de busca de rendimentos; com isso o capitalismo foi se instalando. Nesse sentido, é a afirmação de Paulo Afonso Zarth: “O colono europeu seria o legítimo portador do espírito de progresso do capitalismo (...),⁵¹ estava sempre empenhado em conseguir através do trabalho o desenvolvimento para si e para a sua região.

Da população cabocla que marcou presença nas terras onde está localizada Jaboticaba, além dos ervateiros, pode-se registrar, como primeiro comerciante, Sisenando de Almeida Guedes,⁵² “pessoa conhecida por toda a população local,”⁵³ que possuía uma casa de comércio localizada no lote n.º 1 da 2ª seção Jaboticaba. Para confirmar essa informação, foi encontrado em um dos arquivos do Escritório de Terras Públicas de Frederico Westphalen o requerimento que segue, assinado pelo comerciante e datado de 11 de março de 1946, o qual foi registrado por Israel Farrapo Machado, então chefe da Inspeção de Terras do Norte:

Ilmo. Sr. Chefe da Inspeção de Terras do Norte. Sisenando de Almeida Guedes, abaixo firmado, concessionário do lote rural número 1 da 2ª seção Jaboticaba, requer a Vossa Senhoria, para fins de direito, lhe seja fornecida uma certidão de que esse lote lhe foi concedido e está pago por saldo.⁵⁴

Outro comerciante do povoado, também caboclo, foi Odilon Gonçalves, conhecido por “Odilonzinho”. Na Inspeção de Terras e Colonização do Norte, encontramos documentos de legitimação de suas terras com o seguinte registro descrito:

⁵⁰ CASTRO, Affonso Evaristo de. Op. cit., p. 278.

⁵¹ ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 32.

⁵² Sisenando de Almeida Guedes era conhecido pela população local como “Nando Cadena”.

⁵³ SILVEIRA, Jardelino Rosa da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 1.º dez. 2001.

⁵⁴ O requerimento encontra-se arquivado no Escritório de Terras Públicas, na cidade de Frederico Westphalen, e está assinado por Sisenando de Almeida Guedes.

lote de terra de número 45, com data de concessão de 31 de julho de 1946; comprou uma área de 193.000 metros quadrados ao preço de CR\$ 280,00 o hectare, totalizando CR\$ 5.404,00, cujo pagamento realizou em 6 de setembro de 1945, na quantia de CR\$ 900,00; em 26 de setembro de 1946, deu outra quantia de igual valor; em 23 de outubro de 1947, mais CR\$ 900,00 e, em 30 de maio de 1949, saldou o restante de sua dívida colonial no valor de CR\$ 2.487,00. Recebeu o desconto de 4%, no valor de CR\$ 217,00, por pagamento adiantado.

Menciona-se, ainda, o nome de Pedro Guindaço como um dos primeiros moradores do local, o qual residia onde está situada hoje a sede do município. Pai do primeiro professor que lecionou na Campina, foi um dos caboclos que, com a chegada dos descendentes de imigrantes italianos, vendeu seus direitos e se mudou.⁵⁵ Pedro recebeu o cognome do pai, que se chamava “Guindaço”. Sua família era proveniente de Erval Seco, no Rio Grande do Sul. Não encontramos, contudo, no registro de pessoas civis pessoas que tivessem este sobrenome.

Aníbal Prestes, apelidado “Aniba Surdo” porque possuía dificuldades de audição, nascido em 20 de janeiro de 1890 e casado com Vicentina Prestes, era outro dos antigos posseiros das terras.⁵⁶

Ainda relacionamos Sebastião Flores da Silva, o qual tinha o apelido de “Bastião Burro”. “Maragato”,⁵⁷ tornou-se “chimango”⁵⁸ e seguiu a força pró-Borges de Medeiros em 1932, lutando contra os paulistas, em Buri (São Paulo).⁵⁹ Catarina Pegoraro Stefanello, conhecida como “Cátia”, esposa de Calixto Stefanello, conta uma história que aconteceu com o genro do “Bastião”. Ele havia realizado uma queima de um mato e, após beber água fria, tivera um espasmo muito forte, causado pelo choque térmico; muito mal,

⁵⁵ SILVA, Pedro Alves da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora, em Jaboticaba, em 12 set. 2001.

⁵⁶ Estas terras se localizam onde hoje estão as propriedades das famílias Cancian e Pavin.

⁵⁷ Sobre o significado da palavra fez-se referência na introdução. Ver REVERBEL, Carlos. Op. cit., p. 8.

⁵⁸ “Chimangos” eram assim chamados os partidários de Júlio de Castilhos que lutaram na Revolução de 1923 que foi uma luta originária do clima de contestação ao borgismo e ao que ele representava da continuidade da estrutura oligárquica de poder coronelista com todas suas características de violências, arbitrariedades, privilégios, corrupção institucional, imposição da política das minorias. Ver FÉLIX, Loiva. Op. Cit. , p. 142.

⁵⁹ As raízes do descontentamento de São Paulo foi a Revolução de 1930, que acabou com a sucessão de paulistas e mineiros na presidência. A luta durou três meses e ficou limitada ao estado de São Paulo. De Palmeira das Missões partiram dois esquadrões de soldados chamados “Corpos Provisórios”. A brilhante campanha do terceiro Corpo Provisório passou para a história com o nome de “Pé-no-Chão”. Ver SOARES, Mozart Pereira. Op. cit. p. 244.

fora levado ao hospital. Após consulta, Plínio Dutra, o médico teria dito que, para salvá-lo, só havia o recurso de uma injeção, a qual, contudo, custava CR\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros), valor do qual os seus parentes não dispunham.

Então, quando o caso era dado por perdido, Cátia lembrou-se de uma água que fora abençoada no santuário de Nossa Senhora da Salete. Perguntou ao moribundo se, tomando-a e conseguindo obter melhoras, prometia freqüentar a igreja a partir dali, com o que ele, mal podendo mexer a cabeça, concordou. Quando tomou a água, a cura aconteceu. Destacamos aqui que, pelos depoimentos obtidos, observamos que Cátia era uma “pessoa querida do povo, muito bem aceita por todos”; sempre disponível; era respeitada pelos moradores do lugar e, apesar de ser de origem italiana, introduziu-se na comunidade cabocla. Pelo seu carisma e solidariedade, tinha a admiração dos caboclos, que a ela recorriam nos momentos de necessidade.

Entre os primeiros caboclos de Jaboticaba também estava Valêncio Carioca, que morava na entrada do mato da linha São Luiz, onde havia uma posse de terras chamada “Posse dos Carioca”,⁶⁰ sendo prove niente de São Paulo. Em pesquisa realizada no Cartório de Pessoas Civas de Seberi, o escrivão nos afirmou não haver registro algum nos livros com o sobrenome “Carioca”. Contudo, Jardelino Rosa da Silveira contou-nos em seu depoimento que sempre o conheceu pelo sobrenome Carioca. Um dos filhos de Valêncio, inclusive, teria sido soldado expedicionário da Segunda Guerra Mundial; um primo-irmão, Bibiano, mais o João Maria Papagaio, um caboclo muito popular, teriam morado no “Campestre”,⁶¹ que ficava nas imediações do município de Jaboticaba.

Enumerando mais caboclos que foram populares em Jaboticaba, temos Bernardino Pelônio da Silva e Dinarte da Silva, pessoas muito conhecidas dos moradores do local, descendentes de família numerosa. Oscar, filho de Bernardino, era casado com a irmã de Jardelino da Silveira, Alaídes, com quem teve um filho e que deu o nome de Bernardino Pelônio da Silva Neto, nascido em 15 de junho de 1938 (essa informação foi encontrada no Cartório de Registro de Pessoas Civas de Seberi). Também havia Inácio Cândido da Silva, que morava nas imediações da linha Barro Preto, hoje terras pertencentes ao município de Novo Tiradentes.

⁶⁰ Ficava localizada nas terras de Armênio Stefanello e de herdeiros de Benjamin Turra.

⁶¹ Campestre constituía-se de uma faixa de campo com mata nas imediações.

Hipólito Correia morava perto de Antoninho “Papagaio”, cujo apelido se originou do fato de haver dado à namorada um lenço com desenhos desse pássaro;⁶² consta que “vendeu seus direitos sobre a terra para Calixto José Stefanello e foi morar mais para os fundos da localidade, chamada de linha Barro Preto.”⁶³ Cátia Stefanello conta em seu depoimento que, recém-chegados a Jaboticaba, deu o “selim”⁶⁴ de montar o cavalo em troca dos direitos de uma colônia de terra, que era de sua posse.

Uma pessoa muito popular que viveu em Jaboticaba foi Jeremias Alves dos Santos, que tinha o dom de repentista e foi morto por um filho do Honorato Alves dos Santos, também conhecido como Honoratão, juntamente com Diniz Carioca. Conta-se que, após um tiro certeiro de espingarda, os dois saíram do mato para proceder à degola da vítima. Jeremias, então, pediu que não fizessem isso, pois a bala que tinha no corpo já o mataria;⁶⁵ então, não foi degolado, conforme confissão dos próprios bandidos.

Basilides Borba, pai de Olmiro Borba, caboclo conhecido por todos, morava em Jaboticaba com seu irmão Alfredo Borba. Eram suas as terras que hoje são de propriedade de Doralício Prestes dos Santos. Juvenal Borba morava onde estão as terras de Olavo Zanon e “trabalhava com fabricante de fumo em corda”.⁶⁶ Todas essas figuras importantes foram posseiros de terras quando essas eram de posses livres.⁶⁷

Em 1917, o guarda florestal Felício Antônio Bueno elaborou uma listagem com os sobrenomes que identificavam as famílias de caboclos residentes em Jaboticaba inclusive na 1ª. secção Braga. Eram eles Barboza, Bueno, Pôncio, Almeida, Câmara, Lima, Belizário, Arruda, Silva, Lopes, Oliveira, Rodrigues, Machado, Prestes, Simão, Santos, Vellozo, Rosa, Gomes de Castro.⁶⁸

3.3.3 Jaboticaba Velha

Pela importância que desempenhou, cabe-nos fazer referência ao pequeno vilarejo chamado Jaboticaba Velha, povoação com habitantes dispersos. Houve nessa

⁶² LOCATELLI, Claro. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 18 set. 2001.

⁶³ SILVEIRA, Jardelino Rosa da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em linha Coqueiro, Jaboticaba, 1.º dez. 2001.

⁶⁴ *Selim* é uma cela de montaria para mulheres.

⁶⁵ SILVA, Pedro Alves da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 12 set. 2001. Irmão mais velho de Jeremias, que ainda vive.

⁶⁶ SILVEIRA, Jardelino Rosa da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em linha Coqueiro, Jaboticaba, 1.º dez. 2001.

⁶⁷ FORMENTINI, Valdir. Op. cit., p. 2.

⁶⁸ Ver SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 89.

linha uma aglomeração mais densa nos tempos em que Dorvalino Amaral e Anoly Forbrig mantinham casas de comércio no local. Seu nome provém do fato de ter sido um dos primeiros núcleos da formação histórica do município. Jaboticaba Velha foi a região onde viveram os primeiros caboclos, sendo que em torno da década de 1950, também se estabeleceram no local descendentes de imigrantes italianos e, em menor número, alemães e poloneses.

A Inspetoria de Terras do Norte, em meados de 1930 a 1940, iniciou o trabalho de demarcação de lotes do então distrito de Fortaleza, na 1ª. secção Braga, em terras situadas na Jaboticaba Velha. A medição começou nas terras de Dorvalino Amaral Silva, com o lote de n.º 1. A 1ª secção Braga era uma área muito grande, constituída de 395 lotes de terras, cuja delimitação, partindo de Jaboticaba Velha, descia costeando o lajeado Braga e se estendia pelas linhas Alto e Baixo Xaxim até a Barra do Pinhal, retornara pelos lotes de Pilão de Pedra e Barro Preto, contornando os limites do povoado de Jaboticaba.



Fonte: Arquivo Inspetoria de Terras do Norte de Frederico Westphalen.

Figura 7: Mapa da 1ª secção Braga.

A respeito de Jaboticaba Velha, Vidalvina, esposa de Amador Corrêa de Souza, contou-nos que, quando se casaram e passaram a morar no local, apenas os carreiros serviam de estradas: “Tudo era mato de taquaruçuzal”.⁶⁹ Na casa de Vidalvina, funcionou por sete anos a primeira escola, cujos professores eram Vidal Corrêa e a filha Cacilda Corrêa. O padre vinha de Rodeio Bonito, a cavalo, rezava a missa, almoçava com Lageano Severo (uma figura de destaque) e ia embora. A celebração da missa era, na época, o único acontecimento social que reunia as famílias, e a capela representava o espaço cultural.

Em nossas entrevistas, conversamos também com Hildebrando Amaral Silva, que afirmou haver sido o seu pai, Dorvalino Amaral, o primeiro comerciante da Jaboticaba Velha. Ele comprava os produtos da lavoura e os transportava de carroça até Santa Bárbara, de onde provinham as mercadorias para a “venda”. A respeito das atividades de subsistência praticadas no pequeno vilarejo, Hildebrando afirma que “os caboclos derrubavam um pedaço de mato e plantavam mandioca, feijão e milho, colhiam mel e fabricavam cera; também caçavam porque existiam muitos animais”. No transcorrer do depoimento, o entrevistado afirmou que havia abundância de animais de caça, como, cotia, veado e paca.

Sofia César, outra pioneira nas terras de Jaboticaba, mais precisamente de Jaboticaba Velha, era parteira e trabalhou nessa tarefa durante anos. Hildebrando Amaral Silva, em seu depoimento, afirmou que ela “pegou muito mais de mil crianças, desde o campo até a costa do rio da Várzea. Médico não existia. Doutor Dorvalino Luciano de Souza era o médico que vinha de Palmeira das Missões a cavalo para acudir os doentes. Por vezes, quando chegava, o doente já havia morrido”.⁷⁰ O primeiro “ônibus” foi improvisado por Dorvalino Amaral, que colocava tábuas na carroceria de um caminhão e transportava as pessoas de Jaboticaba Velha até a sede do município de Palmeira das Missões.

Reportando-nos às afirmações anteriores, vale frisar que a colonização das terras de Jaboticaba deu-se basicamente por descendentes de imigrantes italianos, procedentes, em sua maioria, da 4ª colônia, Silveira Martins. O enxameamento aconteceu em razão do esgotamento das terras, bem como de sua escassez, e um segundo motivo foi grande contingente de população, causado pelas altas taxas de

⁶⁹ CORREA, Vidalvina de Souza. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 2 set. 1999.

⁷⁰ SILVA, Hildebrando Amaral e. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 18 out. 2001.

natalidade. Como consequência da instalação da Comissão de Terras e Colonização, emergiram na região diversos núcleos populacionais, dentre os quais Jaboticaba, que, até à sua emancipação distrital, pertencia ao distrito de Fortaleza.

Na época da instalação dos descendentes de imigrantes italianos, a cultura indígena fazia-se presente com a mínima significação. Já a cultura cabocla era foi muito expressiva, com valor significativo na história de Jaboticaba. Foi esta origem que marcou, desde os tempos do Império, a história da ocupação das terras na região, mas que, a partir da década de 1940, teve influências trazidas por descendentes de imigrantes que se instalaram em Jaboticaba. Encerramos com esses dados o terceiro capítulo a fim de tratar, a partir desse ponto, especialmente da ocupação da terras e dos fatos que marcaram a transformação de Jaboticaba.

CAPÍTULO 4

“TERRAS DE PALMEIRA”

Os descendentes de imigrantes italianos residentes ainda na 4.^a colônia referiam-se às novas terras como “as terras de Palmeira”, por isso a designação deste quarto capítulo. Foi no trabalho da terra que os descendentes de imigrantes, especialmente de italianos, buscaram a sua realização. Além de representar a propriedade, a terra possibilitava-lhes o trabalho, e esse, por sua vez, a sobrevivência e a possibilidade de progredir, o que era difícil de ser conseguido nas terras da 4.^a colônia.

A partir da década de 1940, com a instalação dos descendentes dos imigrantes, ocorreram mudanças no quadro socioeconômico da região, e Jaboticaba recebeu influências dessa transformação. A terra foi trabalhada e, nesse sentido, torna-se importante contextualizar o esforço empreendido pelos descendentes de imigrantes, que lutaram para conseguir tornar arável aquela terra de mato, dela tirando o sustento para suas famílias.

Pretendemos, neste quarto capítulo, mostrar como aconteceu a ocupação da terra e analisar os fatos que marcaram essas transformações. Tratamos também da reconstrução histórica de grupos ágrafos, ou seja, sem história escrita, motivo pelo qual recorreremos à história oral, que, no sentido prático, refere-se à memória de lembranças que foram guardadas. A história oral é uma forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, ficando assegurado o contexto social. Segundo José Carlos Meihy, “é sempre uma história do tempo presente e é reconhecida como história viva”.¹

¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Op. cit. p. 17.

4.1 Jaboticaba: padrões de ocupação

O padrão de ocupação da área que deu origem a Jaboticaba² constituía-se pelas chamadas posses.³ As terras haviam sido ocupadas durante o período do Império e deveriam ter sido legalizadas, conforme a Lei de Terras de 5 de outubro de 1899, que estabelecia como condições para a legitimação: terras ocupadas por posses registradas e com processos iniciados de acordo com a lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850; posses anteriores à data de 15 de novembro de 1889, constituídas de boa fé e que tivessem cultura efetiva e morada habitual. O prazo para a legitimação das posses seria de dois anos, a contar de 5 de outubro de 1899; a área das posses estava limitada à extensão cultivada e, sempre que possível, não deveria ser inferior a 25 hectares nas terras de mato e a 50 hectares nas terras de campo.

Em Jaboticaba, entretanto, os pedidos de legitimação das terras públicas aconteceram somente a partir de 1930 e, mais intensamente, a partir das décadas de 1940 e 1950. Também ali podemos inferir que a população pobre não se dirigia ao pároco local para prestar contas das terras cultivadas, como era determinado pela lei, ou seja, usava as áreas florestais e as terras nas quais morava sem a formalidade jurídica da propriedade. Essa população, além de pobre, não tomava conhecimento da lei e pouco freqüentava a igreja, além de que não dispunha de recursos para pagar todos os procedimentos do processo de legitimação e medição das terras a que tinha direito legalmente por sua condição de posseiros.⁴ Para Emília Viotti da Costa,⁵ os posseiros acumulavam grandes extensões de terras cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d'água, uma encosta.

² O município de Jaboticaba tem, atualmente uma população de 4.732 habitantes, a maioria vivendo na zona rural. Após a emancipação, em 30 de novembro de 1987, o município ficou com a divisão política da sede e o distrito de Trentin. Jaboticaba Velha constitui-se numa linha, assim como linha Santa Lúcia, linha Coqueiro, linha Varejão, linha São Luiz, linha, S. Roque Braga, Alto e Baixo Xaxim, linha Barreiro, linha Floresta, linha Alto Alegre, linha Schmith e linha Faustina. Dados fornecidos pelo escritório da Emater – Jaboticaba.

³ Jardelino Rosa da Silveira afirmou que havia muitas posses. Como exemplo, pode-se citar Antonico Jordão, que possuía uma posse entre o Lageado Heleno e a linha Varejão; era pai de 12 filhos: 9 mulheres e 3 homens. Ao morrer, o genro Laurindo requereu a posse de dez colônias; pagou a documentação, procedeu ao inventário. Na medição, ainda sobraram seis colônias, as quais novamente foram inventariadas entre os respectivos herdeiros.

⁴ ZART, Paulo Afonso. Op. cit., p. 63.

⁵ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. P. 145.

4.2 Terra e política

A questão da distribuição das terras em Jaboticaba está diretamente relacionada com o poder político local. Nesse sentido, faz-se necessário mencionar a figura do coronel⁶ Juca Lau, cujo poder de mando e posses de terras estendeu-se do 8º distrito de Fortaleza para a região. Os pais de Juca Lau, procedentes do Uruguai, haviam se transferido para São Francisco de Assis e, posteriormente, para Palmeira das Missões.

Em 1912, Juca Lau casou-se com Ursulina da Silva Rodrigues e passou a dedicar-se à atividade pastoril, criando gado vacum, lanígero e cavalari nos campos de sua propriedade. Residia na sede do seu estabelecimento, situado no 8º distrito de Palmeira das Missões, denominado Fazenda da Boa Vista de São João. Também trabalhava na agricultura, pois dispunha de grandes extensões de terras. Segundo Loiva Félix: “A extensão territorial das estâncias (número de léguas de campo) e o número de cabeças de gado – é que tornavam o coronel poderoso e serviam como símbolo do seu poder (...)”⁷

Em 1929, o coronel Juca Lau adquiriu uma área de terras pertencente a Ernesto de Oliveira Miranda, localizada entre a zona de campo, onde se localiza o município de Boa Vista das Missões, e a zona do mato, município de Jaboticaba. Essas terras faziam parte do então distrito de Fortaleza (hoje município de Seberi). A área adquirida por Juca Lau passou por herança aos seus filhos Aristides e Altivo José Rodrigues. Com a chegada dos primeiros novos colonizadores, a área foi vendida aos descendentes dos imigrantes italianos provenientes da colônia de Silveira Martins.

⁶ O termo *coronel* originou-se da patente da Guarda Nacional concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros, comerciantes ou industriais dos municípios. Ver ANTONACCI, Maria Antonieta em *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1981, p. 12.

⁷ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 129.



Fonte: MARTINS, Egydio Moisés Gonçalves. *Memórias do Sargento Egydio*. 1999. p.56.

Figura 8: Coronel Juca Lau em reunião de trabalho.

Ainda moço, Juca Lau filiou-se ao Partido Republicano Rio-Grandense, agremiação política pela qual demonstrou entusiasmo e dedicação a ponto de haver tomado em armas em defesa de sua causa por ocasião das revoluções de 1923⁸ e 1924.⁹ Não mediu sacrifícios pessoais. Em defesa de seu partido político, foi levado pelas aspirações ideológicas que cultivava.¹⁰ A respeito dessa luta partidária de 1923, Maria Antonieta Antonacci registra:

O esgotamento da luta constitucional no RS em 1923, com a passagem para a luta armada, provocando uma intervenção federal que restaurou a ordem vigente e integrou as oposições no aparelho estatal gaúcho, evidenciou os limites da luta intraclasses. As oposições rio-grandenses recorreram às armas para mostrar a necessidade de uma intervenção que garantisse a rotatividade no uso do poder.¹¹

⁸ ANTONACCI afirma que “em 1922/23, os grupos políticos rio-grandenses empenharam-se numa luta pela posse do poder ao âmbito regional, disputando as atenções do governo federal para a implantação de seus projetos de organização política no RS.” Ver ANTONACCI, Maria Antonietta. Op. cit., p. 72.

⁹ Em 1924, ocorreu um levante articulado pelas oposições tenentistas contra o governo central, em que foi contestada a estrutura coronelista da República Velha. Em 4 de novembro de 1924, Borges criou o 18º Comando Armado, para cujo comando foi designado o coronel Victor Dumoncel Filho. Ver FÉLIX, Loiva. Otero. Op. cit., p.153.

¹⁰ TIMM, Octacílio. *Álbum ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Selbach, 1934, p. 380.

¹¹ ANTONACCI, Maria Antonietta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1981, p. 114.

Voltando à pessoa do coronel Juca Lau, verificamos que ele participou e lutou ao lado dos chimangos na Revolução de 1923, luta armada dentro do Rio Grande do Sul que consistiu no confronto entre a “Divisão do Norte”, que representava as forças legalistas, denominados chimangos, e a coluna “Gumercindo Saraiva”, composta de revolucionários, chamados maragatos¹² Após a revolução de 1923, Juca Lau tornou-se autoridade constituída de poder legal, investido dos cargos de subprefeito do distrito de Fortaleza e subdelegado de polícia. Foi quando abriu as primeiras estradas, demarcou lotes de terras devolutas do Estado e tomou medidas administrativas na região de Palmeira das Missões, que, até 1936, era o segundo maior município do estado.



Fonte: FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo Borgismo e Cooptação Política*. 1987. Anexo 6.

Figura 9: Mapa da área territorial de Palmeira das Missões.

Ao cessarem as lutas políticas da Revolução de 1923, Juca Lau voltou para Palmeira e continuou com o trabalho da construção da estrada de Santa Bárbara a Iraí. Trabalhou como empreiteiro-construtor no trecho de Palmeira a Osvaldo Cruz (que

¹² Ver REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. 1985, p. 30.

havia empreitado para a construção).¹³ Em 1º de novembro de 1932, como consequência da Revolução de 30, tomou posse no Conselho Consultivo de Palmeira das Missões, juntamente com Lourenço Ardenghi e Joaquim Mendes. Em 6 de janeiro de 1934, assumiu o cargo de Intendente de Palmeira das Missões.¹⁴ Na época, a luta política era intensa no município; assim, após a vitória de uma facção política, costumava-se festejar no dia da posse das autoridades com churrasco e bebidas, o que também ocorreu nesse dia. Entre as suas obras destacou-se a construção da estrada de Rincão São João; a ligação de Passo dos Porcos, no rio Fortaleza, a Iraí; a reconstrução da estrada de Palmeira a Sarandi; a reorganização do Código de Posturas do município e a organização de um sistema de marcas para tropas e rebanhos, isto devido aos grandes rebanhos existentes nas fazendas do município.

Nas eleições para os cargos legislativos tanto estaduais como federais, Palmeira das Missões sempre obteve destaque político e, por longo tempo, elegeu representantes. O PRR local, por suas origens, sempre esteve ligado à política estadual e elegeu como representantes na Assembléia do Estado o filho de Evaristo Teixeira do Amaral,¹⁵ chamado Evaristo Teixeira do Amaral Júnior, também coronel, que atuou como deputado estadual em duas legislaturas, de 1905 a 1908 e de 1909 a 1912; Hildebrando Westphalen do Partido Republicano Liberal, no período de 1935 a 1937; e Firmino Paim Filho, pela Frente Única Rio-Grandense; Celeste Gobbato e Fernando Ferrari, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), nos anos de 1947 a 1951; Hermes Pereira de Souza e Tarso de Moraes Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD), durante a mesma legislatura; Pompílio Gomes Sobrinho, de 1951 a 1955, pelo mesmo partido, e José Amaral de Souza, também do PSD, no período de 1963 a 1967.

Para a chefia do governo do estado, em eleições realizadas em 3 de outubro de 1950, foi vitorioso Ernesto Dorneles, candidato do PTB, empossado em 31 de janeiro de 1951. Em 1952, para o cargo de prefeito da Palmeira das Missões, foi eleito Josino de Quadros Assis, do mesmo partido, o qual realizou uma dinâmica administração. Segundo Catarina Pegoraro Stefanello, ele atendeu às reivindicações da população de

¹³ RODRIGUES, Adoniran Pereira. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Boa Vista das Missões, 21 maio 2001. Adoniran é neto de Juca Lau.

¹⁴ MARTINS, Egydio Moisés Gonçalves. *Memórias do Sargento Egydio*. Palmeira das Missões: Inrapal, 1999, p. 56.

¹⁵ Evaristo Teixeira do Amaral era coronel republicano e foi assassinado por causa de desavenças políticas locais no município de Palmeira. Sua morte agravou a animosidade reinante entre maragatos e pica-paus. Ver REVERBEL, Carlos. Op. cit. p. 43.

Jaboticaba, especialmente por construir uma escola de madeira visto que, até então, as aulas eram ministradas na igreja católica.

Durante o período de 1955 a 1958, o candidato ao governo do estado, Ildo Meneghetti, venceu com a coligação da Frente Democrática (PSD, PL e UDN) no estado e também em Palmeira das Missões, e, para o cargo de prefeito de Palmeira das Missões, elegeu-se Paulo Ardenghi, do PSD. Em nível nacional, esses partidos políticos representavam diferentes classes sociais: o PSD e o PTB caracterizavam-se, respectivamente, como expressões de burguesia agrária ou industrial e da classe operária.

Deve-se considerar que, nas coligações realizadas entre os partidos políticos, permanecia forte o clientelismo, que foi tomado como premissa explicativa básica: “O essencial, foi o grau em que os partidos brasileiros indistintamente se alimentavam do clientelismo e faziam dele uma estratégia de aquisição e consolidação de poder”.¹⁶ Na política brasileira permanecia também a ausência de partidos integradores, de âmbito nacional. Os partidos políticos coligavam-se uns com os outros para ganhar força diante de uma oposição que se tornava fraca.

Após a Revolução de 1930, como o governo de Getúlio Vargas não introduziu transformações econômicas expressivas no estado, manteve-se a federalização política da autoridade, baseada na máquina coronelista. Com a volta do regime democrático em 1945, o sistema de interventorias foi o eixo polarizador em torno do qual se estruturaram dois grandes partidos nacionais: os políticos que compunham as interventorias formaram o PSD e os desalojados, a UDN. A estrutura estatal foi, portanto, condicionante da formação, evolução e atuação dos partidos políticos.

A euforia e o ânimo político, na época, estendiam-se aos mais longínquos recantos, ao mesmo tempo que, juntando-se às lideranças políticas existentes na localidade de Jaboticaba - como exemplo pode ser citado José Pithan Severo -, uma parcela dos descendentes de imigrantes envolveu-se com a política local, participando de campanhas políticas e promovendo comícios eleitorais. Entre esses se destacaram Valentim Stefanello, que pertencia ao PTB, e Vergílio Descovi do PSD, que

¹⁶ CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930 a 1964*. São Paulo: Alfa-Omega. 1990, p 35.

representava o partido da situação. Como eram de partidos políticos diversos e ambos dotados de espírito de liderança, Valentim Stefanello e Vergílio Descovi, tornaram-se chefes políticos em Jaboticaba reivindicando a favor da população sempre que o Executivo municipal ou estadual estivesse representado pelo respectivo partido político. Cátia, nora de Valentim, afirma a respeito: “Todos dirigiam-se a ele [Valentin], que reivindicava às autoridades políticas do seu partido em Palmeira das Missões.”¹⁷

Essas lideranças locais eram partidários políticos, representantes do poder municipal em Jaboticaba. Pergunta-se, portanto: qual era o significado dessa representação para estas pessoas? Por que aconteciam tantas disputas políticas? E as desavenças que corrompiam as relações de amizade e muitas vezes resultaram em morte era a consequência?

Em Jaboticaba, brigava-se muito por motivos políticos. Consta que apenas um indivíduo morador do local havia matado dezesseis pessoas. Em tempo de campanhas eleitorais aconteciam muitas mortes, o que as declarações de Letícia Descovi levaram-nos a inferir ao expressar que não lhe foi agradável morar na localidade: “Havia muitas mortes. Matavam-se que nem cachorro”.¹⁸ A política fez parte da vida de Vergílio Descovi, que, inclusive, tinha sido vereador em Júlio de Castilhos; em Jaboticaba, continuou a envolver-se em campanhas políticas, o que lhe gerou muitas inimizades, pois pertencia ao PSD. Discutia muito com Valentim Stefanello e seu irmão Fiorello, os quais pertenciam ao partido político de Leonel Brizolla, o PTB, embora tivessem, anteriormente, pertencido ao mesmo partido político. A entrevistada exclamou: “Maldita a política”.

José Archangelo Stefanello conta, em entrevista realizada em 5 de outubro de 2001, que seu pai, Luiz, não se envolvia em assuntos políticos e nisso divergia dos irmãos, Valentin e Fiorello. Tinha o seu partido, a sua posição, como adepto do Partido Social Democrático, porém não brigava por suas idéias. Declarou ainda que todo o dinheiro que seu pai possuía empregou na compra de terras.

¹⁷ STEFANELLO, Catarina Pegoraro. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em Palmeira das Missões, 19 set. 2001.

¹⁸ DESCОВI, Letícia Ferigolo. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em Frederico Westphalen, 3 out. 2001. Letícia nasceu no dia 2 de janeiro de 1916 e foi a segunda esposa de Vergílio Descovi.

Ainda, com referência às relações de poder local Jardelino Rosa da Silveira relatou-nos que o coronel Juca Lau “era terrível”: “(...) meu pai havia comprado do Juca Lau seis colônias de terras. Porém, ele somente legitimou cinco colônias. Como o meu irmão mais novo, Ico, morava nesta terra não legitimada, Juca Lau requereu seu despejo da casa. Entrei na justiça, em nome do irmão, mas de nada valeu, Juca Lau comprava até os advogados”.¹⁹ Como se percebe, mandava na região aqueles que dispunham de poder; aos demais, restava apenas cumprir ordens.

4.3 O poder local

Toda a imensa região que formava o distrito de Fortaleza, hoje Seberi, pertencia ao município de Palmeira das Missões, e Jaboticaba estava incluída nessa faixa de terra. Nessa região, a área adquirida por Juca Lau passou, por herança, aos filhos Aristides e Altivo José Rodrigues.

Possuidores de vastas extensões territoriais, os filhos de Juca Lau colocaram à venda²⁰ parte da herança que abrangia as terras de mato. Aos fazendeiros interessavam as terras de campo, as quais serviam para a criação de gado. Interessava também aparentar boas intenções. Assim como o pai, Altivo José Rodrigues foi político na região, e as lideranças políticas²¹ interessavam-se também em promover o progresso local e regional, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento. Realizando entendimentos com antigos moradores, os filhos de Juca Lau colocaram à venda as terras que posteriormente seriam oferecidas por Sisenando de Almeida Guedes, amigo de alguns descendentes de imigrantes italianos que vieram a adquiri-las.

Com a chegada dos primeiros novos colonizadores, a referida área foi assim vendida: Aristides Rodrigues vendeu sua parte aos descendentes de italianos Hugo Piovesan e Jerônimo Scolari. Altivo José Rodrigues vendeu sua herança aos primeiros descendentes de italianos a se fixarem na região: Valentin Stefanello, Vergílio Descovi e João Casarin. Também compunham esse grupo de colonizadores Antônio e Bortolo

¹⁹ SILVEIRA, Jardelino Rosa da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora na Linha Coqueiro, município de Jaboticaba, 1.º dez. 2001.

²⁰ Não foram esclarecidos os motivos da venda das terras. Acredita-se que fossem objetivos eleitoreiros.

²¹ Altivo José Rodrigues representava a liderança política local: foi vereador na Câmara de Palmeira das Missões por quatro legislaturas, sendo de sua autoria o projeto de criação do distrito de Jaboticaba.

Trentin, Pedro Dalbianco e José Garibaldi Bagiotto. Os dois primeiros adquiriram uma área de terras no local que mais tarde passou a se chamar de Trentin, a qual fazia parte de outra posse. José Garibaldi Bagiotto instalou-se na linha Santa Lúcia, que dista 5 km da sede de Jaboticaba. Neste local se fixaram famílias de colonizadores que são considerados pioneiros, especialmente pela sua coragem de desbravar a zona de mato.

Lembramos que Vitor Dumoncel Filho também dispunha de vastas extensões de terras legitimadas em Jaboticaba. Dumoncel Filho era genro de Firmino Paula, a força máxima da política serrana e que exercia também o cargo de subchefe de polícia, envolvendo-se em combates militares e também na luta política da região. Conforme Loiva Félix:

(...) a atuação política de Dumoncel (...) fez-se sentir na intermediação de interesses econômicos da região e também nos costumeiros envoltimentos coronelistas ao nível local, de uma forma intensa por ter extrapolado os limites do seu município com a inclusão também dos demais municípios de sua área de jurisdição.²²

Foi esse o motivo que lhe permitiu adquirir e legitimar em seu nome vastas extensões de terra que posteriormente foram vendidas aos colonizadores. Valentin Stefanello foi agente administrador nas vendas das referidas terras.

4.3.1 O inspetor colonial

Ao tratar das questões de poder local dentro do plano de colonização, é importante mencionar a figura do inspetor colonial, cargo que foi criado por circular da Diretoria de Terras e Colonização em 29 de junho de 1917; portanto, sua presença foi uma constante nos acontecimentos que marcaram a colonização regional. O inspetor colonial representava “o elemento de ligação entre os colonos ocupantes dos lotes rurais e como auxiliares dos Diretores de Serviço, na coordenação da vida colonial”.²³ Representantes do poder local eram pessoas de confiança do prefeito e até mesmo do governador do estado, visto que lhes era atribuída a autoridade legal no local. Em Jaboticaba, exerceram o cargo de inspetor colonial Jardelino Rosa da Silveira,²⁴ Gomercindo Nunes, João Maria Papagaio, Severo Lageano, José Vicente da Silva, João Ribeiro (o mais antigo), Dario Pôncio de Oliveira e outros.

²² Félix, Loiva. Op. cit., p 165.

²³ Relatório da DTC – 1917, p. 32, apud SPONCHIADO, Breno, p. 162.

²⁴ Nasceu no Rincão São João, município de Palmeira das Missões, no dia 5 de julho de 1924. Morador em Jaboticaba há 54 anos.

Entre as atribuições do inspetor colonial constavam: fiscalizar a execução da prestação dos seis dias de serviço anual nas estradas a que estavam sujeitos os ocupantes das terras; organizar dos trabalhos estatísticos; distribuir sementes; quaisquer outros serviços que pudessem concorrer para a ordem e convergência dos serviços de colonização.

Jardelino Rosa da Silveira relatou-nos, em seu depoimento, que também foi inspetor de quarteirão “desde” o ano de 1960. Questionado sobre até quando isso teria acontecido, respondeu-nos: “Até agora. Pois nunca recebi a exoneração do cargo”.²⁵ Quanto a receber algum pagamento pela função, disse: “Apenas recebia isenção dos impostos”.

O mesmo entrevistado relatou que, entre as atribuições do inspetor de quarteirão, estava ainda a de resolver problemas ocorridos entre vizinhos, brigas de casais, roubos; fornecer licenças para a realização de bailes e, sobretudo, dirimir dúvidas com relação a divisas de terras. “Sabe-se, porém, que em muitos casos esses inspetores não passavam de testas-de-ferro da autoridade da colônia, sendo frequentes os casos de arbitrariedade, sobretudo em épocas de eleição e de conflitos”.²⁶

Em testemunho às arbitrariedades cometidas em nome da lei, citamos Guilherme Argenta, cidadão do então distrito de Fortaleza, que, em 27 de agosto de 1984, declarou que auxiliou muitos inspetores de quarteirão a buscar gente para “engrossar” as fileiras da Revolução de 1932. As pessoas eram tocadas pela frente, “voluntários a muque”, obrigados à força a ir para a luta, sendo essa outra das atribuições, do inspetor colonial. Disponíveis nas solicitações e portadores de grande poder na localidade, eles não mediam esforços na solução de questões difíceis, demonstrando autoridade diante da população que lhes solicitava auxílio e recorrendo, por vezes, às instâncias superiores para conseguir favores.

A propósito escreve Raimundo Faoro²⁷ que o pai de João Neves da Fontoura,²⁸ chefe político do município de Cachoeira, Rio Grande do Sul, enquadrava-se bem no

²⁵ SILVEIRA, Jardelino Rosa da. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em linha Coqueiro, Jaboticaba, 1º dez. 2001.

²⁶ SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 162.

²⁷ FAORO, Raymundo. Op. cit., p. 636.

²⁸ João Neves da Fontoura foi colega de Getúlio Vargas como estudante de Direito e, posteriormente, viria a assumir o cargo de ministro no governo de Getúlio Vargas. Ver LOVE, Joseph. Op. Cit., P. 90.

modelo de coronel dos velhos tempos. Em épocas de eleição, passava de casa em casa pedindo a coadjuvação dos eleitores para o pleito, recebendo deles, entre as inúmeras queixas, a de que “o inspetor não viera a chamado quando os porcos do vizinho invadiram o cercado”. O inspetor colonial representava a autoridade local e era sua obrigação representar o poder público sempre que houvesse questões a resolver, quaisquer que fossem as causas, de litígios ou obrigações sociais.

4.4 Os descendentes de imigrantes

Os caminhos dos imigrantes italianos geralmente começavam nas vertentes da pobreza, da insegurança no futuro, às vezes na revolta, em razão do trabalho penoso e pouco lucrativo; muitas vezes, até, com a angústia da fome e da penúria.²⁹ Com a constante vinda de famílias italianas para a 4ª colônia, a terra tornou-se escassa. A razão da procura por melhores terras foi, então, o aumento populacional visto que, com novas famílias se formando, havia necessidade de novas áreas para serem cultivadas.

Uma característica da 4ª Colônia Imperial, que chega a impressionar é a constante mobilidade de seus habitantes desde seu início até hoje. Imigrantes nem bem tinham desfrutado da satisfação de serem proprietários (paroni) e muitos nem bem chegaram a exaurir os frutos da terra, viam-se na contingência de partir para uma nova fronteira, onde deveriam começar tudo de novo.³⁰

O fenômeno do enxameamento³¹ na 4ª colônia aconteceu em etapas. Inicialmente, houve acomodação, a qual se caracterizou pelos primeiros movimentos de deslocamento de colonos de uma área para outra na colônia. Pode-se dizer que foi uma acomodação diante do processo de ajustamento frente a determinadas situações sociais ou geográficas. Após essa fase, o enxameamento dirigiu-se para além da 4.ª colônia, atingindo a região do Alto Uruguai.

Com a vinda dos descendentes de imigrantes italianos, (ver anexo 3) deu-se a ocupação das terras que eram habitadas pelos caboclos. Segundo declarações de

²⁹ SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Caxias do Sul: Educs, 1987, p. 36.

³⁰ Ver SPONCHIADO, Breno. Op. cit., p. 68.

³¹ Fizemos referência anterior a este termo. Jean Roche usa, no mesmo sentido, o termo enxameamento para se referir ao esgotamento das terras e ao crescimento da população, assim como às técnicas incompatíveis com a estrutura agrária, como fatores que motivaram as migrações internas, ou seja, o êxodo da população excedente.

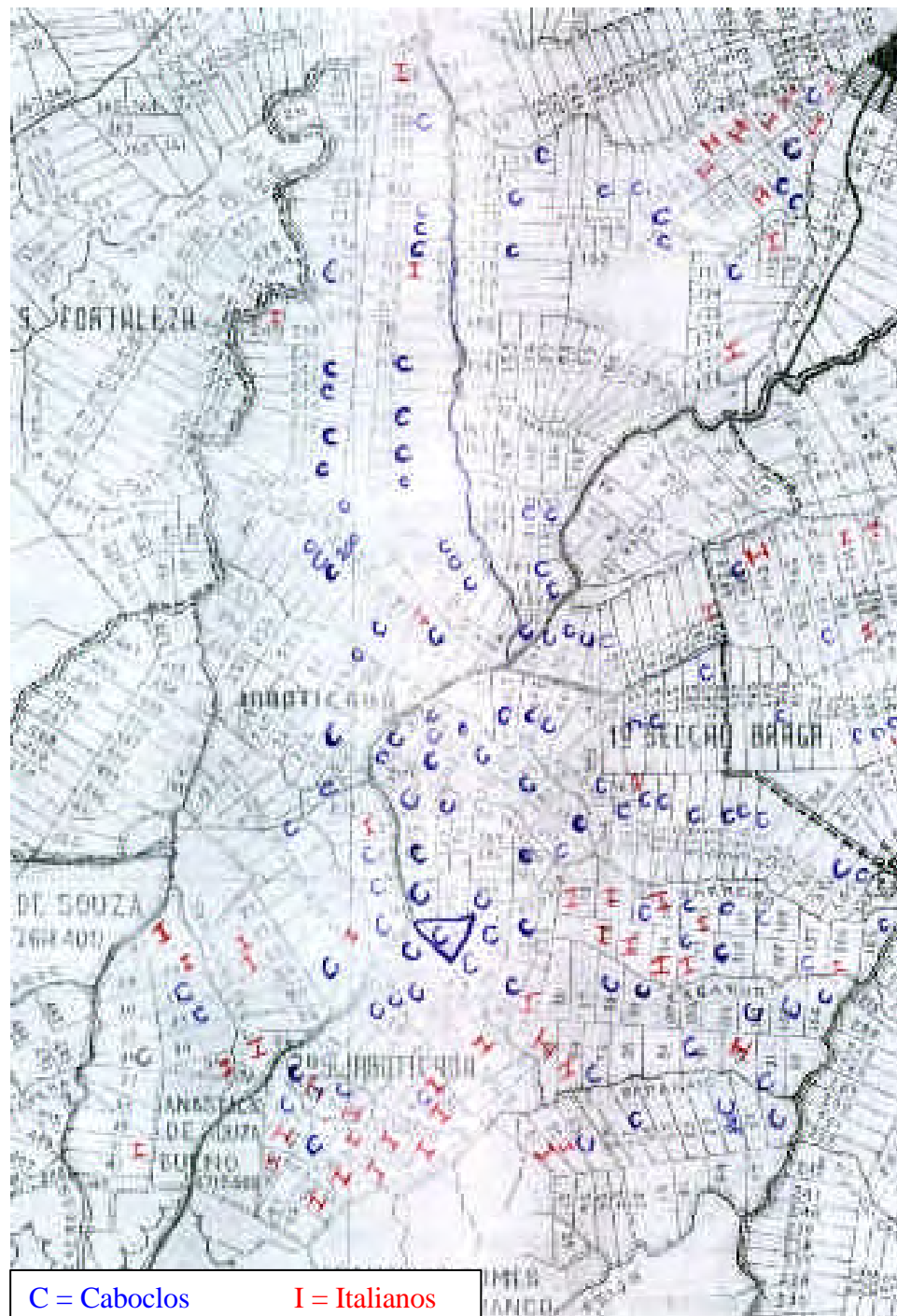
Adoniran Pereira Rodrigues, “existiam naquela época duas zonas de ocupação: o campo e a serra”. A divisa das terras de campo com a costa da serra situava-se nas demarcações do território de Jaboticaba, e o desejo dos fazendeiros era de que os colonizadores adquirissem terras a partir da serra (que era a zona das matas), pois era seu o domínio dos campos. A respeito desse assunto Nilo Bernardes afirma que “o fazendeiro, herdeiro da tradição pastoril (...) sempre considerou os imigrantes e seus descendentes como indivíduos que devessem desbravar as matas e não se radicar como intrusos em seus domínios”.³² Na ocupação regional, a serra serviu como limite entre o campo e o mato: o campo constituía-se das lombadas que seguiam a cordilheira das águas e com a serra descampava o mato, que seguia denso até o rio Uruguai.

Para que haja maior entendimento, deve-se considerar a realidade da época, quando fazendeiros e colonos se situavam em contextos socioculturais diferentes: os primeiros eram proprietários de grandes extensões de terras de campo e dedicavam-se mais à criação do gado, ao passo que os segundos preferiam adquirir as terras do mato, mais produtivas, o que lhes possibilitava a sobrevivência em pequenas áreas. É Bernardes quem afirma: “Os colonos atirados muitas vezes no âmago da mata hostil, sentiam a necessidade de ter à vista os seus vizinhos e os lotes estreitos, ao longo da ‘linha colonial’, facilitavam a proximidade e a cooperação”.³³ Os fazendeiros, ao contrário, desejavam o isolamento, que procuravam com o aumento do tamanho de suas propriedades, onde o gado podia ser criado solto e em quantidade.

O povoamento havia se fixado anteriormente em outros pontos da região de Palmeira das Missões, mas, em um segundo momento, concentrou-se nas divisas de campo e mato, abrangendo, então, as terras do distrito de Jaboticaba. Os descendentes de imigrantes italianos colonizadores de Jaboticaba e provenientes da 4ª colônia, eram das famílias de Stefanello, Casarin, Descovi, Scolari, Piovesan, Trentin, Dalbianco, Fassini, Zanon, Santi, Bortoluzzi, Bisognin, Manfio, Piccin, Botton, Aléssio e Schiavinatto. (Ver anexo 4)

³² BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997, p. 102.

³³ Idem, p. 79.



Fonte: Arquivos da Inspetoria de Terras do Norte – Frederico Westphalen

Figura 10: Mapa dos lotes dos caboclos e italianos.

Muitos dos filhos dos imigrantes italianos, sentindo a necessidade de melhorar suas condições de vida, perceberam que isso seria possível se migrassem para outra região. Valentin Stefanello foi o primeiro que procurou conhecer as terras em Palmeira das Missões, sobre as quais muito se comentava, dizendo que havia terras de mato de grande fertilidade e que poderiam ser adquiridas em condições acessíveis.

4.5 As marcas da memória

Neste estudo, para reconstruir a história local, servimo-nos praticamente apenas de depoimentos orais. Por meio da história oral torna-se possível o registro de fatos nunca antes mencionados, produzindo-se conhecimentos históricos e científicos. Evidentemente, existe uma aliança entre história oral e história de vida. A certeza sobre se o que se está produzindo é verdadeiro ou falso é a possibilidade de coerência interna do discurso enunciado, que deve seguir a lógica da trajetória nos fatos relatados pelo entrevistado. Nesse sentido, Aspásia Camargo registra que “o que permite produzir informação de qualidade é exatamente a profundidade da relação dialógica entre entrevistador e entrevistado, e que produz os dados com o controle da sua própria consistência”.³⁴

Portanto, ao falar com muitas pessoas, há uma possibilidade maior de se construir uma versão que se sustenta, que tem boas chances de ser verdadeira. Ainda segundo a autora: “(...) o método ganha muito quando sabe entender a natureza dos silêncios que se criam, das incoerências, e sobretudo quando trabalha em um campo e um objeto de estudo que se presta à potencialização de duas qualidades básicas: a sincronização das informações e a condensação”.³⁵ Isso significa que há possibilidades de compreensão de sistemas e realidades muito complexos, os quais fontes tradicionais jamais conseguiriam apreender. Para os campos virgens do conhecimento, ou seja, aquelas áreas que não dispõem de conhecimento acumulado, que são importantes e que se identificam com atores estratégicos em determinado momento, ou sobreviventes, pode-se dizer que a história oral é a metodologia ideal por permitir entender tudo de uma vez ao invés de se procurar um por um os fragmentos de uma cultura especializada.

Também o uso de imagens fotográficas desempenha papel importante na reconstrução da história. A utilização da fotografia em pesquisas históricas pode vir, ao mesmo tempo, como desencadeador da memória e desinibidor das falas, ajudando a elucidar acontecimentos importantes da vida de uma comunidade.

³⁴ CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta de. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorin, 1994, p. 83.

³⁵ Idem, p. 84.

Entretanto, a imagem fotográfica, por ser estática e por não ter memória, só pode ser compreendida quando inserida no próprio universo interpretativo do receptor, considerando-se que, nesse universo, ela se transforma em testemunho de um fato ocorrido. Desse modo, a intercalação e o entrecruzamento de fontes se tornam de importância fundamental na construção de um quadro de referências mais amplo para se compreender o conteúdo das imagens a fim de que adquiram um sentido em seu contexto.

A utilização de fotografias proporciona-nos informações valiosas e, mesmo, esclarecedoras sobre o modo de vida e a evolução social e material da comunidade em estudo. De certo modo, elas preservam um sentido intencional ao registrar as mudanças ocorridas na comunidade; podem, pois, servir como detonadoras da memória. Também podem proporcionar um fluxo dinâmico e espontâneo das falas ao mesmo tempo em que estimulam a memória. As fotos podem funcionar como “um desencadeador de lembranças múltiplas e constituir, de um lado, uma forma de resgatar um passado esquecido e de outro, no caso do pesquisador, um estimulante formulador de hipóteses para testar a comunicação das fotografias e o seu esquecimento temporário ou total”.³⁶

As fotografias de famílias potencializam a pregnância do tempo e as influências culturais do grupo como herança. Familiar ou comunitário, o grupo fotografa conforme a visão que pretende deixar de si para a posteridade. Para Arlindo Machado,³⁷ as formas da tomada são sempre um feixe de indicadores da posição ideológica do grupo ou, então, do fotógrafo que as registra, conscientemente ou não. Por essa razão, elas servem como um inventário precioso dos valores de cada grupo.

Henrique M. Silva³⁸ cita que, para Pierre Bourdieu, a fotografia popular é um culto doméstico: nas cerimônias institucionais, como os casamentos, os aniversários, as bodas, o batismo, a comunhão cristã, a viagem de férias ou de núpcias, ela se inscreve no ritual e tem por função sancionar, consagrar a união familiar. Em tais cerimônias, as pessoas se fazem fotografar porque a fotografia realiza a imagem que o grupo faz de si mesmo: o que ela registra em seu suporte fotossensível não são propriamente os

³⁶ LEITE, Miraim Moreira. *Retratos de família..* São Paulo: USP, 2000, p. 135.

³⁷ MACHADO, Arlindo. A ilusão espetacular. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, 2000, p. 143.

³⁸ SILVA, Henrique M. Alguns apontamentos sobre o uso de fotografias em pesquisas históricas. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, 2000, p. 143.

indivíduos enquanto tais, mas os papéis sociais que cada um desempenha, como pai, mãe, avô, tio, marido, militar, turista.

As fotografias representam os ritos de passagem, como casamentos, batizados, e têm uma dimensão significativa mais privada e familiar do que coletiva. O uso das fotografias em pesquisas históricas tem se mostrado bastante fértil, contribuindo de forma profícua, como documento histórico, para a análise e compreensão do passado. Miriam Moreira Leite, a respeito do assunto, esclarece que “a fotografia funciona como índice do que foi e por onde passou a família. Silenciosas e imóveis, ficam também por isso, ligadas à memória dos entes queridos que desaparecem e que se tenta fazer sobreviver”.³⁹

Todas essas considerações justificam por que utilizamos a fotografia como recurso de documentação, de análise, como meio de recuperação, retenção e transmissão de conhecimento. Através desse recurso, nesta parte do trabalho, procuramos reconstruir a história da vida dos colonizadores de Jaboticaba.



Fonte: Foto cedida por Angela Trentin Bagiotto

Figura 11: Família de Valentin Stefanello.

Valentin Stefanello, com a esposa Joana e os filhos Idalina, Maria, Eliseu, Adaléu, Rosa, Amadeu Archangelo e Lucília, juntamente com Calixto José, o filho mais

³⁹ LEITE, Miriam Moreira. Op. cit., p. 160.

velho, recém-casado com Catarina Pegoraro,⁴⁰ foram os primeiros descendentes de imigrantes a se instalarem em Jaboticaba, aonde chegaram em 22 de maio de 1940, saídos de Nova Palma em 20 de maio.

“Cátia” - Catarina Pegoraro - relata que o sogro possuía pouca terra e que a família era grande. Então, foram conhecer terras em Palmeira, terras de mato que eram próprias para a cultura. Relata que deu a sela de montar em troca dos direitos da terra a Hipólito Correa, fato que foi relatado ao comentarmos a respeito da cultura cabocla, no capítulo anterior. Dois anos após, a Inspetoria de Terras do Norte iniciou a medição das terras, quando então Calixto comprou mais uma colônia, localizada na linha Santa Lúcia. A partir de 1948, passaram a trabalhar com serraria de madeira e moinho, tendo como sócios Fiorello Stefanello, Jacinto Manfio e Carlos Bortoluzzi.

Cátia conta que as disputas políticas começaram com a chegada de Valentin Stefanello, que se envolvia muito com política. Por volta de 1948, com a chegada de Vergílio Descovi, aconteceram embates políticos de maiores proporções visto que eles pertenciam a partidos políticos diferentes. As disputas entre ambos comprometeram a sua amizade, contudo, mesmo assim, os filhos de ambos se casaram: Eliseu com Verônica e Rosa com Osvaldo. Cátia relata ainda: “Mas houve muita política mesmo”.⁴¹



Fonte: Foto cedida por Jacila Santi

Figura 12: Fiorello Stefanello, esposa e filha.

⁴⁰ STEFANELLO, Catarina Pegoraro. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em Palmeira das Missões, 19 set. 2001. Catarina nasceu em Nova Palma no dia 5 de agosto de 1923, nora de Valentin Stefanello.

⁴¹ STEFANELLO, Catarina Pegoraro. Entrevista já citada.

Fiorello Stefanello casou-se na Igreja de Nova Palma no dia 4 de maio de 1940, emigrando logo em seguida. Seu filho mais jovem, Wilmar José,⁴² relatou-nos que sempre ouvia os pais contarem que tinham vindo morar em Jaboticaba porque as terras em Nova Palma eram muito ruins, por serem terras de campo e peraus.⁴³ Com o trabalho agrícola, não era possível sobreviver nessas terras.

Em Jaboticaba, ao contrário, havia terras de mato, que eram de grande fertilidade. Ali plantava-se trigo com a enxada, derrubava-se mato e plantava-se nas queimadas, fumo, feijão preto e milho; caçava-se para comer carne. Os animais domésticos trazidos das Colônias Velhas destinavam-se à procriação, e não ao consumo.

Fiorello, segundo Wilmar José, envolveu-se com a política somente mais tarde, quando os políticos de Palmeira das Missões começaram a “visitar” Jaboticaba.



Fonte: Foto cedida por Antonio Casarin

Figura 13: Família de João Casarin.

João Casarin e a esposa, Santa Maria, “Santina”, com os filhos Vitélio Francisco, que já havia casado, e Aurélio, passaram a residir em Jaboticaba em 11 de maio de 1942. Antônio, o terceiro filho do casal, afirmou em entrevista⁴⁴ que, na época

⁴² STEFANELLO, Wilmar José. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 12 set. 2001.

⁴³ *Perau*: do tupi pe'rau, caminho falso, declive áspero que dá para um rio ou para um arroio.

⁴⁴ CASARIN, Antônio. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 11 nov. 2001.

da mudança de residência do pai com a família, ele estava na Itália a serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial; terminada a guerra veio para Jaboticaba. Perguntamo-lhe sobre o porquê da saída, e a resposta foi imediata: “Onde moravam, na 4.^a colônia, a terra era ‘dobrada’”. Seu pai era proprietário de cinco colônias de terras, e não havia condições para o trabalho em uma só colônia, além da alta declividade do terreno, com área reduzida para a lavoura (menos de uma colônia). Ainda, o transporte dos produtos da colheita tinha de ser realizado nas costas ou com cargueiro e cavalo.

No ano de 1941, uma enchente fez transbordar o rio Soturno⁴⁵ e as águas chegaram a tocar o assoalho da sua casa, com o que a mãe, que resistia em sair do lugar, decidiu-se pela mudança. Nas novas terras, dedicaram-se à agricultura, que era a profissão do pai. Ao ser questionado a respeito do envolvimento das pessoas com a política local, Antônio respondeu: “Quem se envolvia com a política era Valentin Stefanello, Jerônimo Scolari, Bortolo Trentin e Vergílio Descovi”. Contou-nos o entrevistado que as mortes (homicídios) ocorridas eram causadas por desavenças políticas e que Jaboticaba poderia estar muito desenvolvida se não tivessem ocorrido tantas as disputas partidárias, as quais duraram muito tempo, até que Vergílio Descovi, que era comerciante de fumo, vendeu sua propriedade e mudou-se para Frederico Westphalen.

Valentin Casarin chegou a Jaboticaba com a família em 1945. Seu filho, Clarindo Casarin, em declarações orais, afirmou que, na região da colônia Silveira Martins, a terra era muito montanhosa. Havendo notícias de boas terras e planas em Palmeira das Missões, eles foram conhecê-las e ficaram entusiasmados, o que os levou a mudar de residência: “Uns foram puxando os outros”.⁴⁶ Na nova terra, trabalhavam na agricultura com a família. Quanto à política, relatou que os descendentes de imigrantes tinham posição política, porém não se envolviam em disputas dessa natureza.

⁴⁵ As águas do rio Soturno corriam a noroeste da colônia Silveira Martins; é um rio que banha, pelo lado oeste, a cidade de Nova Palma (ex-núcleo Soturno). A respeito, Luiz Sponchiado afirma: “(...) com águas límpidas atravessa a várzea de terra arenosa, até alcançar o Jacuí com o nome de Soturno.” Ver SPONCHIADO, Luiz. Op. cit., p. 3.

⁴⁶CASARIN, Clarindo. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora, em Jaboticaba, 17 set. 2001. Clarindo nasceu em Nova Palma no dia 13 de abril de 1934, filho de Valentim Casarin.



Fonte: Foto cedida pela Família Piovesan

Figura 14: Família de Hugo Piovesan.

Hugo Piovesan chegou a Jaboticaba em 11 de maio de 1942, procedente de Nova Palma. Veio em busca de melhores terras para plantar já que era agricultor e, na antiga morada, as terras eram pedregosas e “dobradas”; havia muitos morros, o que tornava difícil o trabalho agrícola. Hugo dedicava-se, com a família, à agricultura e à criação de animais para a subsistência. Seu filho Almerindo⁴⁷ disse que os descendentes de imigrantes italianos, se envolviam com política, até porque, mesmo com as terras legalizadas, eram considerados “invasores” na região.

Hugo Piovesan adquiriu os direitos das terras comprando de Aristides Rodrigues, o filho do coronel Juca Lau, o lote n.º 8, da 2ª. Secção Jaboticaba. A área comprada era de 203.000 m² e o título extraído foi em 5 de abril de 1956.

⁴⁷ PIOVESAN, Almerindo. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 23 set.2001.



Fonte: Foto cedida pela família Bortoluzzi

Figura 15: Família de Carlos Bortoluzzi.

Carlos Bortoluzzi, também imigrante da 4ª colônia, chegou a Jaboticaba em 1942. Segundo seu sobrinho, Genézio Bortoluzzi, veio de Júlio de Castilhos com o objetivo de “melhorar de vida”. Na nova terra, desejava trabalhar com indústria, motivo pelo qual montou um moinho e serraria de madeira.



Fonte: Foto cedida pela família Zanon

Figura 16: Família de Aurélio Zanon.

Aurélio Zanon chegou a Jaboticaba no dia 4 de maio de 1945. Conversando com Aurélia Zanon,⁴⁸ sua esposa, ela nos contou que a família se dedicou à agricultura e

⁴⁸ ZANON, Aurélia. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 10 set. 2001.

que, em 1945, quando se mudaram para essa localidade, as terras eram cobertas de mato, de modo que tinham de abrir picadas nele. Ao ser interrogada sobre os motivos que os levaram a mudar-se de Nova Palma, respondeu que foi a pouca produção onde moravam, porque havia pouca terra e muito “fraca” (improdutiva). Ao saírem de Nova Palma já tinham trabalhado muito, mas continuavam pobres e com cinco filhos, o menor com apenas um ano de idade.

Na época, dos descendentes de imigrantes provenientes da 4.^a colônia, já residiam em Jaboticaba Valentim Stefanello e Carlos Bortoluzzi. Quando questionada sobre se havia envolvimento político dos imigrantes com a política local, Aurélia respondeu que os mais envolvidos em política eram Valentin Stefanello e Carlos Bortoluzzi. O Aurélio (seu esposo) não se envolvia em política, cuidava da lavoura e gostava de cantar no coral da Igreja, do qual fazia parte. Era membro do grupo de cantores de Nova Palma, juntamente com Aquiles Piovesan, Aurélio e Atílio Zanon.



Fonte: Foto cedida pela família Zanon

Figura 17: Cantores da Igreja de Jaboticaba.

Constatamos que Aurélio Zanon requereu na Inspeção de Terras do Norte a concessão do lote n.º 22 da 2.^a seção Jaboticaba, deferida em 25 de setembro de 1946 para a área de 326.000 m². O preço pago por hectare foi de Cr\$ 280,00, totalizando a quantia de Cr\$ 9.128,00. O título de propriedade da terra foi extraído em 2 de junho de 1955.



Fonte: Foto cedida pelos filhos de Atílio Zanon

Figura 18: Atílio Zanon e esposa Amélia.

Atílio Zanon chegou em 18 de agosto de 1945. Em conversa com Amélia Zanon, sua esposa, em Palmeira das Missões, ela nos relatou que trabalhavam na colônia e que a terra era pouca. Então buscaram terras melhores, as terras de mato, e se mudaram, tentando “ir para frente” (progredir). Dos nove filhos do casal, seis haviam nascido na 4.^a colônia: Hércules, Leoclides, Flori, Orlando, Eduardo e Jurema; nas novas terras, tiveram mais três filhas: Inês, Erenita e Fátima. Seu objetivo era trabalhar na agricultura, razão pela qual não se envolveram diretamente em atividades políticas.⁴⁹



Fonte: Foto cedida por Angela Trentin Bagiotto

Figura 19: José Garibaldi Bagiotto e família.

⁴⁹ ZANON, Amélia. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em 2 out. 2001 em Palmeira das Missões. Amélia era esposa de Atílio Zanon.

José Garibaldi Bagiotto passou a residir em Jaboticaba em 21 de abril de 1945. Em entrevista, Angela Trentin Bagiotto,⁵⁰ esposa de José Garibaldi, afirmou que a mudança da sua família foi trazida juntamente com a da família de Bortolo Trentin, seu irmão. Quando chegaram na nova terra, tudo era mato; somente havia a casa de Dilon Gonçalves, no local onde hoje está localizada a Loja Daniela. Mudaram-se para Jaboticaba porque em Nova Palma moravam em um “perau”; possuíam 48 hectares de terra, mas não chegavam a trabalhar em três hectares, em virtude de as terras serem impróprias ao cultivo. As suas coisas foram colocadas em um caminhão, e as famílias viajaram até Santa Bárbara de trem, onde, ao chegarem, assistiram às comemorações do final da Segunda Guerra Mundial. De Santa Bárbara até Jaboticaba, viajaram de ônibus. A princípio, moraram na linha Santa Lúcia, onde permaneceram por oito anos. Lá já havia outros descendentes de imigrantes instalados, como Lino Descovi e Fiorello Somavila. Em 1953, mudaram-se para a linha Braga. Angela Trentin Bagiotto exerceu durante cinquenta anos a profissão de parteira na região, onde ajudou a nascer 4.764 crianças.



Fonte: Foto cedida pela família Stefanello

Figura 20: Vergílio Descovi e sua primeira esposa Josephina Ribas Descovi.

Vergílio Descovi emigrou da 4ª colônia no dia 3 de agosto de 1946. Em depoimento, Letícia Ferigolo Descovi, sua segunda esposa, residente na cidade de Frederico Westphalen, mostrou-se muito expansiva. Contou que, em Nova Palma, trabalhava na casa paroquial e foi o padre João Zanella quem arranjou o seu casamento com Vergílio Descovi, que, na época, era viúvo e pai de 11 filhos. Deste casamento

⁵⁰ BAGIOTTO, Angela Trentin. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora, em Jaboticaba, 12 set.2001.

nasceram mais cinco filhos: Josefina, Cleusa, Cleonice, Renato e Ildo Angelin. Ela ajudou criar a mais nove filhos do cunhado, Vitorino Descovi, que morreu seis meses após ela haver se casado. Ainda criou, juntamente com Rosa Stefanello Descovi, sua nora, mais cinco crianças de uma família muito pobre: “Eram negrinhos”.

Perguntando sobre o porquê da sua saída, a resposta foi a necessidade, porque não tinham mais com que trabalhar; então, vieram para trabalhar com comércio de fumo. Em Nova Palma faltava trabalho. Mais tarde compraram terras e (em 15 de dezembro de 1947) requereram a concessão do lote n.º 26 da 1.ª secção Braga, feita em 5 de abril de 1948, para uma área de 250.000 m²; o preço pago ao Estado foi de Cr\$ 500,00 por hectare. O título da terra foi expedido somente em 28 de janeiro de 1959. Estas terras, no ano de 1958, foram vendidas a Aurélio Zanon.

Conforme o Regulamento de Terras Públicas de 9 de janeiro de 1939, artigo 27, o preço da venda dos lotes variava de acordo com o valor das terras na época, tendo-se em vista a qualidade, a situação, os meios de transporte, a riqueza da mata e a existência de ervais ou pinhais.⁵¹

Por motivo das desavenças políticas, Letícia afirmou que não mais voltaria a Jaboticaba nem que lhe devolvessem trinta anos de vida: “As lágrimas que derramei por disputas políticas moveriam por um ano a roda de um moinho!”⁵² Reclamou ainda dos candidatos que mataram a sua vaca de leite para oferecer churrasco aos eleitores em um comício até hoje não a pagaram. Seu esposo, quando da campanha política para governador em 1954, era correligionário do candidato Ildo Meneghetti, em cuja homenagem colocaram o nome do filho, que passou a chamar-se Ildo Angelin. Por causa das disputas políticas e brigas, em 1958, decidiram transferir residência para Frederico Westphalen.

Carlos Bisognin mudou-se de Nova Palma para Jaboticaba em 21 de maio de 1946, com o objetivo de trabalhar em terras de melhor qualidade e poder sustentar a família, enfim, trabalhar na agricultura. Por isso, não se envolveu com a política.

⁵¹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, 1961, p. 90.

⁵² A entrevistada quis se referir aos moinhos que antigamente eram movidos à força d'água.



Fonte: Foto cedida pela família Bisognin

Figura 21: Família de Vitélio Bisognin.

Vitélio Bisognin,⁵³ em 11 de maio de 1953, partiu de Nova Palma em busca de uma vida melhor. Lá havia comprado terra há algum tempo, porém, como adoecera, tardara em vir. Na antiga propriedade, a terra era pouca e desgastada e as famílias eram grandes; em Palmeira das Missões, ao contrário, havia muita terra de mato. Realmente, a região começou a mudar com os colonizadores - pois “tudo era terra do Estado, nós é que legalizamos. Os caboclos vinham oferecer os seus direitos. Feito o negócio, pegavam o dinheiro e iam em busca de outra terra para se apossar”. Descendente de italianos, Vitélio Bisognin migrou para trabalhar na agricultura, não se envolvendo com política. Isso somente aconteceu mais tarde, com outros descendentes vindos para a região. O entrevistado empolgou-se ao relatar que “naquela época só havia como condução no lugar um jipe - que era do Frederico Librelotto”. Vitélio Bisognin foi tesoureiro da primeira diretoria da Igreja Matriz.

⁵³BISOGNIN, Vitélio. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 15 set. 2001. Descendente de imigrantes italianos, nasceu em Nova Palma em 4 de agosto de 1918.



Fonte: Foto cedida por Verônica Manfio

Figura 22: Família de Elias Manfio.

Jacinto Manfio passou a residir em Jaboticaba em abril de 1946, seguido por Elias Manfio, seu irmão, que chegou em 20 de maio de 1946. Em Nova Palma, na linha Base, era pouca a terra e muito “dobrada”. Elias, com a família, passou a morar na zona de mato e Jacinto dedicou-se à atividade industrial, com serraria de madeiras; quanto à política, declararam que apenas votavam e falavam sobre política.



Fonte: Foto cedida pela família Piccin

Figura 23: Família de Olívio Luiz Piccin.

Olivo Luiz Piccin⁵⁴ chegou a Palmeira das Missões em 14 de abril de 1947. Pressionado pela falta de terra em Nova Palma, procurou novos lugares para residir com

⁵⁴ PICCIN, Olivo Luiz . Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 15 set. 2001. Filho de imigrantes italianos, nasceu em Nova Palma.

a família. Conta que, quando assumiu a sua propriedade, as terras eram cobertas de mato, tendo de abrir uma clareira para construir a casa. Mandou fazer uma roça que não deu queima porque a madeira era verde e de boa qualidade. O sofrimento se fez presente nos primeiros tempos, já que as pragas devoravam as plantações. Como as famílias eram numerosas, por não haver controle da natalidade, passaram sérias dificuldades, até mesmo com a falta de alimentos. Aos poucos, porém, a vida foi melhorando. Também tinha um plano político, mas que nunca colocou em execução, não participando ativamente da política. Conta que, nas campanhas políticas municipais, os partidos políticos faziam churrascos e, depois, comícios.



Fonte: Foto cedida pela família Scolari

Figura 24: Família de Gerônimo Scolari.

Gerônimo Scolari emigrou com a família de Nova Palma para Lageado Bonito no dia 3 de maio de 1938 e, em 4 de maio de 1947, para Jaboticaba. Estava à procura de melhores condições de vida e dedicou-se aos trabalhos agrícolas, não se envolvendo com a política local.



Fonte: Foto cedida por Reni Bortoluzzi

Figura 25: Família de Romano Bortoluzzi.

Romano Bortoluzzi chegou a Jaboticaba em 1945, depois de seu irmão, Olinto Bortoluzzi, que viera em junho de 1941. Conversando com Reni Bortoluzzi, filho de Olinto, ele nos relatou que seu pai era procedente de Faxinal do Soturno e que Valentin Stefanello já havia vindo dois anos antes e fazia propaganda das terras; então, eles se animaram também a vir porque as terras eram de mato e inexploradas. A preferência era pelas terras de mato, que era derrubado para fazer as lavouras.

Abílio Bortoluzzi morava com a família em Cachoeira do Sul, de onde saiu em 1947, porque as enchentes inundavam todas as plantações. Adquiriu terras de vargem, perto do rio Jaboticaba, que, por causa do húmus do rio, eram mais férteis. Comprou a posse das terras de Sizirino Novaes do Prado, requerendo, posteriormente, a sua legalização; com a medição dos lotes de terras, recebeu o lote n.º 105 da 1.ª secção Braga, título concedido em 24 de dezembro de 1947, com a área 250.000 m² e ao preço de CR\$ 320,00 por hectare; o valor da terra paga ao Estado foi de CR\$ 8.000,00, constando o pagamento de apenas Cr\$ 1.000,00. Requerendo pela lei 1.542, em 16 de dezembro de 1963, o título de propriedade, recebeu-o em 11 de abril de 1964.



Fonte: Foto cedida por Gilberto Oliveira

Figura 26: Família de Luiz Botton (Pais de Eulália Botton Alessio).

Gentil Aléssio⁵⁵ foi por nós entrevistado juntamente com Eulália Botton Alessio, sua esposa. À pergunta sobre o porquê da sua saída de Nova Palma, ela respondeu que já possuíam terra comprada no município de Sarandí, para onde tinham a intenção de se mudar. Contudo, aquela propriedade não possuía água. Então, o pai da Eulália, que estava se mudando na época, convenceu-os a irem a Palmeira das Missões – “lugar dos bandidos”. Mudaram-se em abril de 1946, juntamente com a família de Jacinto Manfio, numa viagem que durou três dias sobre um caminhão, de Nova Palma até o local onde passaram a residir (hoje na entrada da linha São Luiz – Jaboticaba). Eram muito pobres, mas havia caça em abundância, o que ajudava na alimentação. Moraram, de início, em um galpão de madeira de dois pavimentos, aberto embaixo, onde o gado solto dormia à noite. Compraram suas terras de Valentim Stefanello, que possuía uma posse muito grande, 16 colônias. Relataram que alguns se envolviam com a política - “os mais metidos sim” -; outros não.

⁵⁵ ALÉSSIO, Gentil e ALÉSSIO, Eulália Botton. Entrevistados por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 17 set. 2001.



Fonte: Foto cedida por Genésio Bortoluzzi

Figura 27: Família de Genésio Bortoluzzi.

Genésio Bortoluzzi⁵⁶ casou-se com Avelina Bastiani em 1948 e fixou residência em Jaboticaba. Conforme depoimento, o jovem casal, após contrair núpcias, mudou-se para o município de Palmeira porque na 4ª colônia não havia mais terras para comprar; cada família tinha o seu pedaço de terra e quem constituía uma nova família tinha de procurar outros lugares. Genésio Bortoluzzi era natural de Júlio de Castilhos e Avelina Bastiani, de Dona Francisca. Genésio instalou um moinho, que seria de propriedade de Carlos, seu tio, juntamente com Jacinto Manfio e Calixto Stefanello, os quais já residiam no local há alguns anos, e tornaram seus sócios. Seu primeiro dia de trabalho em Jaboticaba foi em 23 de janeiro de 1948. Genésio montava engenhos e moinhos na região e Avelina trabalhou, desde a sua chegada, na agricultura. Ela nos contou que, quando nasciam os filhos, continuava seu trabalho carregando-os consigo ainda pequenos para a lavoura. Não havia envolvimento com a política local porque eram pessoas humildes. Nas Colônias Velhas, somente o pai de família votava. Na época, a liderança política era exercida por Valentim Stefanello, Jacinto Manfio e Carlos Botoluzzi.

⁵⁶ BORTOLUZZI, Genésio. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 21 out. 2001.



Fonte: Foto cedida por Anildo Stefanello

Figura 28: Família de Luiz Stefanello.

Luiz Stefanello chegou com a família em 21 de abril de 1948. Em 1931, havia saído de Nova Palma (linha Base) para Fortaleza dos Valos, no município de Cruz Alta. José Stefanello⁵⁷ relatou-nos que procuravam abrir novos horizontes, saindo da 4.^a colônia com o objetivo de conseguirem um pedaço de terra para cada filho. Na época, não existiam fertilizantes, o que os levava a procurar as terras de mato.

José Archangelo Stefanello relatou-nos ainda que “em Jaboticaba aconteceram muitas brigas ocasionadas por rivalidades políticas”. Eram mais que divergências partidárias: “as disputas incendiavam” e eram feitas muitas ameaças entre os Descovi e os Stefanello. Por isso, criaram-se grandes rivalidades. Os candidatos políticos mais populares que visitavam Jaboticaba em épocas de eleição eram Hermes Pereira de Souza e Pompílio Gomes Sobrinho, os quais pertenciam ao PSD. Na época, Valentin Sfanello também era integrante deste mesmo partido político, porém, em razão de desavenças havidas entre vizinhos, ingressou no PTB.

⁵⁷ STEFANELLO, José Archangelo. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, em linha São Luiz, 5 out. 2001. José Archangelo é o primeiro filho do casal Luiz e Aurélia Stefanello.



Fonte: Foto cedida por Pedrinha Piovesan

Figura 29: Família de Aquiles Piovesan.

Lino Piovesan emigrou de Nova Palma em 9 de abril de 1951 e seu irmão Aquiles Piovesan, em 15 de junho de 1956, ambos em virtude da insuficiência de terras para trabalhar. Além disso, eram originários de famílias pobres, cujos pais não tinham condições de comprar-lhes mais um pedaço de terra. Objetivando trabalhar na agricultura, não se envolveram com a política, tendo votado pela primeira vez em Jaboticaba. Aquiles veio com a mulher e quatro dos 15 filhos;⁵⁸ os demais, 11, nasceram em Jaboticaba. Pela relação nominal, os filhos de Aquiles e Pedrinha⁵⁹ Piovesan são: Antonio, João Francisco, Neli e Maria (falecida), que vieram de Nova Palma; Vicente, Carmelita, Guiomar, Fernando, Célia, Paulo, Luiz, Carlos (falecido) Mário (falecido) Edmundo e Marcos.

Dentre os colonizadores, um único cidadão de nacionalidade italiana imigrou da 4ª colônia para Jaboticaba, Bortolo Schiavinato, que, juntamente com a esposa, Verônica Zago, emigrara da Itália em 16 de junho de 1923, no período pós-guerra, fugindo da miséria e do sofrimento. Da Itália trouxe consigo duas filhas pequenas, Ernesta e Maria; “o terceiro filho, Ernesto, veio na barriga da mãe”.⁶⁰ Como filhos brasileiros tiveram Ernesto, Albino, Antônia, Assunta, Gema, Augusto, Mário e Mariano. Em julho de 1945, mudaram-se para Jaboticaba, onde fixaram residência. Com exceção de Antônia, todos os demais irmãos ainda vivem; a filha mais velha, Ernesta, é religiosa e trabalha no Hospital de Nova Palma.⁶¹

⁵⁸ PIOVESAN, Pedrinha. Entrevista realizada por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 15 set 2001.

⁵⁹ Pedrinha foi esposa de Aquiles Piovesan.

⁶⁰ TRENTN, Jair Adriano Schiavinato. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 5 jun. 2001. Jair Adriano é neto de Bortolo Schiavinatto.

⁶¹ Pesquisa realizada no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, 3 jul. 2001.



Fonte: Foto cedida por Gema Schiavinatto Casarin

Figura 30: Família de Bortollo Schiavinatto.

Uma vez instalado na nova terra, o próprio colono tornava-se um agente da colonização: “Uns foram puxando os outros”.⁶² Aos irmãos e amigos da colônia Silveira Martins que demonstravam o desejo de migrar para “Palmeira”, Valentim vendia terras que eram de propriedade do coronel Vítor Dumoncel Filho⁶³: “Ganhava uma comissão. Era muita terra”.⁶⁴ Essas se constituíam em terras legítimas e os adquirentes recebiam o título de propriedade da terra.

Adquiriram terras por intermédio de Valentim seus irmãos Fiorello e Marco Stefanello; seu primo Leoclides, que se mudou de Nova Palma no ano de 1945, com a mãe e a irmã Leonilda, então com 18 anos de idade (o pai já havia morrido); Carlos Bortoluzzi, Carlos e Vitélio Bisognin e Luiz Stefanello. De tradição católica, os novos moradores trataram logo da organização da liderança da igreja. Até então, “o padre vinha de Palmeira das Missões e rezava a missa na casa de Nando Cadena, e paravam na casa do Valentin”.⁶⁵ Catarina conta que, por volta de 1942, os moradores, em mutirão, plantaram um saco de trigo nas terras de Valentin para, após a colheita, comprarem a madeira para a construção da primeira igreja do povoado.

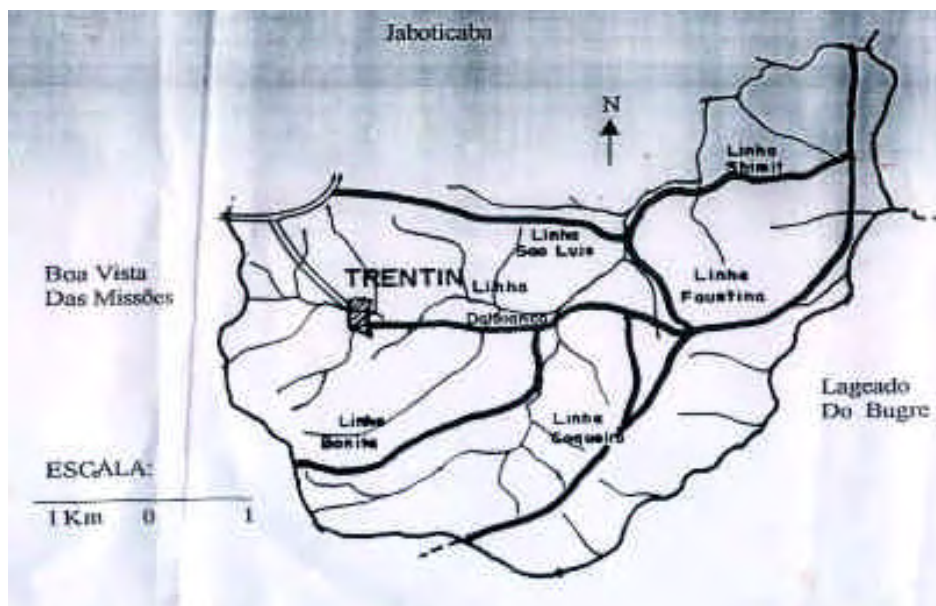
⁶² CASARIN, Clarindo. Entrevista realizada por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 17 set 2001.

⁶³ Vítor Dumoncel Filho foi subchefe de polícia da região até 1932, quando assumiu como prefeito de Cruz Alta. Reassumiu o cargo de subchefe de polícia em 14 de janeiro de 1933. Ver FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 164.

⁶⁴ STEFANELLO, Catarina Pegoraro. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em Palmeira das Missões, 19 set. 2001.

⁶⁵ Idem à nota anterior.

4.6 Vila Trentin



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Jaboticaba

Figura 31: Mapa do Distrito de Trentin.

A vila Trentin constituía-se em um povoado co-irmão de Jaboticaba e, com a emancipação política desse, tornou-se seu distrito. As boas condições das terras, que, além de planas, eram férteis, foram a razão de os colonos optarem pelo mato. Os primeiros a chegar escolhiam o local e os demais compravam áreas próximas, para estabelecer vizinhança. Formaram-se, assim, dois povoados em torno das lideranças de Valentin Stefanello e Bortolo Trentin.

A partir de 1945, um grupo de descendentes de imigrantes italianos provenientes da 4.^a colônia implantou o núcleo de povoação denominado “Trentin”. A partir daí, houve a formação de uma pequena povoação com as famílias de Pedro Dalbianco, Bortolo Felício e Antônio Trentin; Angelo Fassini havia ali chegado há alguns anos. Era núcleo populacional tipicamente de origem italiana, embora ali já estivessem instaladas famílias de cruzamento luso-brasileiro, como os Oliveiras, os Jordões, os Souza e os Evangelistas.



Fonte: Foto cedida pela família Fassini

Figura 32: Família Fassini.

Da família de Angelo Fassini, Osmar,⁶⁶ um dos filhos, nos relatou que a família era procedente de Carazinho, moravam em Saldanha Marinho (que era distrito daquele município). Mudaram-se para Jaboticaba a 29 de junho de 1945, em razão de pouca terra que possuíam; o pai desejava comprar mais terra, porque só dispunha de meia colônia e a família era grande. No local, que mais tarde passou a se chamar Trentin, já morava Artur Oliveira, que havia vindo de Mata. Além de Angelo Fassini e a esposa, vieram os filhos Orfila, Osvaldo, Zulmira, Osmar, Igiene, Zeli, Edília, e Ivone (falecida). Em Palmeira das Missões nasceram ainda Alcides e Orildes.

O nome “Trentin” deveu-se ao número significativo de descendentes de imigrantes italianos da família Trentin que migraram para as terras de Palmeira das Missões, mais precisamente para o distrito de Fortaleza, ao qual pertencia Jaboticaba. Por volta de 1970, tramitou na Prefeitura de Palmeira das Missões um processo que pretendia mudar o nome da localidade para Três Mártires, porém, com a morte de Antônio e Bortolo, a administração municipal desistiu desse propósito, permanecendo o nome original em homenagem aos moradores. Bortolo Felício Trentin ali havia fixado residência em 21 de abril de 1945 e seu irmão, Antônio, três meses após.

⁶⁶ FASSINI, Osmar. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora em vila Trentin, 20 dez.2001.



Fonte: Foto cedida por Adelino Moro

Figura 33: Família de José Primo Moro.

Em 1946, a família de José Primo Moro transferiu residência de Nova Palma para Palmeira das Missões, à procura de melhores meios de vida, dedicando-se à agricultura. Na 4.ª colônia, trabalhavam com uma usina que produzia energia elétrica. Não houve envolvimento com a política de Palmeira das Missões.

Segundo declarações de Serafim Graciano Trentin,⁶⁷ o segundo filho do casal Bortolo Felício e Maria Luiza, a família dos Evangelistas, que já morava no local, demonstrou um certo preconceito racial com os novos moradores, chamando-os de “gringos”. Porém, isso foi sendo amenizado com o tempo pelas qualidades demonstradas por Bortolo Felício, que, além de arrumador de ossos, trabalhava com remédios homeopáticos, distribuindo-os à população; além disso, mantinha sempre em casa o soro antiofídico para ser empregado no caso de ataques de cobras.

⁶⁷ TRENTIN, Serafim Graciano. Entrevistado por Nilse C. Dalla Nora, Vila Trentin, Jaboticaba, 12 set. 2001.



Fonte: Foto cedida por Serafin Graciano Trentin

Figura 34: Família de Bortolo Trentin.

A localização escolhida para a instalação do povoado deveu-se à fertilidade atribuída às terras de mato visto que, na época, as áreas de campo eram consideradas de valor irrisório pelos colonos. Por esse, motivo, foi escolhido o interior do município de Palmeira das Missões, onde as terras eram mais férteis.

Duas pessoas foram fundamentais para o desenvolvimento do distrito: Bortolo Felício e seu irmão Antônio Trentin, que, em 1945, adquiriram em conjunto uma área de terras dotada de uma cachoeira com 40 metros de desnível a prumo. Aproveitando esse recurso, procederam à instalação de uma usina hidroelétrica que servia para mover um moinho, serraria de madeira e carpintaria, tudo com a força d'água, que também foi utilizada para produzir energia elétrica para o povoado: “Foi esta a primeira usina hidroelétrica do município de Palmeira das Missões”.⁶⁸ Além da usina, os dois irmãos eram proprietários de serraria de madeira e da carpintaria. Para compensar as árvores derrubadas para a fabricação de tábuas na indústria, adquiriram uma área de terras destinada ao reflorestamento.

Encontramos como registro do imóvel nos documentos do Escritório de Terras Públicas, de Frederico Westphalen, o seguinte: Bortolo Felício Trentin, de

⁶⁸ TRENTIN, Abel Luiz Schiavinatto. Depoimentos, 1999 (mimeo.).

nacionalidade brasileira, requereu o lote colonial nº 27, com a área de 327.500 m² pelo preço de CR\$ 240,00 por hectare; o valor da terra foi de CR\$ 7.860,00 e a data da concessão, 24 de julho de 1946; as condições do pagamento foram conforme o artigo 29 do Regulamento de Terras de 9 de janeiro de 1939. Realizou os seguintes pagamentos: em 19 de setembro de 1945, CR\$ 1.330,00; em 1.º de junho de 1946, CR\$ 3.000,00; em 7 de agosto de 1952, CR\$ 3.000,00 e, em 12 de agosto de 1952, saldou sua dívida ao pagar a quantia de CR\$ 530,00. O título de propriedade da terra foi extraído em 18 de novembro de 1953. Consta ainda que o preço pago por metro quadrado foi de dois centavos e quatro décimos.

Além dessa área de terras, os irmãos Trentin eram proprietários de outros lotes na 1.ª seção Jaboticaba (conforme mapeamento da Inspetoria de Terras e Colonização do Norte), ou seja, no distrito de Trentin, onde fixaram residência com as famílias quando emigraram do município de Nova Palma.



Fonte: Foto cedida por Serafin Graciano Trentin

Figura 35: Família de Antônio Trentin.

Antônio Trentin requereu a concessão do lote 114 da 1.ª seção Jaboticaba, com a área de 137.000 m², ao preço de CR\$ 400,00 por hectare. O valor da terra, na época, ficou estabelecido em CR\$ 5.560,00 e o pagamento foi realizado em uma única vez, em 23 de dezembro de 1957. A data da concessão da terra foi 8 de março de 1954, sendo pagos juros de 8%, num total de Cr\$ 444,80. Bortolo Felício Trentin requereu a concessão do lote n.º 115 da 1ª seção Jaboticaba, com a área de 100.000 m², ao preço

de CR\$ 400,00 por hectare; a data da concessão foi 8 março de 1954 e o valor da terra, de 4.000,00. Os pagamentos foram realizados em 9 de dezembro de 1954, Cr\$ 3.733,40, tendo recebido pelo pagamento adiantado o desconto de Cr\$ 320,00, juros de Cr\$ 53,40. As terras foram adquiridas no ano de 1945 e a documentação foi legalizada em 1954.

Ao comprar a terra, os colonos apenas adquiriam os direitos dos posseiros; grande quantidade de terras eram propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, e, aos poucos, foram sendo legalizadas. Como referem Frosi e Mioranza, “(...) não havia, inicialmente, o loteamento de terras. Entretanto, com o avanço progressivo dos imigrantes ou seus descendentes, as terras foram loteadas”. Os irmãos Trentin mantiveram a tradição política da 4ª colônia: eleger e respeitar sempre o governo da situação. Eram governistas e conservadores, embora partidários do Partido Republicano Popular, integralistas;⁶⁹ porém, mesmo pertencendo a outro partido, mantinham-se fiéis à situação do governo.⁷⁰



Fonte: Foto cedida por Alzira Dalbianco

Figura 36: Família de Pedro Dalbianco.

Pedro Dalbianco foi dos primeiros descendentes de imigrantes italianos que se mudou para Jaboticaba com a família, em busca de terras que oferecessem melhores

⁶⁹ O integralismo surgiu como movimento político-ideológico na década de 1930, muitas vezes caracterizado como extremista. A Ação Integralista Brasileira (AIB) tinha como ideólogo Plínio Salgado.

⁷⁰ Serafin Graciano Trentin foi vereador no município de Palmeira das Missões durante no período de 1953 a 1955. Assumiu como suplente no cargo por ocasião da emancipação de Frederico Westphalen, quando todos os vereadores renunciaram.

condições de trabalho e com preços mais acessíveis. Escolheu a localidade porque ali havia mais terras disponíveis e poderia comprar maior quantidade que possuíam em Nova Palma, onde eram montanhosas e com muita pedra. Conforme depoimentos⁷¹ colhidos, lá a família trabalhava com fumo, cujas mudas eram plantadas após ser carregada terra em baldes aos locais pedregosos. A colheita era realizada com cavalo e cargueiro em virtude de falta de condições do terreno para acesso de carroça ao local. Nas novas terras, dedicaram-se exclusivamente à agricultura, cultivando fumo, trigo e demais produtos para a subsistência. Também não se envolviam diretamente com a política local, apenas se identificavam com a um partido político.

Pedro Dalbianco adquiriu os lotes 117 e 118 da 1.^a seção Jaboticaba, cuja concessão foi expedida em 18 de dezembro e 23 de dezembro de 1947, respectivamente; a área dos lotes era de 250.000 m² cada um. Pedro Dalbianco efetuou o pagamento dos lotes à vista, fato que justifica o desconto de 10% recebido sobre o valor da mesma; o preço do lote foi estabelecido em CR\$ 320,00 cada hectare, valendo cada lote CR\$ 4.000,00. Os títulos dos lotes foram expedidos no ano de 1958.

Entre os colonos havia a convicção de que o progresso e o desenvolvimento do local deveriam nascer da sua capacidade do seu trabalho, razão pela qual se compreende a afirmação de Serafim Graciano Trentin de que, no momento da chegada, houve demonstração de resistência por parte de uma família já moradora no local, a qual entendia que os colonos vinham para tomar suas posses. Porém, esse receio foi sendo amenizado à medida que se estabeleciam relações de ajuda e amizade. Com a colonização, tiveram início o crescimento demográfico e o desenvolvimento da localidade.

4.7 Os colonizadores e as atividades econômicas desenvolvidas

Os descendentes de imigrantes italianos, ao chegarem à região, depararam-se com duas realidades agrárias diferentes: a zona de campo e a zona de mato. De um lado, estavam os fazendeiros com seus campos povoados de gado exclusivamente; de outro, os caboclos, posseiros pobres, sem gado, trabalhando nos ervais nativos existentes nas terras de mato. Estes se constituíam em uma fonte de riquezas altamente valorizada

⁷¹ MORO, Magdalena Dalbianco. Entrevistada por Nilse C. Dalla Nora em Jaboticaba, 16 de nov. 2001.

desde as origens da povoação. A respeito do assunto, Paulo Afonso Zarth afirma que, “particularmente, o mate tinha especial importância por ser a principal fonte de recursos das câmaras municipais, através do tributo que incidia sobre a exportação do produto”.⁷²

No campo, havia prioridade para a criação de gado, o qual não era utilizado no trabalho da agricultura. Os colonizadores, então, não tiveram oportunidade de optar entre o campo e o mato, limitando-se a seguir o caminho apontado para as terras à sua disposição, as quais somente existiam em grande quantidade nas zonas de mato. O desenvolvimento do trabalho baseou-se na prática da agricultura tradicional e com a utilização da mão-de-obra familiar. Por esse motivo, os colonos adotaram, inicialmente, uma economia destinada à subsistência, que, aos poucos, foi evoluindo com o tamanho das áreas de cultivo e os produtos passando a se destinar ao mercado interno. Como exemplo disso podemos citar a cultura do fumo.

O principal produto cultivado pelos colonizadores foi o milho, que servia, além de alimentação da família, para a criação de galinhas, que forneciam ovos e carne; das vacas, das quais obtinham o leite, a manteiga e o queijo; dos porcos, engordados para produzir a banha, o salame e a carne. Nesse sentido, Leo Waibel afirma ao escrever a respeito da economia da região: “O milho, o feijão e os porcos são os principais produtos de uma economia dedicada ao próprio consumo”.⁷³

O trigo foi outro produto cultivado desde longa data, de cujos grãos era produzida a farinha, com a qual se preparavam em casa pães,ucas e bolachas; o excedente era vendido no comércio local. O fumo foi cultivado em grande escala e servia para aumentar a renda da família; planta própria para o cultivo nas terras de mato, rendia em quantidade e qualidade. O produto vendido na localidade era pesado na casa de comércio de Vergílio Descovi, que o entregava à Companhia Souza Cruz. Também o feijão foi um produto cultivado nas terras de mato, sobre o que relata Jean Roche: “O feijão-preto era cultivado pelos índios: com a fava, o milho e a mandioca, formavam a base da alimentação aborígene. Continuou sendo a da população brasileira.”⁷⁴

⁷² ZARTH, Paulo Afonso. Op. cit., p. 56.

⁷³ WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 319.

⁷⁴ ROCHE, Jean. Op. cit., p. 254.

Mais tarde, com a introdução da cultura da soja, a agricultura foi se modernizando. A crise da agricultura tradicional ficou mais evidente a partir da Segunda Guerra Mundial, em razão do processo de industrialização do Brasil e da conseqüente modernização da agricultura. Em um primeiro momento, esta mudança atingiu indiretamente as pequenas propriedades porque a agricultura moderna é, segundo Brum,

a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais mais sofisticados. Em outras palavras: modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura.⁷⁵

A mecanização da lavoura está ligada ao processo de industrialização, que se acelerou no Brasil a partir de meados da década de 1940. Em Jaboticaba, a mecanização chegou mais tarde visto que, pela falta de capital, os agricultores passaram a adquirir máquinas somente a partir da década de 1970. Durante o período em estudo, Jaboticaba era caracterizada pela prática da agricultura tradicional, baseada na policultura e na pequena propriedade, com a qual, num primeiro momento, procurava-se suprir as necessidades básicas da população. A transformação capitalista da agricultura levou a uma agricultura especializada em direção à monocultura, isto é, orientando-se para a cultura da soja, o que, aliás, “cria dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade rural”.⁷⁶

O Estado procurou, na medida possível, beneficiar a agricultura colonial através do desenvolvimento dos meios de transportes. Sobre o assunto Valdir Gregory afirma: “Nos projetos de colonização, os meios de comunicação eram uma preocupação sempre presente”.⁷⁷ Para as autoridades, era importante que houvesse vias de escoamento dos produtos, as quais serviriam também para o abastecimento das colônias. Antes da implantação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira, a única via de comunicação era a picada, pela qual os produtos eram transportados no lombo das mulas ou de cavalos, a “venda”, que constituía o comércio da época. Com a construção de estradas, apareceu o caminhão.

⁷⁵ BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho*. Ijuí: Fidene, 1983, p.93.

⁷⁶ Idem, p. 94.

⁷⁷ GREGORY, Valdir. Op. cit., p. 76.

Na época da colonização, a preocupação em projetar uma futura rede de transportes foi perceptível na maioria dos relatórios da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira das Missões. Em documento da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas de 1914, existente no Arquivo Histórico de Frederico Westphalen, observa-se a preocupação com a “necessidade do estabelecimento de uma viação fácil para a exportação, pois que há previsões de rápido desenvolvimento”.⁷⁸ De 1954, existe o plano de trabalho do chefe da Inspeção de Terras do Norte, no qual constava a necessidade da “construção de várias estradas que beneficiariam a população das zonas de terras férteis”.⁷⁹ No contexto histórico estudado, notou-se a preocupação com a abertura e conservação da “Estrada da Cordilheira”, que se estendia desde o entroncamento com a estrada de Palmeira a Iraí até o município de Rodeio Bonito, passando, conseqüentemente, pelas terras de Jaboticaba.

A economia de Jaboticaba caracterizou-se como típica de uma comunidade agrícola composta de pequenos proprietários e produtos cultivados para a subsistência, com venda dos excedentes da policultura. O comércio também fez parte do desenvolvimento local, podendo-se citar como comerciantes Sisenando de Almeida Guedes, Odilon Gonçalves, Vergílio Descovi, Valentin Stefanello; mais tarde, Antônio Piacentini e na Jaboticaba Velha, Dorvalino Amaral. A pequena indústria se fez presente através das ervateiras, moinhos de trigo e milho, que substituíram o “velho” monjolo e as serrarias de madeira. Dois fatores foram fundamentais para o desenvolvimento da economia local: a fertilidade da terra, que propiciou o desenvolvimento da produção agrícola, e o trabalho do colonizador.

4.8 O desenvolvimento a partir da década de 1940

Com o processo de colonização, ocorreu a transformação de Jaboticaba. Um pequeno vilarejo surgiu onde se estabeleceram os descendentes de imigrantes e já residiam algumas famílias de origem cabocla. Ainda na década de 1940, os colonizadores conseguiram construir uma pequena escola, pois, até então, as aulas eram dadas na igreja, fato que não era aceito porque havia alunos pertencentes a diversos

⁷⁸ Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – 1914, p. 181.

⁷⁹ Ofício nº. 228/537, de 20 de dezembro de 1954 e endereçado ao diretor da Diretoria de Terras e colonização.

credos religiosas. Confirmam os fatos nesse sentido as palavras de Leo Waibel: “As casas se distribuían em volta de uma igreja e um cemitério, a escola e uma ou duas lojas e bares. Há freqüentemente um moinho, um ferreiro e um fabricante de rodas”.⁸⁰

Com a instalação dos descendentes de imigrantes italianos, foi notória a mudança no perfil da região visto que, conforme afirmação de “Cátia”, esposa de Calixto Stefanello: “Os caboclos não sabiam plantar, nem aproveitar a terra. Faziam uma rocinha no meio do mato que era ‘aparado’ com o facão, e não iam adiante”. Já a vida dos colonos estava impregnada pelo trabalho na terra. Ao redor das lideranças colocaram-se mais famílias e, em curto espaço de tempo, formou-se o povoado, com a construção de capelas, o desenvolvimento da educação e as oportunidades criadas para o lazer.

Outro fator que promoveu o desenvolvimento de Jaboticaba foi a criação da capela. Em 4 de abril de 1948, o padre Francisco Goettler, vigário de Palmeira das Missões, concedeu licença para a criação de uma capela, cuja denominação foi Nossa Senhora Medianeira”.⁸¹

A disseminação de capelas não se deve somente ao sentimento religioso do imigrante, e tão pouco ao anseio de poder encontrar-se em local determinado para uma convivência social, mas, especialmente, à possibilidade de poder transformar o pequeno núcleo inicial em aglomerado que, no futuro, poderia ser um centro sócio-econômico de projeção.⁸²

No Alto Uruguai da primeira metade deste século, pela ausência de pedras e tijolos, todas as igrejas eram construídas em madeira, inclusive as matrizes, a qual era abundante na região. Desse modelo não escapou a construção da igreja de Jaboticaba. Nas vilas/comunidades que se fundavam, a construção de uma capela era importante porque, assim como a casa, representava a afirmação individual do colonizador como proprietário, a religião manifestava a consciência coletiva como grupo social.

⁸⁰ WAIBEL, Leo. Op. cit., p.259.

⁸¹ Livro-Tombo - Paróquia Santo Antônio Palmeira das Missões: 1912 a 1950, p. 78.

⁸² FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. Op. cit., p. 47.



Fonte: Arquivos da Paróquia de Jaboticaba

Figura 37: Igreja de madeira da Paróquia de Jaboticaba.

Com o aumento da população, outras lideranças surgiram na localidade, entre as quais se pode citar Euclides Ribeiro, que chegou a Jaboticaba em 1944. A princípio, trabalhou na agricultura porque era proprietário de duas colônias de terra entre o rio Jaboticaba e o lajeado Papagaio; a partir de 1950, mudou-se para o vilarejo de Jaboticaba, onde residiam outras famílias de colonizadores. Escolhido para presidente da capela, auxiliou na construção da segunda igreja, toda de madeira, que estava localizada ao lado da atual casa paroquial.⁸³ Em 12 de maio de 1956, foi nomeado pelo prefeito municipal de Palmeira das Missões, Paulo Ardenghi, para exercer o cargo de subprefeito de Jaboticaba,⁸⁴ acumulando também os cargos de delegado de polícia e comissário de menores.

Em 28 de novembro de 1956, pela aprovação do projeto do vereador Altivo José Rodrigues, Jaboticaba transformou-se em distrito de Palmeira das Missões. Euclides Ribeiro, seu primeiro subprefeito, construiu um pavilhão para as festas da igreja, abriu uma rua para a família de Gerônimo Scolari, comprou uma área de terra para o campo de futebol do “Guarani”. Segundo referências de nossos entrevistados, “muitas vezes, passava por ditador”,⁸⁵ constituindo-se em um “coronelzinho”⁸⁶ pelo

⁸³ RIBEIRO, Euclides. Entrevistado por Nilse Dalla Nora, em Jaboticaba, 2 set. 1999.

⁸⁴ Decreto de nomeação:1956, p. 1.

⁸⁵ Afirmação de Euclides Ribeiro em depoimento realizado em Jaboticaba no ano de 1999.

⁸⁶ O pequeno chefe precisava obedecer ao chefe maior, como manutenção de sua força local. Os pequenos coronéis limitavam-se a gerir a política do lugarejo e a seguir sempre o situacionismo no plano estadual e federal. Ver JANOTTI, Maria de Lourdes M. Op.Cit., p. 49.

poder político que detinha. De suas obras destacam-se a abertura das primeiras estradas e a construção da subprefeitura, a qual se localizava no local da atual prefeitura, na praça municipal.

Considerando-se que o poder dos coronéis começou a decair a partir de 1930⁸⁷ e que a colonização no interior do município iniciou-se por volta de 1945, podemos concluir que, em Jaboticaba, foi mais forte o fenômeno do clientelismo, que indica um tipo de relação entre atores políticos envolvendo a concessão de benefícios públicos na forma de empregos, isenções, concessões, troca de apoio político, sobretudo na forma de votos. Mais recentemente, passaram a relações clientelísticas dispensando a presença do coronel, porque se dão entre o governo ou políticos e setores pobres da população. Pode-se afirmar que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo. Clientelismo significa distribuição de privilégios. Como exemplo, os chefes locais buscavam cargos a fim de ampliar sua clientela e avançar dentro da hierarquia de poder. Como exemplo local, podemos citar Euclides Ribeiro, que durante vários anos acumulou os cargos de subprefeito, subdelegado e comissário de menores.

Muitos depoimentos testemunharam um fato: à chegada dos descendentes de imigrantes, os caboclos iam vendendo seus direitos sobre a terra e passavam a tomar posse de outra área. Também ficou explicitada a presença de uma liderança política desde o início da formação do povoado, representada pelo espírito político de Valentin Stefanello, Carlos Bortoluzzi, Vergílio Descovi e, posteriormente, Euclides Ribeiro. Na história local, salienta-se que foi a partir da década de 80 que Jaboticaba foi marcada por grandes transformações políticas, com o início do movimento que, partindo das lideranças locais, objetivava a emancipação do município.

No Brasil, desde o período do Império, já havia a ocupação de grandes áreas territoriais sem a documentação legal da posse. Após a proclamação da República, o governo, preocupado com a situação das terras públicas, criou diversas leis agrárias. Em Jaboticaba, os pedidos de legalização das terras, e as medições, aconteceram a partir da década de 1940. No entanto, os ervateiros e os lavradores pobres, que não dispunham de

⁸⁷ A respeito do assunto ver FÉLIX, Loiva. Op. cit. , p. 162.

recursos, foram muitas vezes “enganados pelos políticos” e somente puderam requerer título de propriedade da terra a partir da década de 1950, quando foi criada a lei nº1542. No entanto, nesse meio tempo, os detentores do poder local legitimaram em seu nome várias extensões territoriais.

Juca Lau configurou-se na história política local como intendente de Palmeira das Missões (1934-1935) e, a partir de 1936, como subprefeito e subdelegado no oitavo distrito de Palmeira das Missões. Evidenciou-se que o poder político desse personagem teve de forte atuação regional, especificamente no distrito de Fortaleza, ao qual pertenciam as terras de Jaboticaba. Também neste, a situação e a oposição lutavam para alcançar vitórias em suas campanhas políticas.

Com a chegada dos descendentes de imigrantes italianos, teve início a formação de um núcleo populacional que, a partir de 1956, tornou-se distrito de Palmeira das Missões. O primeiro subprefeito e subdelegado de polícia foi Euclides Ribeiro (1956 –1972), seguido por Carlos Bortoluzzi (1973 – 1974), Achilles Aléssio, Pantaleão Caetano e Egídio Piovesan Botton.

Cabe ressaltar que a história dos colonizadores ficou guardada na lembrança das pessoas, que, ao serem interrogadas, relataram espontaneamente os fatos. O uso da história oral nos possibilitou a compreensão de muitos aspectos particulares do processo de colonização de terras da região em estudo, além de as entrevistas permitirem situar o sujeito no cerne de sua história. Vimos nos seus olhos a expressão das lembranças dos fatos que marcaram suas vidas e de suas famílias. Passadas cerca de cinco décadas desde a formação do pequeno povoado, onde já estavam instaladas algumas famílias de caboclos, com o acréscimo de mais famílias, de descendentes de imigrantes italianos em sua grande maioria, mas também alemães e poloneses, Jaboticaba tornou-se uma área territorial que conseguiu a sua emancipação política de Palmeira das Missões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história da ocupação do espaço de Jaboticaba, foi significativa a presença dos caboclos e dos descendentes de imigrantes, especialmente italianos. Estes, buscavam nas terras de mato melhores condições para viver; aqueles, instalados desde há muito na terra, viviam, em sua maioria, na condição de posseiros, sem terem a propriedade das terras e trabalhando como pequenos lavradores e ou como ervateiros. Nessa condição sofriam muitas vezes a cooptação política na busca de obterem a legitimação das terras onde viviam.

Com a implantação da Comissão de Terras e Colonização, sobrevieram mudanças, entre as quais a necessidade da legalização. Não acostumados às normas legais, os caboclos vendiam seus direitos aos descendentes de imigrantes que apareciam e partiam em busca de outra posse. Por sua vez, aqueles que dispunham de poder e de recursos financeiros legitimavam em seu nome grandes áreas de terras. O trabalho da Comissão de Terras e Colonização consistia na demarcação de lotes, abertura de estradas e escolha do local mais apropriado para a instalação de povoados, além da montagem dos processos para a legitimação das terras. Após a aprovação do respectivo processo, o título de propriedade da terra era expedido. Tais processos seguiam os mesmos moldes até a década de 1950, quando o então governador do estado Ernesto Dorneles criou a lei 1542, que dava o direito de propriedade da terra àqueles que a estivessem ocupando por dez anos consecutivos na condição de posseiros.

A pesquisa revelou que a zona norte do estado era dotada de grande recursos naturais, era uma região “de futuro”, razão pela qual o governo do estado tinha interesse em povoar as matas nas proximidades do rio Uruguai, a fim de instalar o grande

contingente populacional resultante da imigração espontânea. O espaço territorial administrado pela Comissão de Terras e Colonização foi chamado de colônia “Guarita” e recebeu atenção especial da Diretoria de Terras e Colonização por causa da existência nessa área de domínio público de terras de boas condições para a agricultura. Havia o interesse no aproveitamento da área e a preocupação por parte do governo de implantar um projeto de viação que possibilitasse o desenvolvimento dos meios de transporte e acelerasse o escoamento da produção agrícola; além disso, havia a necessidade de regularizar as terras dos caboclos nacionais que tinham sido os primeiros moradores da região. Nesse trabalho destacou-se na chefia desse órgão, pela sua competência, o personagem Frederico Westphalen.

A documentação analisada permitiu constatar que Fortaleza foi o distrito de maior área territorial de Palmeira das Missões, cujas divisas iam do rio Uruguai ao rio da Várzea, estendendo-se até o lageado Braga, rio Fortaleza e Guarita. Até a década de 1940, fazia-se presente nessa região a autoridade do coronel “Juca Lau”, representante do poder político local, que detinha os cargos de subprefeito e subdelegado daquele distrito e, no período de 1915 a 1953, adquiriu do Estado do Rio Grande do Sul 283.694,2342 hectares de terras somente na área rural, constituídas de campos para criar, matos e terras para cultura.

Pela pesquisa realizada, ficou comprovado que, além de Juca Lau, outro coronel leal ao partido do governo destacou-se por sua ação em proveito próprio dentro do contexto histórico estudado. Foi o coronel Vitor Dumoncel Filho, que também legitimou em seu nome grandes extensões de terras, requeridas do Estado e vendidas aos descendentes de imigrantes italianos que se instalaram em Jaboticaba. Valentin Stefanello foi o agente colonizador, o primeiro dos descendentes de imigrantes italianos a se estabelecer em Jaboticaba, representante do poder local e que servia de intermediário na venda das terras de Vitor Dumoncel Filho aos colonizadores.

Verificou-se no estudo que as diferenças no tratamento dado as terras aconteceram realmente na execução dos projetos de trabalho de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas. O primeiro governo dispensou especial atenção à política de colonização do norte do estado e deu muita atenção aos nacionais, preservando-os nos seus direitos. A partir de 1929, porém com o governo de Getúlio Vargas, aconteceram

mudanças na orientação dos projetos de trabalho, assim como alterações na estrutura agrária. A diferença entre ambos esteve, portanto, no modo de efetivar a colonização e, dentre outros pontos, destaca-se a dívida colonial, ou seja no governo de Vargas, o pagamento das despesas com a terra não mais poderia ser efetuado em serviço, mas somente em dinheiro, à vista ou a prazo, e o respectivo recolhimento seria realizado pela Secretaria da Fazenda. Também houve a diminuição nos prazos de pagamentos das dívidas de cinco para três anos. Getúlio Vargas administrou com um novo estilo de governo: remodelou a organização dos serviços de terras e colonização e priorizou o atendimento às reivindicações dos pecuaristas, colocando em ação uma nova política agrária.

A documentação analisada revelou que foi a partir da década de 1940, com a chegada das famílias dos descendentes de imigrantes, que aconteceu uma transformação em Jaboticaba. Assim, podem-se perceber dois períodos históricos distintos: no primeiro, da cultura cabocla instalada, quando o progresso, como o conhecemos hoje, não se fazia sentir; no segundo, partir da chegada dos novos colonizadores, acelerou-se o desenvolvimento local. Os descendentes de imigrantes partiram principalmente da ex-colônia Silveira Martins, com o objetivo de buscar mais terras e de melhores condições para a agricultura, as quais foram encontradas na zona de mato. Boa quantidade dessas terras era pertencente a posseiros, ou podiam ser adquiridas dos fazendeiros, que não se interessavam pelo mato. Os colonos consolidaram-se como classe desatrelada do coronelismo, porém, nesta região, desenvolveu-se com frequência o fenômeno do clientelismo.

A partir de 1951, Ernesto Dornelles criou, através da lei nº. 1542, condições para que aqueles que moravam há dez anos consecutivos sobre a terra requeressem o título de propriedade. Foi essa a maneira encontrada para que os posseiros pudessem definitivamente, legitimar seus lotes de terra.

Evidenciou-se, ainda, uma contraposição de identidades quando os descendentes de imigrantes, trabalhando muito, conseguiam aumentar o seu capital; já os caboclos não estavam interessados no capitalismo como forma de viver, praticando seus costumes tradicionais. Tendo-se em mente essas duas visões, considere-se a afirmação “o caboclo não trabalhava” como significando que “não trabalhava da mesma

maneira que o colonizador”. Os descendentes de imigrantes recebiam dos caboclos o cognome de “gringos”, talvez sugerindo o sentido de “fome de terra” que possuíam, fato esse que ficou demonstrado nos depoimentos orais.

A realização da pesquisa permitiu evidenciar que lidar com o tempo é fundamental para os historiadores, e contemporizar significa aproveitar o conhecimento do passado para rememorar os fatos, isto é, tirá-los do esquecimento fazendo-os reviver no presente. Nesse sentido, pode-se afirmar que a memória é a base da história. Utilizada neste estudo como fonte de recurso disponível para a execução da pesquisa, a história oral demonstrou ser uma história do tempo presente e, como tal, reconhecida como história viva. O ponto central da questão é a lógica da memória, ou seja, a memória deve ser confiável a fim de que produza informações de qualidade, e é a profundidade da relação dialógica travada entre entrevistador e entrevistado que produz dados consistentes. Constatou-se que o resultado do diálogo travado para a reconstrução da história adquire relevância quando a “memória” é devidamente filtrada pelo procedimento do historiador. Isto é, neste trabalho teve-se a preocupação de não limitar-se à transcrição das memórias, mas sim inseri-las e interpretá-las à luz de um contexto histórico específico.

Graças ao conhecimento obtido, conseguiu-se a reconstruir importante parte da história local. Reconhece-se, contudo, que o assunto não foi esgotado e ressalta-se a necessidade de prosseguir a investigação no âmbito da história agrária regional, especialmente no que se refere à ação dos coronéis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Lamarque de. *História de Palmeira das Missões*. Palmeira das Missões, 1974, (mimeo.).

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1990. p. 7-15.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ANTUNES, Paulo Bessa. *A propriedade rural do Brasil*. Rio de Janeiro: OAB-RJ, 1985.

BATTISTELA, Vitor. *Painéis do passado*. Frederico Westphalen: Marin, 1969.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões da viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Tradução por Júlia Schütz Teixeira. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997.

BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura no Planalto gaúcho*. Ijuí: Fidene, 1985.

CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das Missões*. Porto Alegre: A Nação, 1966.

CALLAGE, Roque. *Uma época do Rio Grande*. Porto Alegre: Departamento Nacional do Livro, 1998.

CAMARGO, Aspásia. *História oral e política*. In: MORAES, Marieta de. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 75-99.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1997. n.2, v.40, p. 229-250

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira*. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887

CENSI, Ângelo. Considerações em torno da cultura kaingáng. In: MARCON, Telmo (Coord.). *História da cultura kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ediupf. 1994, p. 204.

COLUSSI, Eliane Lúcia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DACANAL, José Hidebrando; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FÉLIX, Loiva Otero. *Historia e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA FILHO, Artur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1974.

FLORES, Moacir. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FORMENTINI, Valdir. *Manuscritos*. Jaboticaba: s.ed., 1994.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento. 1975.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EducS, 1996.

GRAHAM, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira. *Publicações – Braudel Papers*, n. 15 mar. 2001 (periódico), p. 1-16.

GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do Período Republicano no Rio Grande do Sul – Zona Norte e Região da Grande Santa Rosa*. Santa Rosa, 1988 (mimeo.).

- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo – uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder :história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MACHADO, Arlindo. A ilusão espetacular. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, 2000, p.138-159.
- MAESTRI, Mário. *História do Rio Grande do Sul. A ocupação do território*. Passo Fundo: Ediupf, s.d.
- MARCON, Telmo e outros. *História e cultura Kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994.
- MARTINS, Egidio Moisés Gonçalves. *Memórias do sargento Egidio*. Palmeira das Missões: Inrapal, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MOURE, Telmo Remião. *História do Rio Grande do Sul*. São Paulo: 1974.
- MORAES, Marieta de. *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- MORAES, Marieta de; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- NASCIMENTO, Welci *Viaje no tempo*. Passo Fundo: Berthier, 1998.
- PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- REÁTEGUI, Duilsi Béni e outros. *Seberi Fortaleza Rincão da Fortaleza*. Marin, 1996.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893 – 1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- REVERBEL, Carlos Macedo. *Maragatos e pica-paus guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L&PM. 1985.

- RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: Est. 2001.
- RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Agricultura. *Legislação de terras públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, 1961.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e a Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Globo, 1969.
- RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. *A trajetória da terra*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Caxias do Sul: EducS, 1986.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. A imagem precária. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa : UEPG, v.5, n. 2, p. 10-67, 2000.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SILVA, Henrique M. Alguns apontamentos sobre o uso de fotografias em pesquisas históricas. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v.5, n. 2, p. 137-148, 2000.
- SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidade urbanas – uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa: UEPG, v.5,n 2, p. 9-38, 2000.
- SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. s.l: Bells, 1974.
- SOARES, Mozart Pereira . *O positivismo no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul* .Porto Alegre, 2000 (mimeo.).
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração e 4ª Colônia*: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1996.
- SPONCHIADO, Luiz. *Crônicas da colonização*. Nova Palma: Voz do Planalto. 1970.
- SZATKOSKI, Elenice; LUFT, Celito Urbano. *Frederico Westphalen*: Comissão de Terras e Coronelismo. Frederico Westphalen: Marin, 1996.
- TIMM, Octacílio. *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Selbach. 1934.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- VELLOSO DA SILVEIRA, Hemetério José. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typografia da Livraria Universal, 1909.
- ZART, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

FONTES

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.
- Arquivo Histórico de Frederico Westphalen - anexo ao Museu de Frederico Westphalen.
- Casa paroquial de Palmeira das Missões
- Centro Cultural Mozart Pereira Soares – Palmeira das Missões
- Centro de Pesquisas Genealógicas – Nova Palma/RS.
- Diretoria de Terras e Colonização Inspetoria de Terras do Norte. Escritório de Frederico Westphalen.
- Escritório de Terras Públicas de Frederico Westphalen – Frederico Westphalen.
- Estudo de situação. Escritório municipal da Emater. Jaboticaba, RS, 1996. Livro Tombo da Paróquia Santo Antônio de Palmeira das Missões, RS, 1912 a 1951.
- Livro Tombo nº 1. Paróquia Nossa Senhora Medianeira: Jaboticaba, RS, 1962.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência Palmeira das Missões, RS.
- Manuscritos do Padre Valdir Formentini – Jaboticaba, RS, 1994.
- Manuscritos do professor Abel Luiz Trentin - em 24 de outubro de 1999, vila Trentin, Jaboticaba.
- Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões.
- Prefeitura Municipal de Jaboticaba.
- Prefeitura Municipal de Seberi.
- Decreto de criação do distrito de Jaboticaba.
- Lei nº 8.426 de 30 de novembro de 1987.
- Registro de Imóveis – Palmeira das Missões.
- Relatório da Comissão de Terras e Colonização referente ao ano de 1938.
- Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. 1910.
- Relatório da DTC-1914. In: Relatório da SOP- 1914.
- Relatório apresentado por Arthur Ambros, chefe da Inspetoria de Terras do Norte no ano de 1941.
- Relatório de atividades na zona de Nonoai.
- Cartório de Pessoas civis de Palmeira das Missões.

- Cartório de Pessoas civis de Seberi.
- Ofício de 20 de dezembro de 1954.

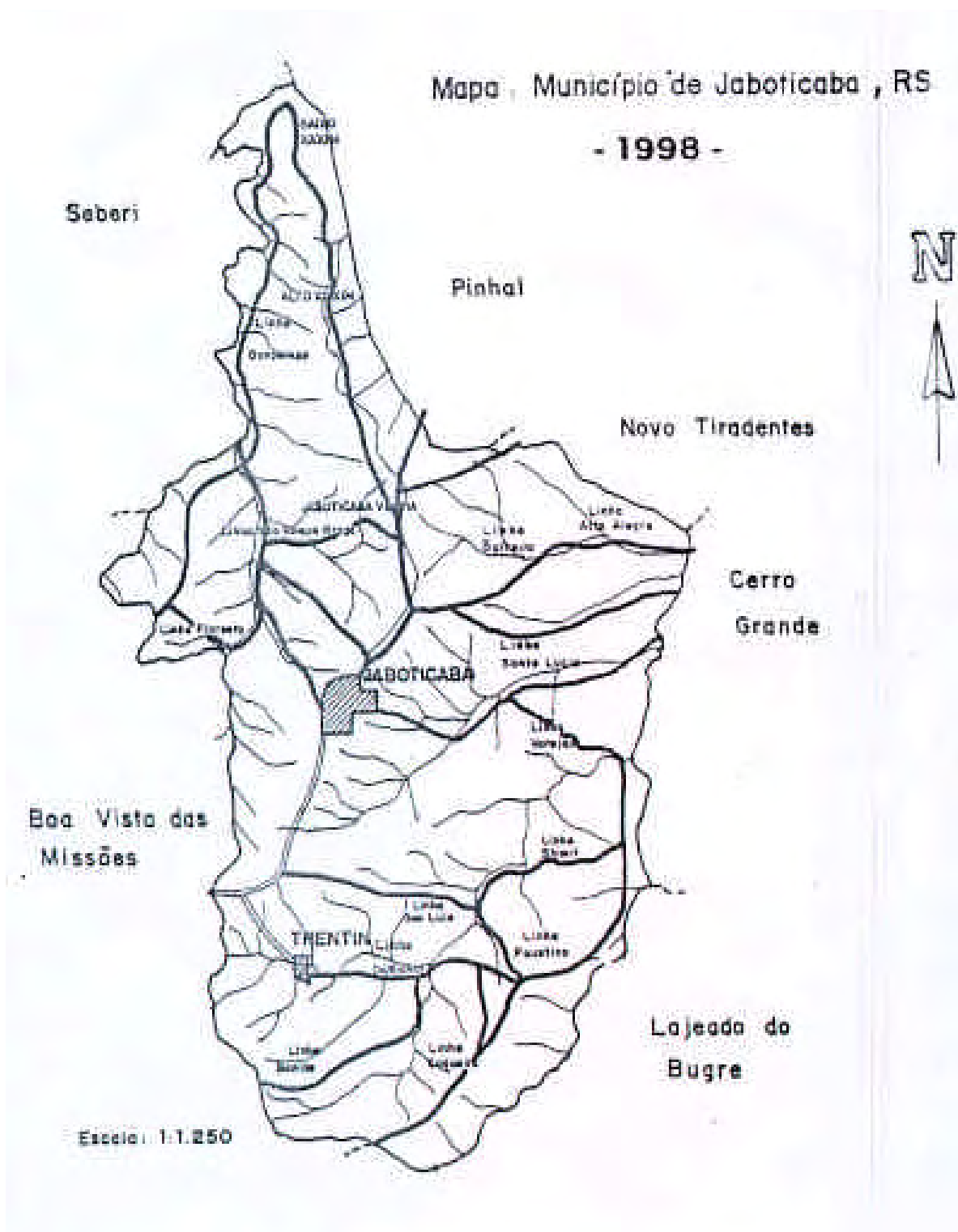
Entrevistas

- Artur Leontino Krombauer – diversas entrevistas.
- Adoniran Pereira Rodrigues – 21 de maio de 2001, Boa Vista das Missões
- Aurélia Zanon – 10 de setembro de 2001, Jaboticaba.
- Almerindo Piovesan – 23 de setembro de 2001, Jaboticaba.
- Amélia Zanon – 3 de outubro de 2001, Jaboticaba.
- Angela Trentin Bagiotto – 12 de setembro de 2001, Jaboticaba.
- Antonio Casarin – 11 de novembro de 2001, Jaboticaba.
- Catarina Pegoraro Stefanello, 19 de setembro de 2001, Jaboticaba.
- Clarindo Casarin – 17 de setembro de 2001. Jaboticaba.
- Claro Locatelli – 18 de setembro de 2001, Jaboticaba.
- Dorival Antônio da Silva – 27 de maio de 2001, Jaboticaba Velha.
- Euclides Ribeiro - 6 de setembro de 1999, Jaboticaba.
- Genésio Bortoluzzi – 26 de novembro de 2001, Jaboticaba.
- Gentil e Eulália Aléssio – 17 de setembro de 2001. Jaboticaba
- Hildebrando Amaral e Silva – 18 de outubro de 1999, Jaboticaba.
- Jair Adriano Schiavinato Trentin – 5 de junho de 2001, Jaboticaba.
- Jardelino Rosa da Silveira – 1º de dezembro de 2001, Jaboticaba.
- José Arcângelo Stefanello – 5 de outubro de 2001, Jaboticaba.
- Leticia Ferigolo Descovi – 20 de outubro de 2001. Frederico Westphalen
- Leonilda Stefanello Casarin – 12 de setembro de 2001, Jaboticaba.
- Magdalena Dalbianco Moro – 16 de novembro de 2001, Jaboticaba.
- Olivo Luiz Piccin – 15 de setembro de 2001. Jaboticaba.
- Osmar Fassini – 20 de dezembro de 2001, distrito de Trentin – Jaboticaba.
- Pedrinha Piovesan – 15 de setembro de 2001. Jaboticaba.
- Pedro Alves da Silva – 12 de setembro de 2001. Jaboticaba.
- Professor Mozart Pereira Soares – 7 de fevereiro de 2001, Palmeira das Missões.
- Padre Luiz Sponchiado. 3 de julho de 2001. Nova Palma.
- Serafim Graciano Trentin - 12 de setembro de 2001, distrito de Trentin – Jaboticaba.
- Wilmar José Stefanello – 12 de setembro de 2001, Jaboticaba.
- Verônica Manfio – 15 de setembro de 2001. Jaboticaba.
- Vidalvina Corrêa de Souza - 25 de setembro de 1999, Jaboticaba Velha
- Vitélio Bisognin – 15 de setembro de 2001. Jaboticaba.

ANEXOS

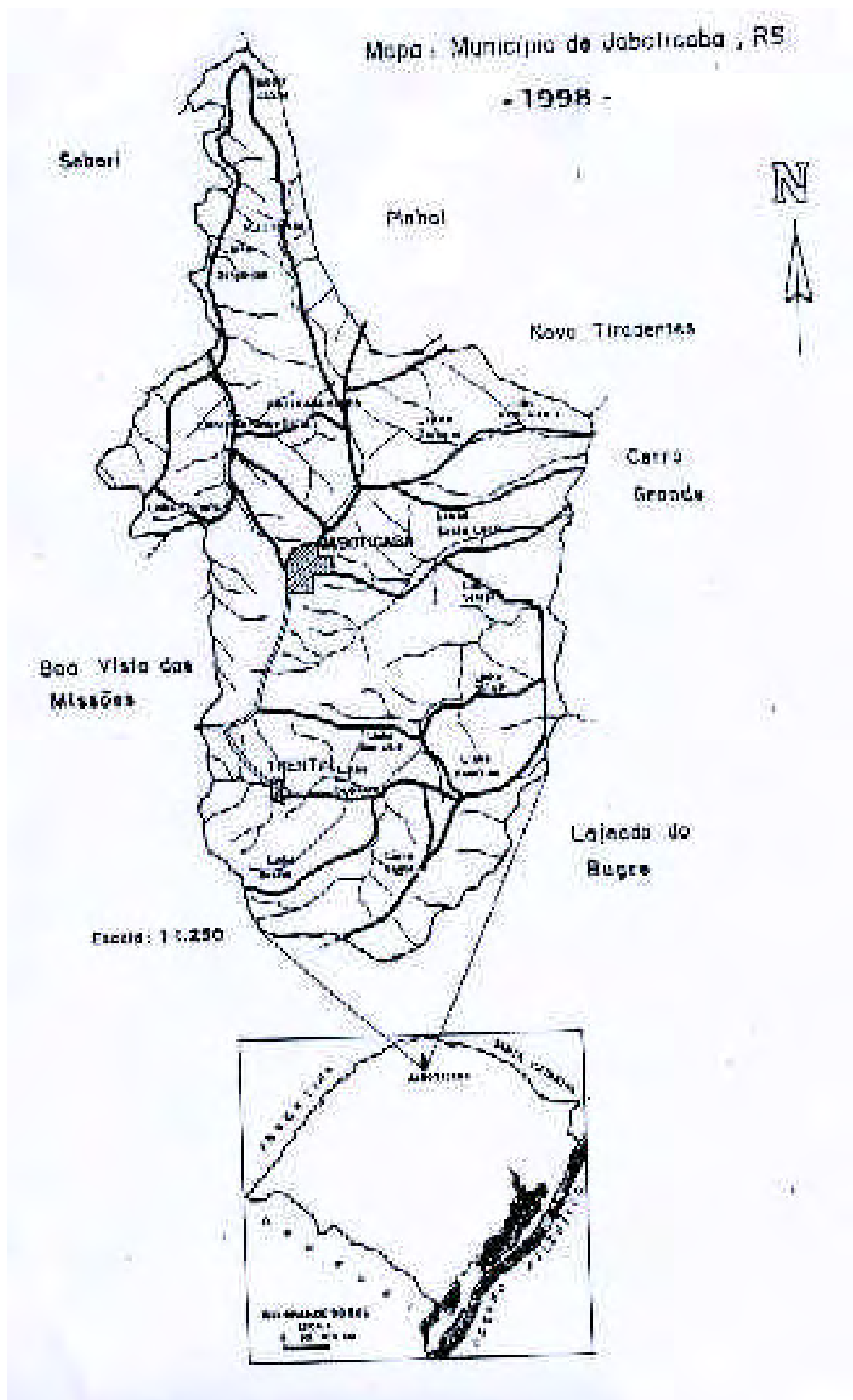
Anexo 1

Mapa de Jaboticaba



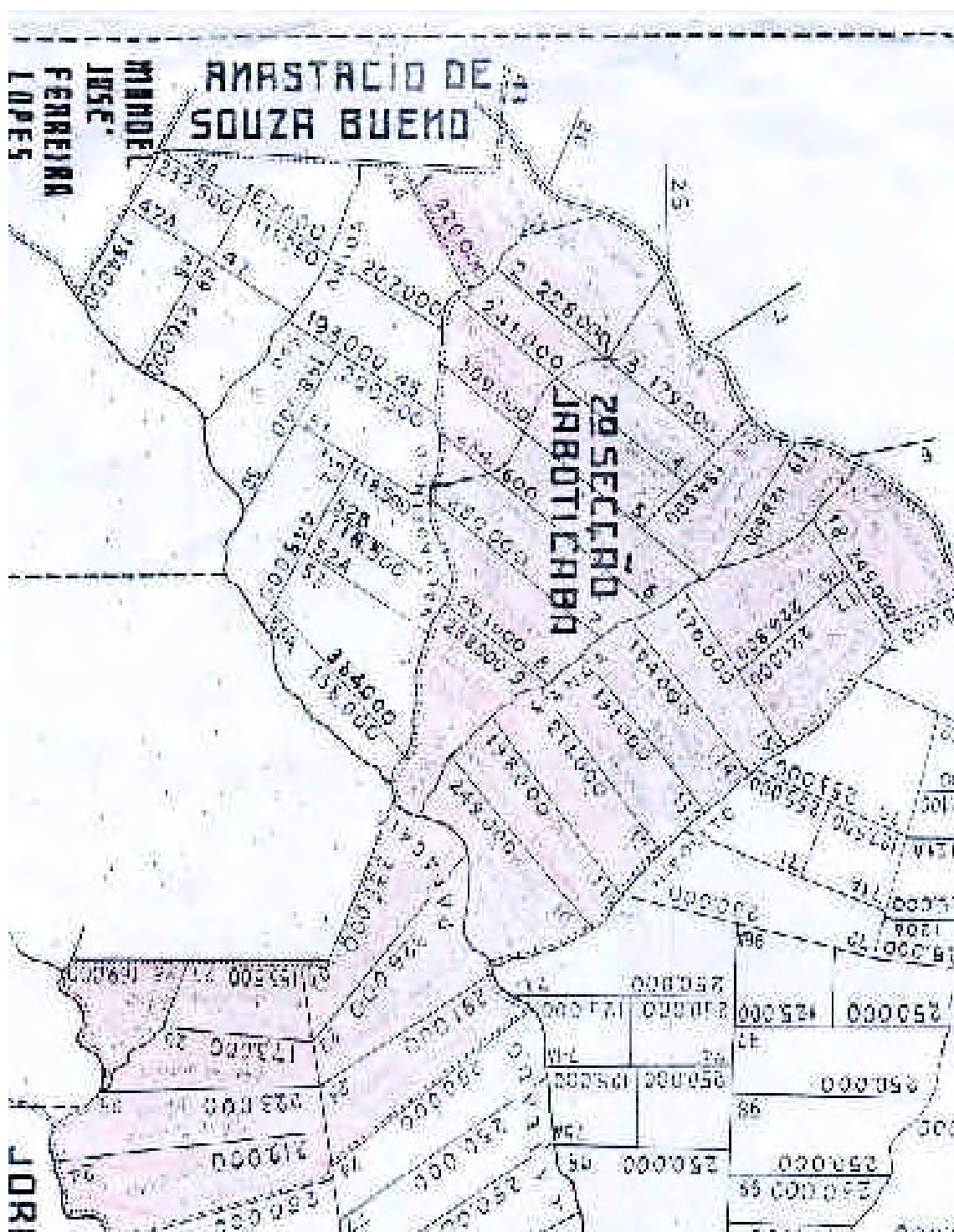
Anexo 2

Localização do Município de Jaboticaba no estado do Rio Grande do Sul



Anexo 3

Mapa da 2ª secção Jaboticaba



Na 2ª secção Jaboticaba instalou-se grande números de descendentes de imigrantes italianos que a partir da colonização originou o povoamento local.

Anexo 4

Povoadores de Jaboticaba

Ano	Caboclos	Descendentes italianos	outros
1940	- Sisenando de Almeida Guedes - Antônio Gregório Bueno - Cezário Batista Vieira	- Valentin Stefanello	
1943	- Artur da Silva Oliveira - Oscar da Silva Oliveira	- Albino Balbinotte - Theodolino Fumagali	
1944		- Floravante Fornari - Albino Sabbi - Francisco Sangalli	- Carlos Afonso Weber - Pedro Briskewicz - Celina Fanke - João Edmundo Fanke
1945	- Carlos Rosa Fiel - Eva Marques de Oliveira - Pedro José Rodrigues - Luciano Pacífico dos Santos - Diamantina Gomes de Oliveira - Joaquim da Costa Moura - João Mendes de Borba - Moysés Amaral e Silva - Paulo do Amaral e Silva - Paulo Pereira Mello - Oriantino Ribeiro Machado - Vergílio Matias de Bem	- Albino Sabbi - Abílio Locatelli	- Félix Briskewicz - José Domingos Weiss
1946	- Vergílio Matias de Bem - Odilon Gonçalves - Estanislau Francisco Feijó - Horácio Bernardo de Quadros - Jesus Câmara de Souza - Maurílio Lucas dos Santos - Florêncio da Silva Câmara - Felipe Silveira de Freitas - Osório Manoel de Oliveira - Adão dos Santos - Filisberto Luiz de Abreu - Ana Ferreira de Azeredo - Rosalino Marques da Silva - Francisco Rodrigues de Paula - Josefina Alves da Silva - Adão Ribeiro de Moura - Bernardino Maciel César - Theodomiro da Silva Câmara - João Batista Sales - João Mendes de Borba - Francisca Corrêa da Silva - Antônio Rodrigues - Odilon Pereira Mello - João Moreira de Paula - Germano de Oliveira - João Francisco Vargas - Antônio Graminho - José Cândido Rodrigues - Delmira Mendes - Olmiro Vieira Borba - Orestes Vieira Borba	- Abílio Locatelli - Albino Schiavinatto - Bortolo Felício Trentin - Romano Bortoluzzi - Fiorello Stefanello - Vitélio Francisco Casarin - Rosa Teresa de Bona - Madalena de Bona - Vitória Fiori - Alvise Borsa - Gentile Bortolini - Abílio Piovesan - Calisto José Stefanello	
1947	- Sisenando de Almeida Guedes - José Vicente Vieira Borba - Graciliano Manoel Borges	- Vergílio Descovi - Abílio Bortoluzzi - Fiorindo Granella	

	<ul style="list-style-type: none"> - Dorvalino Alves de Lima - David Ribeiro Machado - João Alberto da Siqueira Fortes - Lúcio Rocha - Edemocratino Martins - Adelino Mendes de Borba Silva - Gasometro Pôncio de Oliveira - Walduhy Lütz Fortes - Luiz Fernandes Sapolia - Anaurelino José Barbosa - Inoemia Pereira Borba 	<ul style="list-style-type: none"> - Theodolino Fumagalli - Luiz Fernandes Sapolia - Pedro Dalbianco - Hugo Piovesan - Valentin Stefanello - Carlos Bortoluzzi - Clementina Scariot - Antônio Granella - Maria Josefina Piovesan - Pedro Dalbianco 	
1948	<ul style="list-style-type: none"> - Lauro Câmara da Silva - Olivério Marques de Oliveira - Rufino Porfírio de Arruda - Alcides Alianço dos Santos - Elpídio Martins - Bernardino Maciel Cezar - Dario Poncio de Oliveira - Daniel Rodrigues - Emílio Alves Delgado - Universina Rodrigues - Germano de Oliveira - Jandarahyi Rodrigues de Aquino 		
1949	<ul style="list-style-type: none"> - Raul Silveira Padilha - Osvaldo de Souza Bueno - João Batista César - Cristino Gomes de Oliveira - Dario Poncio de Oliveira - Izidoro Batista César - Pedro Alves da Silva - Albertina Rodrigues de Moura - Juvenal Ignácio dos Reis 		
1950	<ul style="list-style-type: none"> - Ramão Marques de Oliveira - Severino Soares de Vargas - Ponciano José Ramão - Florentino Antunes de Andrade - Salustiano Moreira da Silva - Dorival Manoel de Oliveira - Arminda Alves - Eudócio Bueno da Silva - Domingos de Souza Bueno 	<ul style="list-style-type: none"> - Genézio Bortoluzzi - Silvestre Balbinotte - Pedro Jacomini 	
1951	<ul style="list-style-type: none"> - Serafim Padilha - Martins Manoel de Oliveira - Valentin Ignácio de Bairros - Paulo Pereira Mello 		- Marinho Kern
1952	<ul style="list-style-type: none"> - Marcelino Manoel de Lima - Camila Maria do Rosário - Laurindo Câmara Bueno - Pantaleão Caetano da Silva - Enézio Batista de Oliveira - Armindo Vieira Borba - Pedro Fortes Ayres - Mário Bueno de Oliveira - Donarte Claro dos Santos - Cacilda Pereira Rocha - Júlia Francisca Tormes - Antenor de Souza Coelho 	<ul style="list-style-type: none"> - Gervásio Trentin - Santo Trentin - Luiz Trentin - Serafin Severino Trentin 	- Edvino Johan
1953	<ul style="list-style-type: none"> - Patrício Martins da Rocha - Cacilda Pereira Rocha 		- Ernesto Leopoldo Kämpel

	<ul style="list-style-type: none"> - José Joaquim de Souza Bueno - Donarte Claro dos Santos - Júlia Francisca Tormes - Denerina C. da Silva - Júlio Ferreira da Silva - Balbino César dos Santos - Abilio Moreira de Paula - Mozart da Silva Câmara e Pompílio da Silva Câmara - Antônio Moreira da Silva (ou Lima) - Francisco Dias da Silva - Adão Lemos Ferreira - Lúcio Rocha - Feliciano Bueno de Oliveira 		
1954	<ul style="list-style-type: none"> - Manoel Simões Pires - João Maria de Souza - Jesus de Souza Bueno 	<ul style="list-style-type: none"> - Romano Bortoluzzi - Joana Angela de Bona - Antônio Trentin - Bortolo Felício Trentin - Olindo Bortoluzzi 	
1955	<ul style="list-style-type: none"> - Norberto Alcântara Feijó desistiu em favor de Virgilino Sirtuli em 01.02.1952. - Trindade da Silva - Florentina Alves de Oliveira - Angelo Moura e Silva 	<ul style="list-style-type: none"> - Carlos Bisognin - Leoclydes Steffanello - Benvir Gardin Zanon - Albino Sabbi - Maria Magdalena de Bona - Tranqüilo Zatti - Saul Peruzzo - Egídio Olímpio Sechi - José Garibaldi - Luciano Cargin 	<ul style="list-style-type: none"> - Jose Schewningel - Valentin Gonchoroski - Virgilino Sirtuli
1956	<ul style="list-style-type: none"> - Juvenal Nunes da Silva - Alfredo Assis Ochôa - Otaviano Hermanegildo Lemos - Otaviano Prado - Hortêncio Corrêa da Silva - Maria Izabel Rodrigues - Zacarias José Rodrigues - Paulo Amaral e Silva - Ladário Lourenço Pereira - Pedro Belmiro da Silva - Flori da Silva Silveira - Ermelindo Pinto Martins - Artidor Alves Corrêa da Silva - Dario Poncio de Oliveira - João Camargo dos Santos 		
1957	<ul style="list-style-type: none"> - Gaudêncio Nunes Cavalheiro - Vidal Severo Sobrinho - Amarante Maciel César - Ondina Padilha - Possidônio Padilha - Francelino Alves Delgado - Jesus Moura de Oliveira - Policarpo de Vitor Vieira 	<ul style="list-style-type: none"> - Santos Mateus Marcon - Franklin Manfio 	<ul style="list-style-type: none"> - Reinoldo Spilmann
1958	<ul style="list-style-type: none"> - Edemocratino Martins - Ambrozino Silveira de Freitas - Raul Silveira de Freitas - Nolberto Soares da Silva - Manoel Cândido Machado - Oscar da Silva Oliveira 	<ul style="list-style-type: none"> - Moacyr Favretto - Gema Beltramin - Pedro Scalcon - Venuto Gnoatto - Olivo Luiz Piccin 	

Obs: O presente quadro foi elaborado tendo-se por base a data da concessão dos títulos de propriedade das terras de Jaboticaba.

Anexo 5

Cronologia	
18 de setembro de 1850	Criação da lei n.º 601, que tratava das terras devolutas do Império, inclusive das que haviam sido possuídas por simples título de posse mansa e pacífica.
30 de janeiro de 1854	Decreto 1.318 – regulamenta a execução da lei n.º 601 sobre terras públicas.
5 de outubro de 1854	Lei N.º 28 – decreta e promulga a lei sobre terras públicas.
6 de maio de 1874	Palmeira das Missões foi desmembrada de Cruz Alta pela lei 528, da Assembléia Legislativa da Província.
1890	Criação da colônia Ijuí, no vale do rio Ijuí.
1891	Criação da colônia Guarani das Missões.
1890 – 1891	Palmeira das Missões é governada por uma Junta Governativa constituída por Evaristo Teixeira do Amaral, Fernando Westphalen e Guilherme Fetter.
1891 – 1892	Evaristo Teixeira do Amaral governa Palmeira das Missões.
1892 – 1893	Afonso Honório dos Santos governa Palmeira das Missões.
1893 – 1896	Fernando Westphalen ¹ governa Palmeira das Missões.
1896 – 1898	Olegário Falcão governa Palmeira das Missões.
1898 – 1904	Palmeira das Missões é governada por Serafim de Moura Reis.
4 de julho de 1900	Decreto 313- dispõe sobre os serviços das terras públicas, legitimação de posses, medição, conservação e alienação das terras devolutas e provê acerca do regime colonial e florestal do Estado.
1904 – 1911	Júlio Pereira dos Santos governa Palmeira das Missões por duas legislaturas.
1908	Criação da Comissão de Terras e Colonização de Erechim.
1911	Vicente da Silva Machado governa Palmeira das Missões até 1916.
1915	Criação da Colônia Santa Rosa.
1916	Carlos Pacheco de Castro nomeado é intendente de Palmeira das Missões
1917	Criação da Colônia Guarita e instalação da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira das Missões.
1918	Antônio Azambuja Vila Nova Neto assume a prefeitura de Palmeira das Missões.
1920	Adolpho Teixeira do Amaral assume a prefeitura de Palmeira das Missões até 1923.
10 de agosto de 1922	Decreto 3.004 – aprova o Regulamento das Terras Públicas e seu povoamento.
1924	Frederico Westphalen assume a prefeitura de Palmeira das Missões – 1928.
1928	Vazulmiro Dutra governa Palmeira das Missões até 1930.
11 de maio de 1928	Decreto 4.063 – provê sobre a concessão de lotes coloniais.
25 de janeiro de 1928	Getúlio Vargas assume o governo do Rio Grande do Sul.
24 de outubro de 1930	Getúlio Vargas assume o governo da nação brasileira – são revogadas a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 e as estaduais, encerrando-se então o projeto político de inspiração positivista que, durante mais de duas décadas, havia norteado a distribuição e a colonização das terras do Rio Grande do Sul.
5 de março de 1931	Decreto 4.734 – aprova o Regulamento de Terras Públicas e seu povoamento.

¹ Fernando Westphalen era progenitor de Frederico Westphalen.

1933	Vazulmiro Dutra assume a prefeitura de Palmeira das Missões por mais dois anos.
1934	José Pedro Rodrigues governa Palmeira das Missões por dois anos (até 1935).
1936	Paulo Westphalen ² é eleito prefeito de Palmeira das Missões, com mandato seu até 1940.
2 de março de 1938	Oswaldo Cordeiro de Farias nomeado interventor do Rio Grande do Sul, assumindo a 4 de março.
13 de abril de 1938	Decreto 7.230 - determina que a ocupação por dez anos contínuos de uma área de dez hectares – do domínio de Estado, tornada produtiva através do trabalho e moradia, poderá dar direito de aquisição da propriedade.
9 de janeiro de 1939	Decreto 7.677 – dispõe sobre o serviço de discriminação de terras, legitimação de posses e determina que as terras de domínio público estão destinadas à colonização metódica e gradual. Fixa critérios para determinar o preço dos lotes de terras.
1940	Assume a prefeitura de Palmeira das Missões Felício Augusto de Almeida (até 1944).
1944 – 1945	Dermeval Augusto de Lima governa Palmeira das Missões.
26 de março de 1947	Valter Só Jobim assume o governo do Rio Grande do Sul.
22 de setembro de 1951	Lei nº 1.542 dispõe as condições para adquirir título de propriedade da terras. ³
1945	O governo de Palmeira das Missões fica nas mãos de Fábio Moraes.
1946	Pompílio Gomes Sobrinho governa Palmeira das Missões por dois anos.
1947	Alarico Leite do Amaral governa Palmeira das Missões até 1948.
1948	Novamente Pompílio Gomes Sobrinho assume a Prefeitura Municipal.
31 de janeiro de 1951	Ernesto Dorneles assume o governo do estado, governando até 30 de janeiro de 1955.
28 de dezembro de 1951	Lei 1.713 altera a redação do artigo 1º da lei 1.542. ⁴
1952	Josino de Quadros Assis governa palmeira das Missões, até 1956.
21 de agosto de 1952	Decreto 3.110 – regulamenta a execução da lei 1.542 de 22 de setembro de 1951.
28 de novembro de 1956	Lei 346-cria o distrito de Jaboticaba, que se desmembrou do 8º distrito de Palmeira ⁵ .
31 de janeiro de 1955	Ildo Meneghetti assume o governo do estado até 31 de janeiro de 1959.
1956	Paulo Ardenghi é eleito prefeito municipal de Palmeira das Missões.
8 de janeiro de 1957	Lei 3.107 - dispõe sobre as terras devolutas do Estado.
1962	É fundada a paróquia Nossa Senhora Medianeira.
1980	Início do movimento emancipacionista em Jaboticaba.
30 de novembro de 1987	Jaboticaba consegue sua emancipação política.

² Paulo Westphalen era filho de Frederico Wetphalen.

³ Ocupar por dez anos consecutivos trecho de terras rurais do estado não superior a 25 hectares, tornando-a produtiva. Havia necessidade, então, de provar incapacidade financeira.

⁴ A referida lei ficou com a seguinte redação: “Todo aquele que não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar por dez anos consecutivos, trecho de terras rurais de domínio patrimonial do Estado, não superior a vinte e cinco hectares (25 há) tornando-o produtivo, adquirir-lhe-á propriedade.”

⁵ O oitavo distrito de Palmeira das Missões era Fortaleza.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)